Política de Indexação para Bibliotecas:

elaboração, avaliação e implantação

Mariângela Spotti Lopes Fujita
(ORG.)

CULTURA
ACADÊMICA

Política de indexação para bibliotecas: elaboração, avaliação e implantação

Mariângela Spotti Lopes Fujita (org.)

Política de indexação
para bibliotecas

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - campus de Marília

P769 Política de indexação para bibliotecas : elaboração, avaliação e implantação / Mariângela Spotti Lopes Fujita (organizadora). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2016.
142 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7983-816-3 (impresso)
ISBN 978-85-7983-817-0 (digital)
DOI: https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-817-0

1. Política de indexação. 2. Bibliotecas universitárias. 3. Catálogo de autoridade (Recuperação da informação). 4. Indexação - Avaliação. 5. Pesquisa-ação. I. Fujita, Mariângela Spotti Lopes.

CDD 025.47

Editora afiliada:

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora Unesp

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento, respectivamente, do projeto de pesquisa "Política de Indexação para bibliotecas" (Processo 305648/2009-8), de dissertações e monografias de conclusão de curso que integraram este trabalho, possibilitando a construção de conhecimento contribuinte para o desenvolvimento da ciência e para os serviços bibliotecários.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento do projeto de pesquisa "Linguagem de indexação para bibliotecas na perspectiva da política de indexação" (Processo 2015/13410-8) com recursos para bolsa de treinamento técnico-3, benefícios complementares e compra de equipamentos que possibilitou o avanço da elaboração da Linguagem Unesp, instrumento imprescindível para a política de indexação em bibliotecas.

À Coordenadoria Geral de Bibliotecas da Unesp, aos Diretores de Bibliotecas da Unesp e, em especial, aos catalogadores pela participação intensa no desenvolvimento dos estudos levados a cabo pelo Grupo de Estudos de Política de Indexação, fundamental para a obtenção dos resultados exitosos de elaboração, avaliação e implantação da política de indexação.

Aos autores, catalogadores e pesquisadores do Grupo de Política de Indexação pela convivência que nos possibilitou compartilhar experiências, conhecimentos e dúvidas para avaliar de forma crítica e construtiva o desenvolvimento da pesquisa-ação que propiciou a elaboração por consenso da política de indexação dentro do espírito de troca de conhecimentos teórico-práticos.

À nossa saudosa e querida Profa. Dra. Vera Regina Casari Boccato que participou ativamente no início da pesquisa e que jamais será esquecida.

Lista de abreviaturas e siglas

AACR2 - Anglo-American Cataloguing Rules
ABNT - Associação Brasileira De Normas Técnicas
BN - Biblioteca Nacional
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Consórcio Cruesp/Bibliotecas – Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Cruesp - Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas
DeCS - Descritores em Ciências da Saúde
DTL1 - Base de testes
DTL2 - Base de testes
FGV - Fundação Getúlio Vargas
LCARD - Lista de Cabeçalho de Assunto da Rede Bibliodata
LCSH - Library of Congress Subject Headings
MARC21 - Machine Readable Catalogin
MeSH - Medical Subject Headings
OPAC - On-line Public Access Catalog
PPGCI/Unesp - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp/Marília
SYS - System Number
TGT - Teoria Geral da Terminologia
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
Unesp - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Unicamp - Universidade Estadual de Campinas
USP - Universidade de São Paulo
VocaUSP - Vocabulário USP

Sumário

Apresentação

A Coordenadoria Geral de Bibliotecas (CGB) tem o objetivo de contribuir para a formação acadêmica de qualidade por meio da seleção, aquisição, disseminação, compartilhamento, recuperação e uso, preservação e avaliação dos recursos informacionais impressos e digitais. Nesse sentido, estabeleceu a meta de ampliar e unificar o acesso a todos os recursos informacionais existentes na Rede de Bibliotecas da Unesp, por meio da busca integrada de catálogos e ambientes digitais visando o aumento da visibilidade e uso dos recursos informacionais e da produção científica da Universidade.

O alcance dessa meta tornou imprescindível a função de contínua avaliação e aprimoramento da recuperação da informação pela comunidade de usuários do catálogo *on-line* Athena da rede de bibliotecas universitárias da Unesp. Para essa função surgiu a necessidade de investigação nas dimensões teórica, metodológica e aplicada que determinou a constituição de um Grupo de estudos formado em colaboração com pesquisadores do Departamento de Ciência da Informação. Desse modo, em 2010, foi instituído o Grupo de Política de Indexação inserido no Programa de Apoio a Rede de Bibliotecas da Unesp com recursos orçamentários e financeiros alocados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) garantindo ênfase e apoio sustentável às atividades do grupo.

O Grupo de Política de Indexação é composto por profissionais catalogadores da Rede de Biblioteca da Unesp e pesquisadores do Grupo de Pesquisa de Representação Temática da Informação e alunos bolsistas de Iniciação Científica, de Apoio Técnico e alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação dos Cursos de mestrado e doutorado, liderados pela Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita

https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-817-0.p9-10

do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, Campus de Marília. As atividades do Grupo de Política de Indexação resultaram em publicações conjuntas entre os membros e, sobretudo deram fundamentação e subsídios teóricos para o fortalecimento das práticas referente ao fazer prático do bibliotecário a serem considerados no contexto de uma biblioteca universitária.

Assim, nossa preocupação no que se refere à indexação, ou seja, a determinação adequada dos termos ou assuntos atribuídos aos registros bibliográficos dos materiais que compõe o acervo de nosso catálogo bibliográfico *on-line* ressalta a relevância do estabelecimento de uma Política de Indexação, tema abordado nesta obra que relata a concretização do percurso realizado em conjunto por catalogadores e pesquisadores do Grupo de Política de Indexação da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Desejamos que essas experiências acerca da elaboração, avaliação e implantação da Política de indexação que determina o avanço das bibliotecas no que tange o desenvolvimento dos catálogos e o aprimoramento da recuperação da informação sejam compartilhadas com profissionais de outras instituições e que esse esforço seja multiplicado.

Flávia Maria Bastos
Coordenadora da Coordenadoria Geral de Bibliotecas

Prefácio

La indización es un proceso técnico que vertebra el funcionamiento de las unidades documentales. Y un elemento fundamental de estas unidades debe ser la política de indización. El concepto de política de indización no es nuevo pero sí permanece casi desconocido en la realidad y praxis de las unidades y centros de información, así como en la enseñanza de esta técnica en los planes de estudio de la Academia.

La política de indización en una unidad documental debe ser una tela de araña creada *ad hoc*que impregne tanto los procesos (procesos técnicos como la propia indización, la búsqueda y la recuperación de información; los procesos de diseño y configuración del sistema; los de formación de los profesionales; o los procesos de intercambio de metadatos catalográficos) los instrumentos (lenguajes de indización) como a los usuarios (en la capacitación para interactuar con el sistema).De ahí que esta política deba regir el funcionamiento de la unidad de información. Y una sólida política de indización debe anclarse en el perfecto conocimiento de la misión del ente como de sus usuarios o clientes.

Asimismo, la implantación de la política de indización,con ese componente *ad hoc*mencionado, implica una labor participativa de análisis, documentación, desarrollo y su puesta en marchaentre todos los actores de la organización. Por tanto, cada política de indización debe adaptarse a la filosofía, características y grado de calidad perseguido en la organización, por lo que debe ser algo vivo, dinámico y permeable a los cambios.

Anteriormente decíamos que aunque el concepto de política de indización no es nuevo, sí es una noción poco conocida y apenas implantada en las unidades documentales, de aquí que la Profa. Lopes Fujita se haya

https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-817-0.p10-14

propuesto abrir vías para su comprensión y desarrollo.Y lo hace desde una atalaya privilegiadadominada por su gran experiencia como investigadora, ya que antes de iniciar este proyecto había dirigidoinvestigaciones de doctorado sobre políticas de indización; guiada por su experiencia como gestora de dirección bibliotecaria, puesto que puso en marcha en 1999 la red de bibliotecas universitarias de la Unesp y durante 6 años estuvo al frente su Coordenadoria Geral de Bibliotecas; y por último, por su experiencia durante más de treinta años en la enseñanza universitaria de la teoría y práctica de la indización.

Desde la seguridad de esta triple experiencia, la Profa. Lopes Fujita durante varios años ha sabido tejer un ambiente idóneo de trabajo cooperativo compuesto por la red de bibliotecas universitarias de la Unesp conformada por treinta y dos bibliotecas y sus respectivos bibliotecarios; la consecución de proyectos de investigación en convocatorias competitivas del CNPq y CAPES; la puesta en marcha de grupos de trabajo entre profesionales bibliotecarios y sus correspondientes períodos de formación mediante cursos diseñados para la ocasión; y conseguir la colaboración de diversos doctorandos e investigadores para llevar a cabo esta valiosa y necesaria tarea de diseñar, desarrollar, implantar y evaluar la política de indización en la red de bibliotecas de la UNESP. De ahí que este libro sea un manual detallado de cómo se ha llevado a cabo el análisis, diagnóstico de la situación inicial, desarrollo de la política de indización, su implantación y evaluación, haciendo hincapié en la documentación de los procesosque ha permitido la redirección de las estrategias.

Si buena parte del éxito del proyecto se ha debido a la experiencia de partida de la coordinadora,no menos importante fue la decisión de adoptar como metodología de trabajo la investigación-acción que persigue resolver un problema colectivo de forma participativa, en este caso entre bibliotecarios, usuarios, investigadores y órganos directivos. Esta metodología permite el análisis-diagnóstico y su documentación, la acción-implantación, la evaluación y de nuevo el análisis-diagnóstico para su mejora. Se garantiza así una manera sistematizada de observar la realidad y los cambios producidos.

Los elementos nucleares en la política de indización desarrollada e implantada en la red de bibliotecas de la Unesp han sido la adopción

de un proceso de indización con una metodología única y conocida por todos los bibliotecarios partiendo de un modelo de lectura documental; la construcción, actualización y compatibilización del lenguaje de indización de la Unesp, así como el uso de procedimientos de evaluación de dicho lenguaje; y por último, el acierto de crear y poner en marcha grupos de trabajo entre los bibliotecarios donde de manera sistemática y científica han sido introducidos en los canales de análisis, implantación y mejora de su entorno profesional.

Esta obra posee numerosas aportaciones que el lector irá descubriendo pero son tres las que cabría resaltar. La exposición secuencial del estudio, implantación y evaluación de una política de indización, la demostración de los beneficios de trabajar de manera conjunta entre docentes-investigadores y bibliotecarios, y en tercer lugar, a buen seguro, esta iniciativa actuará como impulsora de políticas de indización en otras unidades de información brasileñas. Por otro lado, estamos ante una obra que destila por toda ella elementos que caracterizan a su coordinadora como su alma de docente e investigadora, el afán de mejora de los sistemas, procesos y ambientes profesionales, la habilidad para coordinar a personas y que participen de manera entusiasta durante largos períodos de tiempo, la capacidad de resurgir ante las dificultades y permanecer inmune al desaliento, el espíritu incansable ante los retos, la seriedad y rigurosidad en el trabajo, así como el respeto por las personas y su trabajo realizado.

Por último, solamente cabe desear que esta política de indización implantada cale por igual en toda la red de bibliotecas de la Unesp, que funcionen y se mantengan en el tiempo los mecanismos creados para su adaptación a los entornos cambiantes de los ambientes bibliotecarios y que esta experiencia puesta en marcha por la Profa. Lopes Fujita se vaya trasvasando a otras unidades o redes bibliotecarias y así extender la práctica de diseñar e implantar políticas de indización.

Isidoro Gil-Leiva
Universidad de Murcia, España
Águilas, Murcia, septiembre 2016

1 Política de Indexação para Bibliotecas: Funções e Finalidades

Mariângela Spotti Lopes Fujita

A política de indexação pode ser determinada por diversos fatores em uma unidade de informação, desde a seleção de tipos de documentos a serem indexados, procedimentos de análise e representação de assuntos, aspectos qualitativos da indexação como precisão, especificidade, exaustividade e revocação, instrumentos de controle de vocabulário tais como linguagens documentárias ou opção por trabalhar com linguagem natural, além da avaliação da indexação pela consistência e pela recuperação. Todos esses fatores, entretanto, ganham significado quando aplicados ao contexto interdisciplinar da biblioteca universitária que possui finalidades e objetivos e abriga condições em seu ambiente quanto à natureza da informação produzida e solicitada, bem como características interdisciplinares da comunidade científica de seus usuários.

Nesse sentido, é perfeitamente possível supor que as decisões emanadas de uma política de indexação sejam adequadas à combinação de diferentes variáveis existentes na biblioteca universitária ou em um sistema de bibliotecas universitárias, de tal modo que a linguagem livre seja adotada em combinação com uma linguagem de indexação para sua atualização, que a linguagem de indexação seja de elaboração própria sem compatibilização com outra linguagem, ou que, em função da falta de infraestrutura tecnológica, o catálogo não possa estar *online*, mas tão somente em rede interna e por isso todos os registros bibliográficos e de autoridades necessitam ser, necessariamente, construídos e não compartilhados. Mais outras variáveis combinadas podem ter outros resultados diferentes conforme o contexto de decisão da política de indexação, o que, certamente afetará, em maior ou menor medida, a recuperação da informação, objetivo final da política de indexação.

https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-817-0.p15-20

O fato é que a existência de uma política de indexação e seu registro oficial pela biblioteca ou sistema tem a função de circunstanciar as condições daquele momento para o respaldo das decisões a respeito de elementos da política de indexação, como por exemplo, a exaustividade e a especificidade da indexação, o processo de indexação e a linguagem de indexação no que tange a sua especificidade e exaustividade. Em outro momento do desenvolvimento e após sua avaliação, a política de indexação poderá ser modificada em função da melhoria de condições de infraestrutura ou por solicitação da comunidade usuária. Desse modo, além da função de negociação das decisões sobre a indexação, do registro das decisões bem como das circunstâncias envolvidas, a principal função da política de indexação é, fundamentalmente, orientar e sistematizar o trabalho do indexador para o aprimoramento da indexação e, por conseguinte, da recuperação da informação.

No contexto interdisciplinar de bibliotecas universitárias, investigações anteriores (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009; FUJITA; BOCCATO; RUBI, 2011) indicam mudanças significativas no comportamento informacional de acesso e uso do catálogo por usuários que solicitam recuperação por assuntos com mais especificidade, compatibilidade com sua linguagem de busca e disponibilidade de mecanismos de interação. Tais investigações e publicações demonstram e reforçam a necessidade de mais pesquisas em torno do tema de Política de Indexação que além de apresentar escassez de literatura é prioritária para o desenvolvimento e aprimoramento de sistemas de recuperação da informação de unidades de informação tais como bibliotecas e arquivos que ainda não descobriram o potencial de se planejar, elaborar e aplicar as orientações de uma política de indexação.

A complexidade está presente na elaboração e gestão da política de indexação se considerar que "sistemas complexos exibem uma grande quantidade de componentes independentes interagindo uns com os outros de inúmeras formas" (BRAGA, 1995, p.3). A elaboração da política de indexação pode ser analisada à luz da complexidade, tanto pela natureza cognitiva do processo de indexação e do nível de representações dos conteúdos, por indexadores, e das necessidades informacionais, por usuários, com linguagens diferentes, quanto pela gestão da política de indexação

para o planejamento, elaboração e implantação de normas, procedimentos, técnicas e manual da política de indexação com orientações gerais e específicas.

A indexação tem por objetivo o armazenamento das representações conceituais dos documentos para atender as necessidades de informação (GIL LEIVA, 2008, p. 70), compreendendo, fundamentalmente, duas etapas: 1) Análise de assunto; 2) Representação de conceitos.

A análise de assunto, por meio da leitura documental, permite a identificação e a seleção de conceitos orientados pelo conteúdo (documentos em análise) e pela demanda (usuários da biblioteca) para, em seguida, representá-los por termos da uma linguagem documental em uso pelo catálogo online. Tais ações são reflexos do contexto de atuação do bibliotecário, pois retrata o ambiente organizacional, o sistema de recuperação da informação, o perfil do usuário, o tipo de suporte, a profundidade e o nível de descrição temática (especificidade e exaustividade) realizada no documento.

A qualidade da indexação conduz à recuperação de informações úteis pelos usuários locais e remotos de bibliotecas. Essa afirmação tem respaldo no estudo teórico de Lancaster (2004) que expõe sobre a política de indexação ser determinante dos resultados quantitativos e qualitativos de consistência do processo de indexação e da precisão e revocação na recuperação da informação.

As bibliotecas, tendo em vista o modo como realizam a catalogação em equipe em um sistema, tem a necessidade de sistematizar processos e condutas de indexação. Para isso, dependem de uma política de indexação cuja elaboração emana sempre de um consenso entre usuários, indexadores, bibliotecários de referência e dirigentes, atores principais envolvidos no processo cotidiano onde as ações e mudanças acontecem e não dependem de um padrão de conduta uniforme, mas essencialmente de necessidades, comportamentos, decisões estratégicas e, sobretudo, de sociocognição.

Em artigo de Rubi e Fujita (2006), sobre o ensino para bibliotecários de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional procurou-se obter por meio da experiência do indexador mais subsídios sobre o tema de políticas de indexação devido à escassez de literatura. Para isso, o artigo relata a experiência do

curso à distância "Política de indexação em sistemas de informação" para bibliotecários indexadores das três universidades estaduais paulistas – Universidade de São Paulo (Usp); Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – integrantes do Sistema Cruesp/Bibliotecas. Os resultados obtidos revelaram que o grande investimento do sistema de informação deve ser feito no indexador por meio de treinamento constante, formação continuada e grupos de estudos.

Conforme os resultados, quem possui o conhecimento sobre a indexação é o indexador e somente ele poderá iniciar e dar continuidade aos processos de construção de novos conhecimentos sobre a indexação e, consequentemente, sobre sua política, dentro do sistema de informação. Nesse sentido o artigo recomenda que

É necessário que tanto os grandes sistemas de informação quanto bibliotecas que não estão vinculadas a nenhum sistema tenham a preocupação em documentar tudo aquilo que é criado em sua organização. Porém, mais necessário ainda, é a criação de redes de comunicação eficientes entre os indexadores, para que haja o compartilhamento de conhecimento, tomando o indexador como fonte de informação para o início da espiral da construção de novos conhecimentos pelo *e* para o sistema de informação, resultando até mesmo em um manual de indexação mais eficiente. Porém, não nos esquecendo que o indexador sempre estará à frente do manual, com o seu conhecimento (RUBI; FUJITA, 2006, p.12)

É importante ressaltar que o artigo Rubi e Fujita (2006) em suas considerações finais conclui com duas importantes constatações: de que a indexação deve ser analisada do ponto de vista administrativo do sistema, uma vez que os resultados da indexação, e de sua política, serão observados na recuperação da informação e que o indexador é o "ponto de partida" para a geração do conhecimento organizacional sobre política de indexação dentro dos sistemas de informação onde atua e este é o motivo principal pelo qual o indexador deve ser valorizado, ou seja, pela sociocognição.

O tema política de indexação não é recente na literatura publicada em Ciência da Informação[1], porém é inédita sua aplicabilidade para bibliotecas e, em especial, para bibliotecas universitárias.

Este hiato de tempo de 30 anos entre a publicação de Carneiro (1985) e os dias de hoje pode ser explicado de dois modos igualmente válidos: a indexação, processo equivalente à catalogação de assunto, teve desenvolvimento e aplicabilidade fora do espaço de bibliotecas e com documentos diferentes; a catalogação teve evolução com uso de metadados transferíveis por meio de tecnologias avançadas de interoperabilidade e a catalogação de assuntos não acompanhou a evolução acelerada dos catálogos online.

Mas, essa defasagem deve e tem como ser revertida na discussão da política de indexação que desenvolverá o conjunto de elementos, variáveis, processo e linguagem para o aprimoramento da indexação e recuperação da informação.

[1] A primeira publicação sobre política de indexação no Brasil data de 1985 realizada pela Profa. Marília Vidigal Carneiro da UFMG no periódico Perspectivas em Ciência da Informação.

Parte 1
Elaboração

2 A Elaboração da Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp

Mariângela Spotti Lopes Fujita
Vania Aparecida Marques Favato
Maria Marlene Zaniboni
Silvana Aparecida Fagundes,

As bibliotecas, tendo em vista o modo como realizam a catalogação cooperativa, têm a necessidade de sistematizar processos e condutas de indexação e para isto dependem de uma política elaborada em consenso por catalogadores para o planejamento, elaboração e implantação de normas, procedimentos, técnicas e manual da política de indexação com orientações gerais e específicas visando suprir necessidades informacionais da comunidade usuária.

Prevendo a necessidade de elaboração de um manual de implantação e avaliação de política de indexação, realizou-se a sistematização de uma proposta de política de indexação com e para bibliotecas elaborada pelo Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp composto por catalogadores[1] das áreas de Ciências Biológicas, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Exatas e Ciências Agrárias que contou com a colaboração de pesquisadores da UFSCar[2] e da Universidade de Múrcia, Espanha[3], orientanda do PPGCI/Unesp, Câmpus de Marília[4],

[1] Bibliotecas do Câmpus de Araçatuba, do Câmpus de Dracena, do Câmpus de Assis, do Câmpus de Botucatu – Rubião Junior, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas do Câmpus de Araraquara, do Câmpus de Marília e do Câmpus de Bauru

[2] Profa. Dra. Vera Regina Casari Boccato

[3] Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva

[4] Mariana de Oliveira Inácio

https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-817-0.p21-40

Coordenadoria Geral de Bibliotecas[5] e Grupo de catalogadores de bibliotecas da Unesp dentro do Projeto de Pesquisa "Política de Indexação para Bibliotecas Universitárias da Unesp"[6] com o objetivo de aprimorar a representação e recuperação temática de assuntos no catálogo Athena: banco de dados bibliográficos da Unesp.

Através da Portaria CGB/Unesp nº 05 de 04 de maio de 2010 constitui-se o Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp que dentre suas atribuições tinha a responsabilidade de capacitar a equipe de catalogadores das bibliotecas universitárias da Unesp a fim de elaborar, implantar e avaliar a política de indexação para recuperação da informação no catálogo Athena; discutir e avaliar a necessidade de mudança da linguagem documentária do sistema de bibliotecas da Unesp; formar equipe dedicada à implantação e avaliação do macrotesauro da Unesp. Esses foram os principais objetivos que demandaram a formação do grupo Política de Indexação e, posteriormente, o grupo Linguagem Unesp.

A Rede de Bibliotecas da Unesp é constituída por 32 bibliotecas, distribuídas por 23 cidades do Estado de São Paulo. A Coordenadoria Geral de Bibliotecas, criada em 1977, tem por objetivo gerenciar o funcionamento sistêmico da Rede de Bibliotecas, propiciando uma efetiva interação entre as bibliotecas que compõem a rede, o meio acadêmico e instituições congêneres nacionais e internacionais, por intermédio de ações conjuntas, facilitando a comunicação entre os vários segmentos da universidade, visando à democratização da informação em benefício da sociedade[7]. A Rede de Bibliotecas da Unesp tem por objetivo oferecer suporte às necessidades de informação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária atendendo usuários de sua comunidade acadêmica: docentes, discentes (de graduação e pós-graduação) e funcionários da universidade.

A automação da Rede de Bibliotecas da Unesp iniciou-se em 1997, com a aquisição do software Aleph, visando aumentar sua eficiência, informatizando funções e rotinas de modo a maximizar o uso de seu acervo e otimizar seus recursos para seus usuários. Para a formação do

[5] Flávia Maria Bastos e Cássia Adriana de Santana Gatti

[6] Projeto de pesquisa financiado com bolsa de Produtividade em Pesquisa de autoria de Mariângela Spotti Lopes Fujita (PQ-nível 1C)

[7] Fonte: www.biblioteca.unesp.br

banco bibliográfico, a rede de bibliotecas da Unesp adotou a catalogação cooperativa para conversão de registros bibliográficos de bases nacionais e internacionais. Em junho de 1999 com a inauguração do catálogo Athena, os dados do acervo bibliográfico já convertidos em linguagem de máquina, foram disponibilizados na internet.

Em 2006, após estudos, constatou-se que aproximadamente 50% do acervo da rede, especialmente da área de Ciências Humanas, estava em outros sistemas de gerenciamento de acervos, como MicroIsis, sistemas de patrimônio, etc. Neste momento era importante a conversão destes acervos para o catálogo Athena: banco de dados bibliográficos da Unesp, antes da unificação das bases, já se trabalhava num sistema de uma base coletiva e uma base local de cada unidade. Foi necessário elaborar um Projeto denominado "Conversão Humanas". Somente após a inclusão destes registros foi possível iniciar o processo de unificação dos acervos para, a seguir, fazer um *upgrade* de versão do software (ANTUNES et al., 2008).

Para padronizar a catalogação dos registros bibliográficos, a Coordenadoria Geral de Bibliotecas publicou o Padrão de qualidade de registros bibliográficos da Unesp (GATTI et al., 2002) e qualificou os profissionais bibliotecários da Rede de Bibliotecas da Unesp para a sua utilização. Durante os anos de 2002 a 2008 o objetivo foi dar visibilidade ao acervo bibliográfico elaborando registros bibliográficos com catalogação de alta qualidade.

Depois de um estudo piloto realizado, em 2007, pelo projeto de pesquisa "Política de tratamento da informação documentária da rede de bibliotecas da Unesp" (FUJITA et al., 2007) com nove bibliotecas universitárias da Unesp para coleta de dados em três áreas do conhecimento – Odontologia, Engenharia Civil e Pedagogia, detectou-se que apesar de possuir um vasto acervo bibliográfico, a recuperação por assunto não atendia as necessidades dos usuários. A partir da constatação desse fato verificou-se a necessidade de descobrir como sanar essa deficiência e centrar esforços para desenvolver na Rede um processo de indexação mais eficiente, que possibilitasse uma melhor recuperação por assunto dos registros existentes na base já que a catalogação descritiva estava adequadamente resolvida.

Os resultados indicaram, ainda, mudanças significativas no comportamento informacional de acesso e uso do catálogo por usuários que solicitam recuperação por assuntos com mais especificidade, compatibilidade com sua linguagem de busca e disponibilidade de mecanismos de interação. Por outro lado, o contexto atual de bibliotecas universitárias oferece diversidade de tipologias e especialidade de várias áreas do conhecimento que precisam da definição de processos, condutas e instrumentos mais adequados (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009).

Em tese sobre política de indexação voltada para o ambiente de bibliotecas universitárias com enfoque no aprimoramento do catálogo, Rubi (2008) faz uma discussão conceitual sobre a indexação na catalogação, além de realizar abordagem qualitativa-cognitiva baseada na coleta de dados do projeto de pesquisa “Política de tratamento da informação documentária da rede de bibliotecas da Unesp” (FUJITA et al., 2007) e conclui que o catalogador, em bibliotecas, deve ter consciência sobre a importância de sua atuação também na representação do assunto, apresentando uma postura compromissada semelhante à de um indexador que trabalha na produção de bases de dados. Entretanto, conclui que essa postura somente terá respaldo na biblioteca por meio de decisão política bem determinada, que reflita os objetivos, a filosofia e os interesses da instituição a qual está vinculada, da própria biblioteca e do usuário. Por este motivo apresenta uma proposta de diretrizes para a elaboração de política de indexação para construção de catálogos cooperativos em bibliotecas universitárias composta das fases de preparação, desenvolvimento e avaliação. Essa proposta é recomendada como intervenção na realidade do tratamento da informação documental de bibliotecas.

Com a constatação do problema de recuperação e dos resultados das pesquisas realizadas sob coordenação da Profa. Mariângela Spotti Lopes Fujita, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, foram realizados dois cursos de formação em serviço, no ano de 2009, para catalogadores de todas as bibliotecas da Unesp com a finalidade de discutir a elaboração da política de indexação da Unesp:

- **Curso 1**: Fundamentos teóricos e metodológicos da indexação.

- **Curso 2**: Fundamentos da indexação para a catalogação em bibliotecas universitárias.

Após o primeiro curso, os catalogadores redigiram relatório (RELATÓRIO, 2009) no qual fica evidente a decisão sobre vários aspectos da indexação na catalogação como proposta de elaboração do manual de indexação do sistema de bibliotecas da Unesp que foi mais aprofundado e sistematizado no Curso 2. Com o desenvolvimento dos dois cursos pretendeu-se a elaboração da proposta de política de indexação e para isso foi elaborado o Projeto de Pesquisa "Política de indexação para bibliotecas" (FUJITA, 2010) e formado o Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp com catalogadores das bibliotecas universitárias da Unesp que acompanhou todo o desenvolvimento do projeto.

Tendo em vista a complexidade que envolvia a elaboração da política de indexação mediante resultados obtidos em pesquisas anteriores acerca da importância da política de indexação em catálogos coletivos on-line de bibliotecas universitárias, realizou-se um estudo de observação participante de pesquisadores em política de indexação com um grupo de catalogadores de bibliotecas universitárias, visando elaborar, implantar e avaliar a política de indexação a partir da metodologia da pesquisa-ação.

A metodologia qualitativa da pesquisa–ação subsidiou a análise de resultados e demonstrou o contexto e o panorama de complexidade de um sistema de bibliotecas universitárias com vistas ao estabelecimento de diretrizes para a construção de política e de manual de indexação.

O desenvolvimento da política de indexação pelo Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp compreendeu duas etapas cronologicamente demarcadas: na primeira, pela elaboração de uma proposta de política de indexação e, na segunda, pela implantação da proposta, como segue.

Primeira etapa: 2010-2012 - Diagnóstico e elaboração da proposta de política de indexação

Com a constituição do grupo e definição da metodologia de pesquisa, iniciaram-se os trabalhos a partir da primeira reunião ocorrida em

17 de maio de 2010. Foram determinadas duas frentes de trabalho nessa oportunidade, a política e a linguagem de indexação, com base, respectivamente, em duas vertentes: a parte de política de indexação que estava a cargo da Profa. Mariângela Spotti Lopes Fujita, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e a linguagem documentária ficaria sob a responsabilidade da Profa. Vera Regina Casari Boccato, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

As primeiras reuniões foram decisivas para compreensão da temática, considerando que o grupo de trabalho não tinha muita familiaridade com o assunto. A primeira tarefa do grupo foi a de fazer uma descrição da realidade de trabalho que justificasse a necessidade de redação de uma política de indexação e uma linguagem de indexação mais específica.

Para a redação da proposta de Política de Indexação para Bibliotecas Universitárias da Unesp, além da literatura publicada pelo grupo de pesquisadores (RUBI, 2008; BOCCATO, 2009; FUJITA, RUBI; BOCCATO, 2009), foi tomado como parâmetro sistematizador a leitura do manual "Política de Indexação da Biblioteca" do Supremo Tribunal Federal de Justiça (BRASIL, 2009).

Para a questão da linguagem foram desenvolvidas duas avaliações para identificar o problema principal que justificasse a necessidade de implantação de uma política de indexação para a rede de bibliotecas universitárias da Unesp.

A discussão que determinou o primeiro estudo de avaliação foi pautada pelos seguintes aspectos relacionados ao campo de assunto 650 do formato MARC21 nos registros bibliográficos que contém os assuntos tópicos: os cabeçalhos de assuntos não tinham um padrão de registro de autoridade com controle de uma única linguagem e haviam cabeçalhos de assuntos extraídos de várias linguagens: Lista de Cabeçalho de Assunto da Rede Bibliodata - LCARB, Descritores em Ciências da Saúde - DeCS, Library of Congress Subject Headings – LCSH e de linguagem natural.

Ademais, constatou-se a utilização indevida do campo 690 nos registros bibliográficos onde eram inseridos termos da linguagem natural extraídos de catálogos locais, propiciando assim, um crescimento desordenado de assuntos.

Considerou-se nas discussões que a crescente utilização do campo 690 pelos catalogadores da Rede de Bibliotecas da Unesp também se deu, pelo fato da manutenção e atualização da linguagem LCARB do Bibliodata pela FGV, visando o controle terminológico do campo 650, conforme relato da senhora Maria do Socorro Gomes de Almeida, responsável pela linguagem da Rede Bibliodata da FGV na ocasião, em reunião realizada em 04 de maio de 2011, com o Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp.

A primeira pesquisa "Avaliação da linguagem de indexação pela recuperação no catálogo" foi realizada no período de outubro de 2010 a março de 2011 a fim de se obter comprovação dos índices de precisão na recuperação por assuntos, campo 650, dos registros bibliográficos do catálogo Athena mediante avaliação comparada das linguagens LCARB - Bibliodata, Vocabulário USP - VocaUSP e Linguagem natural.

A análise dos resultados obtidos na primeira pesquisa da avaliação comparada do uso de linguagem de indexação revelou que a LCARB utilizada no catálogo Athena teve índice de precisão mais baixo na recuperação da informação em relação ao VocaUSP e linguagem natural. A especificidade de termos exigida pelo usuário na recuperação foi mais satisfatória com a consulta às linguagens controladas e na comparação das duas linguagens evidenciou-se mais especificidade no VocaUSP. A LCARB alcançou um índice de precisão no catálogo Athena quase similar ao VocaUSP, isto é, de 6,5%, em relação a 8,0%. Atribuíu-se a esse declínio de quase 2% ao fato da linguagem possuir uma estrutura pré-coordenada que não propicia uma flexibilização na construção de estratégias de busca de acordo com a intenção de pesquisa do usuário.

Tendo em vista os resultados e conclusões obtidas na primeira pesquisa ficou claro que a linguagem influencia a busca, porém não tem alcance sobre uma grande quantidade de documentos recuperados pela linguagem natural, o que nos levou a considerar que existia, então, outro problema com maior influência do que a linguagem, o processo de indexação ou a falta dele o que mostrou a necessidade de realização de uma nova pesquisa.

A segunda pesquisa foi realizada de maio a dezembro de 2011 com o objetivo de avaliar a consistência do processo de indexação a partir da linguagem de indexação LCARB, realizado conforme elementos de política de indexação em discussão para elaboração de proposta abaixo relacionados:

- Avaliar a linguagem em um processo de indexação determinado por uma política;
- Comparar os índices de precisão na recuperação da informação com uma amostra de livros indexados com e sem política de indexação.

Para a realização da segunda pesquisa de avaliação foi necessária a Capacitação do "Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp" que ocorreu em 01 de junho de 2011 com o Curso "Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas" com o objetivo de realizar a reindexação dos documentos da amostra selecionada. A fim de padronizar os procedimentos de reindexação nos registros bibliográficos da amostra foi utilizada uma apostila denominada "Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas".

A visita do Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva da Universidad de Murcia, Espanha, em 20 de junho 2011, para discussão dos resultados obtidos na primeira pesquisa proporcionou elaboração de proposta de metodologia para segunda pesquisa com capacitação do grupo na metodologia de avaliação de linguagem pela consistência do processo de indexação.

A análise dos resultados obtidos revelou que a base reindexada conforme proposta de política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp teve melhor desempenho na recuperação de assuntos dos temas selecionados, concluíndo-se que:

- O processo de indexação é necessário durante a catalogação;
- O uso de uma metodologia de indexação aumenta a exaustividade e a especificidade dando visibilidade aos conteúdos documentais das coleções das bibliotecas;

Considerando os aspectos de precisão e revocação, foi possível identificar e comprovar o problema de recuperação da informação no catálogo Athena com os resultados obtidos pelas primeira e segunda pesquisa. Após discussão e análise dos resultados, o Grupo de Política de Indexação recomendou que o problema de indexação na Rede de Bibliotecas da Unesp fosse solucionado mediante abordagem de dois aspectos:

Da linguagem:

- deve propiciar a pós-coordenação de termos, na medida do possível, para que o usuário possa especificar ou generalizar a sua pesquisa no momento da busca e não o bibliotecário no momento da indexação;
- a linguagem deve ser disponibilizada diretamente no sistema Aleph, para o bibliotecário e no catálogo para o usuário para que o programa possa remeter o termo da linguagem natural diretamente para o termo autorizado e permitir a visualização dos respectivos registros bibliográficos.

Da Política de indexação:

- deve ser adotada uma política de indexação para a Rede, com processos bem definidos e padronizados, para alcançar um grau plenamente satisfatório de precisão, exaustividade e consistência na indexação.

A partir dos resultados das pesquisas, discussões do Grupo de Política de Indexação e dessas recomendações foi elaborada a “Proposta de Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp” (UNESP, 2012) da Rede de Bibliotecas da Unesp conforme estudo elaborado pelo Grupo de Política de Indexação.

Em 14 de fevereiro de 2012 no Encontro de Bibliotecários da Rede de Bibliotecas da Unesp, realizado em Bauru, foi apresentado oficialmente aos diretores de Bibliotecas os resultados das pesquisas e a proposta, obtendo aprovação para sua implantação. A partir de então tornou-se vigente a adoção da “Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp” que definiu padrões e procedimentos de indexação de registros

de assunto no campo 650 do formato MARC21 de registros bibliográficos do catálogo on-line Athena.

2ª Etapa: Implantação e avaliação da "Proposta de Política de Indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp" - março de 2012 a setembro de 2014

O início da implantação se deu a partir de capacitações aos catalogadores das bibliotecas, realizadas em Marília nos dias 16 e 17, 23 e 24 de abril de 2012, acerca da proposta de política de indexação com especial enfoque para o uso do Modelo de Leitura Documentária, parte essencial da política de indexação que se refere ao processo de análise de conteúdo utilizando uma metodologia sistematizada para o catalogador.

A partir dessas capacitações houve uma mudança no processo de catalogação visando uma melhor indexação de assuntos do campo 650 dos registros bibliográficos com relação à: identificação dos registros modificados, acompanhamento da elaboração de registros de autoridade e uso da linguagem mais apropriada.

Com o objetivo de acompanhar as mudanças no processo de indexação realizado pelos catalogadores o Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp se dividiu em grupos de apoio regionais e temáticos durante o período de implantação da política com atuação a partir de 24 de abril de 2012 que se prolongou até dezembro de 2014.

Para a identificação dos registros bibliográficos modificados foi decidido que, a partir do número de sistema 702.000, os catalogadores passariam a cumprir a política de indexação para a elaboração do campo 650 na planilha de catalogação do sistema Aleph, e, sobretudo, cada registro bibliográfico teria no mínimo 3 e no máximo 12 termos. Os registros anteriores ao número 702.000 que fossem alterados deveriam ser adequados à política de indexação e identificados pelo campo IND preenchido com a sigla da biblioteca, na perspectiva de realizar avaliações futuras.

Como procedimento de acompanhamento foi criada, na mesma época, uma base de verificação e controle denominada UEP11 com registros de autoridade que os catalogadores alimentavam a partir da criação dos regis-

tros bibliográficos que, após verificação dos grupos de apoio, eram validados e transferidos para a base definitiva de registros de autoridade denominada UEP10. Com a consolidação da política de indexação mais à frente, observada pelos grupos de apoio regionais mediante conhecimento internalizado pelos catalogadores sem que houvessem dúvidas, a base UEP11 foi desativada em 06 de maio de 2013 e os catalogadores liberados pelos grupos de apoio para inserir os registros de autoridade após confirmação dos termos.

Durante a capacitação realizada em abril de 2011 o Grupo de política de Indexação discutiu o uso da linguagem Bibliodata cujo vocabulário específico e estrutura hierárquica foram considerados desatualizados tendo em vista a evolução da LCSH, sua matriz. Diante disso, foi proposto o uso da terminologia de assuntos da Fundação Biblioteca Nacional considerando-se as seguintes vantagens: é também uma tradução da linguagem LCSH, portanto, tem a mesma fonte de vocabulário que a linguagem Bibliodata, ora utilizada pela Unesp; apresenta um vocabulário, ao mesmo tempo, especializado e genérico que é atualizado por uma equipe capacitada da Fundação Biblioteca Nacional; possui estrutura hierárquica e de relações associativas de tesauro, que é uma grande vantagem por demonstrar o campo semântico completo de cada descritor, permitindo assim, que tanto o catalogador quanto o usuário tenham acesso a todos os termos relacionados semântica e sintaticamente ao termo acessado.

Em ofício enviado em 24 de abril de 2012 à Fundação Biblioteca Nacional, foi solicitada a cessão da base completa de registros de autoridades que formava a linguagem da BN. Ressaltou-se a necessidade de implantação da política de indexação de bibliotecas universitárias da Unesp aprovada no dia 14 de fevereiro de 2012 pelo sistema de bibliotecas da Unesp que recomendou a disponibilização da linguagem junto ao catálogo on-line para o acesso e uso por usuários em estratégias de busca para a recuperação precisa da informação e por bibliotecários durante a indexação na catalogação de assuntos para compatibilidade terminológica de termos identificados.

Entretanto, tal solicitação foi negada e a orientação fornecida era de que os catalogadores poderiam copiar os registros de autoridades um por vez na medida da atualização.

Nessa perspectiva e diante da impossibilidade de internalização da base de registros de autoridades da BN, considerou-se a base de registros de autoridade da linguagem do Bibliodata já existente no Aleph relacionados com os registros bibliográficos Unesp, que deu origem, em novembro de 2012, à base de autoridade denominada UEP10 no catálogo Athena, possibilitando, na sequência, a criação do Grupo de Linguagem Unesp em janeiro de 2014 com a finalidade de construir a Linguagem Unesp a partir dos registros da Linguagem da Fundação Biblioteca Nacional, LCSH e MeSH.

Em reunião com Diretores das bibliotecas da Unesp, realizada em Dracena, SP em 05 de junho de 2012, foi apresentada a Proposta de Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp com a finalidade de solicitar apoio aos catalogadores diante dos novos procedimentos que exigiam qualidade e padronização na elaboração do campo de assunto dos registros bibliográficos com uso da metodologia e da linguagem de indexação. O apoio foi confirmado e, nessa oportunidade, foram indicados novos membros, fato que propiciou a ampliação do Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp e o aumento de reforço ao trabalho dos catalogadores.

Com a viabilidade de criação da base de autoridades UEP10 foi necessária a capacitação do grupo de política de indexação para a compreensão do processo de elaboração padronizada de registros de autoridade segundo o formato MARC21 porque, até então, os catalogadores não tinham essa prática de trabalho incorporada. O curso de capacitação "Formato de autoridade MARC21" foi ministrado ao Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp pela Sra. Margarida Morsoleto Ferreira no dia 24 de agosto de 2012 que propiciou a formação necessária ao desenvolvimento e elaboração de curso de capacitação aos catalogadores da Rede de Bibliotecas da Unesp no período de 12 a 14 de novembro de 2012.

A partir dessa capacitação, os catalogadores passaram a inserir novos registros de autoridade para nomes pessoais, corporativos e títulos uniformes (campos 100, 110 e 130 do formato MARC21), de assuntos tópicos (campos 150) e de assuntos geográficos (campos 151) na base UEP10 de forma padronizada à medida em que os registros bibliográficos eram criados ou modificados.

Entre 30 de novembro de 2012 e 18 de fevereiro de 2013 foram elaborados e inseridos 3134 registros de autoridade. Desses, apenas 125 eram registros de autoridades de assuntos tópicos (101) e assuntos geográficos (24) e a maioria eram registros de autoridade para nomes pessoais. Tais resultados demonstraram a necessidade de alertar o Grupo de Catalogação da Rede de Bibliotecas da Unesp para que ficassem responsavéis pela continuidade de elaboração e inserção desses registros considerando-se que são resultantes do processo de catalogação descritiva de registros bibliográficos, o que de fato ocorreu a partir de janeiro de 2014. Por outro lado, o Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp preocupou-se com o número reduzido de registros de autoridade de assuntos tópicos como fator impeditivo do desenvolvimento da Linguagem Unesp. A conscientização acerca dos registros de autoridades de assuntos tópicos e geográficos, exigiu um empenho mais direcionado para a construção da Linguagem Unesp e correção automática dos termos nos campos de assuntos e, dessa forma, o Grupo passou a conduzir e orientar os catalogadores para essa finalidade.

Com a proposta de passar a responsabilidade dos registros de autoridade para nomes pessoais, corporativos e títulos uniformes ao Grupo de Catalogação, foi realizada reunião do Grupo de Política de Indexação em 18 de março de 2013 com a participação da Profa. Dra. Plácida L. V. A. da Costa Santos e do mestrando Fabrício Silva Assumpção que apresentou seu trabalho de conclusão de curso (ASSUMPÇÃO, 2011), sobre consistência em autoridades. O mestrando Fabrício Silva Assumpção foi convidado a participar do Grupo de Política de Indexação e no Grupo de Catalogação. Ficou definido que ambos os grupos teriam uma colaboração mútua para desenvolvimento mais rápido da padronização da base de registros bibliográficos e registros de autoridade. Assim, dois integrantes do Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp passaram a participar, ao mesmo tempo, dos dois grupos como garantia de continuidade e de acompanhamento dos catalogadores.

Com a aplicação da nova metodologia de trabalho, iniciada em novembro de 2012, após o curso de capacitação do Formato de Autoridade MARC21, foi possível a definição de um universo de 2.130 registros bibliográficos (com o campo IND) reindexados no período compreendido entre novembro de 2012 a fevereiro de 2013 do qual foi retirada uma

amostra de 600 registros para realizar uma terceira avaliação com o objetivo de verificar o uso do processo de indexação e uso das linguagens "Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional", "Library Congress Subject Headings - LC" e "Medical Subject Headings - MeSH". Essa avaliação, iniciada em abril de 2013 e finalizada em março de 2014, utilizou a ferramenta MarcEdit para realizar por lotes a verificação e correção dos registros bibliográficos com campo IND.

A capacitação do Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp sobre a ferramenta MarcEdit foi ministrada pelo mestrando Fabrício Silva Assumpção no dia 10 de abril de 2013. Os objetivos do curso foram: conhecimento da ferramenta, principais funcionalidades e aplicações, funções de avaliação dos registros e emissão de relatórios e edições de registros para correção de campos em lote.

Os resultados dessa terceira avaliação sinalizaram que a política de indexação havia sido internalizada pelos catalogadores tendo em vista que a amostra de registros bibliográficos observada revelou que de fato, eles realizaram os procedimentos e utilizaram os elementos e instrumento da proposta de política de indexação. Além disso, foi observado o aparecimento de novos termos que necessitavam de controle decorrente da necessidade de se ampliar o vocabulário mais especializado da Linguagem Unesp.

Esses dois aspectos foram decisivos para a institucionalização da "Proposta de Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp" e criação de um Grupo responsável pela Linguagem Unesp.

A institucionalização da "Proposta de Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp" ocorreu em setembro de 2014 com a publicação do "Manual de política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp" (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO", 2014) após ajustes decorrentes de avaliações e negociações originadas pela aplicação prática de implantação da Proposta desde sua aprovação em fevereiro de 2012.

O Grupo de Linguagem foi criado em janeiro de 2014 e oficializado por meio da Portaria CGB/Unesp nº 03 de 12 de março de 2015 com o objetivo de manter, atualizar e orientar o uso correto da Linguagem Unesp para disponibilizá-la na recuperação da informação. Os membros

que integram esse grupo são bibliotecários catalogadores de várias bibliotecas de acordo com a área do conhecimento em que atuam, sendo que a primeira reunião do grupo de Linguagem ocorreu em 23 de janeiro de 2014 e a seguir a primeira capacitação do grupo com o curso de Terminografia realizada em 28 de abril de 2014.

Durante esse período houve ainda o curso de capacitação "Modelo de Leitura para indexação de textos narrativos de ficção", ministrado pela Profª Drª Deise Maria Antonio Sabbag para os grupos de "Política de indexação" e de "Catalogação" e catalogadores da Unesp nos dias 4 e 5 de setembro de 2014. Esse curso proporcionou conhecimento sobre como indexar textos narrativos de ficção com metodologia adequada às estruturas textuais narrativas diferentes das demais estruturas.

Considerando os desafios enfrentados e a experiência adquirida, o Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp passou a organizar todo o conhecimento adquirido na elaboração, implantação e avaliação da política de indexação para a Rede de Bibliotecas Universitárias da Unesp de forma a publicar este livro e disseminar o conhecimento para as demais bibliotecas.

Quadro 1 - Cronograma da elaboração, implantação e avaliação da política de indexação. Primeira etapa: 2010-2012 - Diagnóstico e elaboração da proposta de política de indexação

Ações	**Período**
Composição do Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp com realização de reuniões mensais em 04/05/2010 Portaria CGB nº 04	04 de maio de 2010
Início das reuniões para elaboração da "Proposta de Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp" com apresentação do projeto de pesquisa "Política de Indexação para Bibliotecas"	17 de maio de 2010
Primeira pesquisa: "Avaliação de linguagem de indexação com o catálogo Athena"	outubro de 2010 a março de 2011
Curso de capacitação do Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp: "Elaboração da Terminologia de Assuntos Unesp: possibilidades e perspectivas"	17 e 18 de novembro de 2010
Reunião com a senhora Maria do Socorro Gomes de Almeida, responsável pela linguagem da Rede Bibliodata da FGV	04 de maio de 2011

Curso de capacitação "Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas" para o Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp	1º de junho de 2011
Visita de avaliação do Prof. Dr Isidoro Gil Leiva da Universidad de Murcia, Espanha, para discussão dos resultados obtidos na primeira pesquisa e proposta de metodologia para segunda pesquisa com capacitação do grupo na metodologia de avaliação de linguagem pela consistência do processo de indexação	27 junho 2011
Segunda pesquisa: "Avaliação da linguagem de indexação LCARB pela consistência do processo de indexação realizado conforme política de indexação"	maio a dezembro de 2011
Identificação do problema que determinou a necessidade de implantação da política de indexação pela Rede de Bibliotecas da Unesp	janeiro e fevereiro de 2012
Apresentação da "Proposta de Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp"	14 de fevereiro de 2012

Fonte: Dados dos autores.

Quadro 2 - Cronograma da elaboração, implantação e avaliação da política de indexação. Segunda Etapa: Implantação e avaliação da "Proposta de Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp" - março de 2012 a setembro de 2014

Ações	**Período**
Curso de Capacitação "Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas" para os catalogadores das bibliotecas realizado em Marília, para início da implantação da proposta	16 e 17 e 23 e 24 de abril 2012, e 25 e 26 de junho de 2012
Criação de grupos de apoio regionais e temáticos à Indexação dos catalogadores da Rede de Bibliotecas para acompanhamento e esclarecimentos durante a implantação	24 de abril de 2012 a dezembro de 2014
Reunião no Câmpus de Dracena com diretores das bibliotecas da Unesp que aprovou a Proposta e indicou novos membros para o Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp	05 de junho de 2012
Curso de capacitação "Catalogação do registro de autoridade em formato Marc21" para o Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp pela bibliotecária Margarida M. Ferreira	24 de agosto de 2012
Curso de capacitação "Catalogação do registro de autoridade em formato Marc21" realizado pelo Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp	12 a 14 de novembro de 2012 e 03 e 04 de dezembro de 2012
Internalização da linguagem Bibliodata no catálogo Athena e disponível para indexação pelos indexadores	31 de outubro de 2012
A partir dos registros SYS 702.000, a elaboração do campo 650 de assunto do MARC21 sistema Aleph obedeceu a política de indexação com no mínimo 3 e no máximo 12 termos.	26 de novembro de 2012

Reunião do Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp com a participação da Profa. Dra. Plácida L. V. A. da Costa Santos e do mestrando Fabrício Silva Assumpção.	18 de março de 2013
Curso de capacitação: "Ferramenta MARC EDIT" para o Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp pelo mestrando Fabrício Silva Assumpção	10 de abril de 2013
Terceira pesquisa: avaliação para observar o uso da politica de indexação durante a catalogação de assunto no preenchimento do campo 650	outubro de 2013 à março de 2014.
Criação do Grupo de Linguagem Unesp em janeiro de 2014 formalizado através da Portaria CGB/Unesp Nº 03 de 12 de março de 2015	janeiro de 2014
Curso de capacitação: "Terminografia" para o Grupo de Linguagem	28 de abril de 2014
Revisão da "Proposta de Política de Indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp" para publicação do "Manual de Política de Indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp"	abril a agosto de 2014
Publicação do "Manual de Política de Indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp"	setembro de 2014
Curso de capacitação: "Modelo de Leitura para indexação de textos narrativos de ficção" pela Profª Drª Deise Maria Antonio Sabbag para os Grupos "Política de Indexação" e "Catalogação" e catalogadores da Unesp	4 e 5 de setembro de 2014
Elaboração do livro "Política de Indexação para Bibliotecas: elaboração, avaliação e implantação"	a partir de outubro de 2014.

Fonte: Dados dos autores.

3 A Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp: da Elaboração da Proposta à Implantação

Mariângela Spotti Lopes Fujita
Sônia Mara Alves Scutari
Cássia Adriana de Santana Gatti
Luciana Beatriz Piovezan dos Santos

Com os conhecimentos teóricos do Grupo de Pesquisa de Indexação[1] e práticos do grupo de catalogadores da Unesp[2] foi composto o Grupo de Política de Indexação. Construímos ao longo de dois anos uma proposta de política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp fundamentados na certeza de que a indexação poderia contribuir para diminuir a obsolescência da catalogação de assuntos com seu corpus teórico e metodológico em análise documental de conteúdos, instrumentos e avaliação. A proposta foi implantada e passados dois anos de experiência, o resultado dessa contribuição começa a surgir. Hoje, transformada em política de indexação registrada em "Manual de política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp" (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO", 2014) pro-

[1] Composto pelos Professores Mariângela Spotti Lopes Fujita, Isidoro Gil Leiva e Vera Boccato com a colaboração da mestranda Mariana de Oliveira Inácio

[2] Composto pelos catalogadores Cláudio Hideo Matsumoto (Biblioteca do Câmpus de Araçatuba); Fábio Sampaio Rosas (Biblioteca do Câmpus de Dracena); Maria Marlene Zaniboni (Biblioteca do Câmpus de Bauru) ; Sônia Mara Alves Scutari (Biblioteca do Câmpus de Araraquara); Sulamita Selma Clemente Colnago (Biblioteca do Câmpus de Botucatu); Telma Jaqueline Dias Silveira (Biblioteca do Câmpus de Marília); Vânia Aparecida Marques Favato (Biblioteca do Câmpus de Assis); Márcia Correa Bueno Degasperi (Biblioteca do Câmpus de Rio Claro); Lúcia Silva Parra (Biblioteca do Instituto de Artes); Rosane Rodrigues de Barros Ribas (Grupo de Informações Documentárias - Reitoria); Silvana Aparecida Fagundes (CGB - Reitoria - São Paulo); com a colaboração de Cássia Adriana de Santana Gatti (CGB).

https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-817-0.p41-66

porcionará uma grande melhoria na recuperação por assuntos de todas as áreas no catálogo Athena e, por consequência, a visibilidade e uso de todo o acervo bibliográfico.

Essa trajetória de elaboração da política de indexação realizada pelo Grupo até a implantação que resultou no Manual é explicitado com destaque para as alterações da Proposta original submetida à avaliação dos catalogadores das bibliotecas universitárias da Unesp durante o período de implantação que iniciou em fevereiro de 2012 e se encerrou em setembro de 2014 ocasião da publicação do Manual que recebeu as alterações da proposta original. Desse modo, o texto apresentará a proposta original com as alterações e seus motivos.

Pela especificidade de áreas de assunto existentes nas coleções armazenadas e organizadas nas bibliotecas da Unesp é possível afirmar que esta política garantirá, sob a perspectiva profissional, uniformidade e segurança no trabalho do catalogador com provável aprimoramento das tarefas de catalogação de assunto.

Desse modo, esta política, desde sua proposição, foi intensamente discutida e analisada à luz do contexto do sistema de bibliotecas universitárias da Unesp e de duas pesquisas inéditas de avaliação de linguagens e de indexação em catálogo de biblioteca universitária. Essas pesquisas demonstraram que a recuperação da informação por assunto no catálogo Athena tem problemas com a precisão, revocação e estrutura da linguagem, reforçando a necessidade da política de indexação. No contexto das bibliotecas universitárias da Unesp, foram consideradas a infraestrutura material, física e tecnológica, comunidade usuária e características das coleções. É importante lembrar que a política de indexação deve refletir a natureza de cada instituição e, principalmente, sua cultura profissional e acadêmica, motivo pelo qual apresentamos características intransferíveis da Unesp e de seu sistema de bibliotecas.

A política de indexação a seguir é um conjunto de condutas, procedimentos e instrumentos imersos em um contexto de gestão e envolvidos pela cultura organizacional da Rede de Bibliotecas da Unesp. Isso significa que a política de indexação emana de uma negociação entre as pessoas que realizam um consenso para promoverem um serviço estratégico com resultados visíveis para a comunidade. Por isso, a política está subdividida em

três partes principais: os elementos da política de indexação, o processo de indexação e o instrumento da indexação.

A parte de elementos é definidora de condutas e padrões a serem adotados por todos os catalogadores para garantia de uniformidade e consistência. Nesta primeira parte fica evidente que o formato MARC21 é o local do resultado da catalogação de assunto e não precisa ser modificado, tampouco o "Padrão de Qualidade dos Registros Bibliográficos da Unesp". No tocante ao MARC21 entendemos que ele sintetiza de forma inequívoca o alto aprimoramento alcançado pela catalogação descritiva, entretanto, tão importante quanto este padrão é a adoção de um método de indexação que torne acessível estes metadados na busca do usuário, caso contrário, de nada servirá a excelência da catalogação descritiva. Por outro lado, o tempo que se investirá na catalogação de assunto representa o custo/benefício alcançado pela recuperação por assuntos com revocação e precisão pelo usuário.

O processo de indexação e a adoção de uma metodologia única é o aspecto inovador a ser incluído na Parte II como ponto principal da política de indexação, pois revela uma grande diferença qualitativa e quantitativa na recuperação por assuntos conforme resultados obtidos em pesquisas realizadas pelos grupos.

Por último, a Linguagem Unesp é um instrumento de alta importância na mediação entre a indexação feita pelo catalogador e a recuperação por assuntos realizada pelo usuário. É oportuno frisar que, assim como os métodos de catalogação de assuntos estão atualmente obsoletos ou inexistentes, a linguagem utilizada está desatualizada na estrutura e no vocabulário e precisa ser aprimorada e atualizada, caso contrário, a mediação não se realizará entre o sistema de busca e o usuário.

É inegável a enormidade do desafio a ser superado, mas precisa ser enfrentado por todos nós que temos consciência dos problemas que atingem nossos usuários quanto ao uso do catálogo em buscas por assunto: alta recuperação que o desmotiva a escolher um documento e falta de especificidade naquilo que tem necessidade para suas pesquisas. Estes dois fatores juntos são suficientes para invalidar o diferencial do catálogo disponível na web: encontrar a informação certa para o usuário certo no momento certo.

A política de indexação: proposta e implantação

A trajetória de elaboração da política de indexação realizada pelo Grupo até a implantação que resultou no Manual é explicitado a seguir com destaque para as alterações da Proposta original submetida à avaliação dos catalogadores das bibliotecas universitárias da Unesp durante o período de implantação que iniciou em fevereiro de 2012 e se encerrou em setembro de 2014, ocasião da publicação do Manual que recebeu as alterações da proposta original. Desse modo, o texto apresentará a proposta original com as alterações e seus motivos, explicitados em "OBSERVAÇÃO", para identificar sua evolução pela prática dos catalogadores.

3.1 Definição de Elementos da Política de Indexação

Os elementos da política de indexação determinam os objetivos da indexação e determinam a recuperação da informação. Os elementos que direcionam a política de indexação são: cobertura temática, seleção e tipos de documentos, público alvo, indexador, concordância, exaustividade, especificidade, correção, consistência e sistema de busca e recuperação por assuntos.

3.1.1 Cobertura temática

O acervo da Rede de Bibliotecas da Unesp é composto pelas três grandes áreas do conhecimento: Humanas, Exatas e Biológicas. A cobertura temática das bibliotecas Unesp abrange, portanto, todas as áreas do conhecimento científico. Para fins de elaboração da Linguagem Unesp, as grandes áreas do conhecimento foram subdivididas da seguinte forma:

1. *Engenharias*: Engenharias, Arquitetura, Desenho Industrial, Cartografia;
2. *Humanas*: Letras, Pedagogia, História, Geografia, Filosofia, Psicologia, Tradução e Intérprete, Jornalismo, Radialismo, Relações Públicas, Artes Visuais, Artes Cênicas e Música;

3. *Ciências Sociais Aplicadas*: Ciências Sociais, Direito, Serviço Social, Biblioteconomia, Arquivologia, Administração, Economia, Relações Internacionais e Turismo;
4. *Ciências Biológicas e Ambientais*: Biologia, Ecologia, Biotecnologia, Biologia Marinha, Gerenciamento Costeiro, Engenharia Ambiental e Química Ambiental;
5. *Ciências Puras*: Química, Física, Matemática, Estatísticas, Ciência da Computação, Análise de Sistemas;
6. *Ciências Agrárias*: Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Engenharia Florestal, Engenharia Industrial Madeireira e Geologia;
7. *Ciências da Saúde*: Medicina, Odontologia, Biomédicas, Física Médica, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Enfermagem, Farmácia, Educação Física e Nutrição.

OBSERVAÇÃO: *O item manteve-se inalterado após período experimental de implantação.*

3.1.2 Composição do acervo e tipos de documentos

Cada biblioteca da rede Unesp possui sua própria política de desenvolvimento de coleções. Os critérios básicos para a aquisição são a pertinência dos assuntos tratados para cada unidade e o estado físico do material. Os tipos documentais presentes nos acervos da rede Unesp são:

- livros;
- periódicos;
- teses;
- dissertações;
- TCCs;
- monografias;
- memoriais;
- mapas;
- fotografias;
- partituras;
- catálogos;
- patentes;
- modelos moleculares;

- testes psicológicos;
- separatas;
- folhetos;
- relatórios de estágio;
- CDs;
- CD-ROMs;
- DVDs;
- fitas cassete;
- fitas de vídeo;
- discos de vinil;
- slides;
- microfilmes.

OBSERVAÇÃO: *O item teve seu título alterado de "composição do acervo" para "composição do acervo e tipos de documentos" porque a relação de documentos que segue apresenta tipos documentais.*

3.1.3 Público-alvo

A indexação dos materiais bibliográficos da Rede de Bibliotecas da Unesp beneficiará prioritariamente a comunidade universitária, profissionais que trabalham com organização da informação e todos que acessarem o catálogo Athena.

OBSERVAÇÃO: *O texto do item substituiu o texto a seguir porque havia uma sequência de uso anterior ao tratamento temático da informação realizada pelos catalogadores antes que a comunidade universitária pudesse utilizá-la:*
"A indexação dos materiais bibliográficos da Rede de Bibliotecas da Unesp beneficiará a comunidade universitária (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos). Em um segundo momento, favorecerá, a equipe técnica da biblioteca no que concerne ao desenvolvimento de suas atividades profissionais que visem a melhoria da organização e disseminação da informação documental."

3.1.4 Indexador

A indexação ficará a cargo do bibliotecário catalogador.

Deverá ser proporcionada capacitação continuada aos bibliotecários catalogadores quanto ao uso do "Manual de Política de Indexação", da Linguagem Unesp, bem como, orientação quanto à política de indexação e fundamentação teórico-metodológica da área de Terminologia.

OBSERVAÇÃO: *Foi incluída a capacitação continuada, para que se torne uma ação frequente, sendo realizada anualmente.*
Assim como foi incluída a Linguagem Unesp, ao invés de Terminologia, pois a Terminologia não indica a existência da Linguagem Unesp.
A fundamentação teórico-metodológica da área de Terminologia é necessária para inclusão de termos novos que não existam nas fontes de consulta da Linguagem Unesp, como a LCSH, MeSH e Linguagem da Biblioteca Nacional.

3.1.5 Concordância

O indexador deverá ater-se aos termos da Linguagem Unesp, seguindo a estrutura hierárquica e as regras que orientam o seu uso para preenchimento dos campos de assuntos autorizados que inclui assunto tópico (650) e nome geográfico (651), da planilha de catalogação em formato MARC21. Para isso, deverá ser consultado o "Manual de Política de Indexação" e Linguagem Unesp da Rede de Bibliotecas da Unesp.

OBSERVAÇÃO: *Foi incluído o conjunto de campos MARC21 para catalogação de assunto.*
Foi acrescentada a Linguagem Unesp como ferramenta de consulta para a indexação.

3.1.6 Especificidade

O profissional deve indexar cada item tão especificamente quanto o permita a Linguagem Unesp, representando fielmente os principais assuntos abordados no documento e, ainda, de forma que a indexação corresponda às necessidades informacionais nas estratégias de buscas dos usuários. Para tanto, o bibliotecário catalogador deve estar atento quanto à atualização da Linguagem Unesp solicitando, sempre que preciso e comprovado em fontes de pesquisa, a inclusão de remissivas, e a substituição do descritor em virtude da obsolescência do termo.

OBSERVAÇÃO: *Foi inserida a recomendação para que o indexador represente fielmente os principais assuntos abordados no documento visando atender à especificidade e co-extensividade da linguagem, otimizando a precisão na recuperação da informação.*
Em seguida, a última frase atenta para a utilização e atualização da Linguagem Unesp, pelos indexadores.

3.1.7 Exaustividade

Refere-se ao número de conceitos representados pelos termos atribuídos a um documento pelo indexador, ou seja, trata-se de "uma medida de extensão em que todos os assuntos discutidos em certo documento são reconhecidos na operação de indexação e traduzidos na linguagem do sistema" (LANCASTER, 1968 apud CARNEIRO, 1985, p. 232).

Para as áreas de assunto de cada biblioteca é necessário o emprego de termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático do documento de forma mais completa possível. O número de descritores será limitado para no mínimo: três e no máximo: 12 para todo tipo de documento. Na impossibilidade de determinar mais de dois assuntos, incluir um termo mais geral para completar o mínimo de três descritores.

Quando o documento for de área diferente da existente na biblioteca, sugere-se que o catalogador solicite auxílio para a biblioteca da área específica.

> OBSERVAÇÃO: *Foi incluído "Na impossibilidade de determinar mais de dois assuntos, incluir um termo mais geral para completar o mínimo de três descritores." visando a aplicação da regra em documentos onde não fosse possível a identificação de mais de um termo específico.*

3.1.8 Correção

Ausência de erros de inclusão e de omissão. A indexação deve ser realizada a partir da Linguagem Unesp disponível em uma interface integrada ao processo de catalogação. A verificação de consistência deve ser realizada pelo próprio sistema.

> OBSERVAÇÃO: *O item apenas foi alterado com a inclusão da denominação da Linguagem Unesp.*

3.1.9 Consistência

Grau de coincidência entre duas ou mais indexações. Para evitar a divergência entre indexações de um mesmo profissional em diferentes períodos ou entre indexadores diferentes é necessário seguir uma metodologia de indexação a ser adotada (vide item 2.2 "Procedimentos de indexação").

OBSERVAÇÃO: *O item apenas foi alterado com a inclusão de nova denominação do item que contempla a metodologia de indexação.*

3.1.10 Sistema de busca e recuperação por assuntos

O sistema adotado é a interface de busca do catálogo Athena tanto na opção de busca simplificada, quanto na avançada por assunto utilizando a linguagem documentária do sistema de recuperação, ou seja, a Linguagem Unesp.

OBSERVAÇÃO: *O item apenas foi alterado com a inclusão da denominação da Linguagem Unesp.*

3.1.10.1 Campos de assunto do formato MARC21

Na indexação os campos de assuntos a serem preenchidos com os descritores da Linguagem Unesp são os campos de assuntos autorizados que incluem assunto tópico (650) e nome geográfico (651).

OBSERVAÇÃO: Foi incluído o conjunto de campos MARC21 para catalogação de assunto.

3.1.10.2 Estratégia de busca

Os usuários poderão formular sua estratégia de busca em linguagem natural utilizando termos específicos e genéricos e o sistema propiciará compatibilidade com a Linguagem Unesp evitando que a recuperação seja nula.

OBSERVAÇÃO: O item foi alterado com a inclusão da denominação da Linguagem Unesp.

3.1.10.3 Recuperação por assunto

A recuperação por assuntos se pautará nos critérios de precisão e revocação evitando a recuperação nula.

OBSERVAÇÃO: *O item manteve-se inalterado após período experimental de implantação.*

3.1.10.4 Avaliação da recuperação de assuntos

Serão realizadas avaliações periódicas a cada ano conforme procedimentos de avaliação adotados na segunda pesquisa (Apêndice B) para comparar os índices de precisão e exaustividade na recuperação da informação com amostra de livros indexados.

OBSERVAÇÃO: *O item foi alterado com a definição da forma e das ferramentas de avaliação a serem realizados.*
Foi retirado trecho do texto que se referia à interatividade do usuário, pois ainda não pode ser aplicada: "Em interface web existirá interatividade com o usuário através de um formulário on-line, como por exemplo, "sugestão de termos de busca", para que os usuários indiquem novos termos usados pela área do conhecimento, bem como solicitem a retirada de termos obsoletos. As sugestões dos usuários serão analisadas por uma comissão avaliadora composta por bibliotecários e especialistas."

3.2 O Processo de Indexação

O processo de indexação, segundo a literatura (VAN SLYPE, 1977; CHAUMIER, 1988; FUJITA, 2003; LANCASTER, 2004) e norma publicada (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992) compõe-se, em síntese, de três procedimentos:

- conhecimento ou exame do conteúdo do documento pela leitura documentária;
- identificação e seleção, pela leitura documentária, dos conceitos a serem representados pela linguagem de indexação;
- tradução dos conceitos extraídos do documento nos termos da linguagem de indexação.

3.2.1 Indexação de registros do catálogo Athena

A catalogação descritiva continua com seus procedimentos já adotados, seguindo os padrões de qualidade de registros bibliográficos Unesp[3] e a catalogação de assuntos passa a adotar os procedimentos de indexação de assuntos.

Na indexação de assuntos todos os registros bibliográficos do banco de dados Athena deverão ter seus campos 6XX conforme procedi-

[3] GATTI, Cássia A. de S. et al. *Padrão de qualidade de registros bibliográficos da Unesp.* Marília: Unesp/CGB, 2002. 2v.

mentos e Linguagem Unesp à medida que forem incluídos ou sofrerem modificações (inserção de novos itens, correções ortográficas e demais alterações de catalogação).

> OBSERVAÇÃO: *Foi incluído o conjunto de campos MARC21 para catalogação de assunto. Foi acrescentada a Linguagem Unesp como ferramenta de consulta para a indexação.*

3.2.2 Processo de leitura documentária para indexação na catalogação de assunto de livros

Condições de Leitura:

- indexador deve explorar o texto o mais rapidamente possível;
- A exploração da estrutura textual de um documento tem que levar em conta a sua forma física, distinguindo os textuais e não textuais (multimeios);
- A sistematização deve ser voltada para a concepção do conteúdo e da demanda;
- conteúdo nos dá a garantia literária e a demanda nos dá a garantia de uso.

Será adotado como procedimento de indexação o "Modelo de Leitura Documentária para indexação na catalogação de assuntos de livros em bibliotecas", sistematizado no Manual de Indexação que o acompanha, para realizar a análise de assunto composta de identificação e seleção de conceitos de acordo com a demanda do usuário com vistas à tradução dos conceitos com a Linguagem Unesp.

> OBSERVAÇÃO: *O item apenas foi alterado com a inclusão da denominação da Linguagem Unesp.*

3.2.2.1 Modelo de leitura documentária para indexação na catalogação de assuntos de livros em bibliotecas[4]

Quadro 3 - Versão do Modelo de Leitura Documentária para catalogação de assuntos de livros

CONCEITOS	QUESTIONAMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS	PARTES DA ESTRUTURA DO LIVRO
OBJETO e PARTE(S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do autor)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito de uma ação?	Sumário e introdução
AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?	Sumário e introdução
AGENTE (aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	Sumário e introdução
MÉTODO (métodos utilizados para realização da pesquisa)	Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?	Sumário introdução ou metodologia
TEMPO (ano, período ou época)	O estudo foi desenvolvido em período específico? É relevante representá-los na Catalogação de Assunto?	Sumário introdução ou metodologia
LOCAL OU AMBIÊNCIA (local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	Sumário introdução ou metodologia
PONTO DE VISTA DO AUTOR	O assunto foi considerado de um ponto de vista, normalmente não associado com o campo de estudo (por exemplo, um estudo sociológico ou religioso)?	Introdução e prefácio
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/Efeito	Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?	Conclusões ou parte final

Fonte: Adaptado de FUJITA (2010)

3.2.3.2 Manual de indexação do "Modelo de Leitura Documentária para indexação na catalogação de assuntos de livros"[5]

A leitura documentária, realizada pelo catalogador de assuntos na fase de análise, tem como objetivo a "identificação de conceitos" para

[4] Adaptado de FUJITA, M. S. L. *O contexto da leitura documentária de indexadores de bibliotecas universitárias em perspectiva sócio-cognitiva para a investigação de estratégias de ensino.* Marília: FFC/Unesp, 2010. p.97-102. (Relatório final de pesquisa-Bolsa PQ-CNPq)

[5] Adaptado de FUJITA, M. S. L. *O contexto da leitura documentária de indexadores de bibliotecas universitárias em perspectiva sócio-cognitiva para a investigação de estratégias de ensino*. Marília: FFC/UNESP, 2010. p.97-102. (Relatório final de pesquisa-Bolsa PQ-CNPq)

posterior representação em catálogo que satisfaçam a demanda do usuário durante a estratégia de busca por assuntos.

A indexação na catalogação de assuntos, sob o ponto de vista dos sistemas de recuperação da informação, é reconhecida como a parte mais importante porque condiciona os resultados de uma estratégia de busca. "O bom ou o mau desempenho da indexação na catalogação de assuntos reflete-se na recuperação da informação" (SILVA; FUJITA, 2004, p. 138). Isso nos leva a considerar que a recuperação do documento mais pertinente à questão da busca é aquele cuja indexação proporcionou a identificação de conceitos mais pertinentes ao seu conteúdo, produzindo uma correspondência precisa com o assunto pesquisado.

Na identificação de conceitos, o catalogador de assuntos, após o exame do texto, passa a abordá-lo de uma forma mais lógica a fim de selecionar os conceitos que melhor representem seu conteúdo. E a seleção de termos é necessária, tendo em vista os objetivos para os quais as informações são indexadas. Assim, nem todos os conceitos identificados serão necessariamente selecionados.

A leitura documentária é a atividade principal da indexação na catalogação de assuntos, pois, sendo a fase inicial, influenciará o desempenho de outras operações e resultará na seleção de termos que irão representar o documento para o usuário.

Assim, essa instrução de leitura estará dividida em três procedimentos principais:

- Exploração do conhecimento da estrutura textual do livro;
- Identificação de conceitos;
- Seleção de conceitos.

Estes procedimentos de leitura documentária estão representados no Modelo de Leitura Documentária (QUADRO 03) que consiste, fundamentalmente, da combinação das sistemáticas de identificação de conceitos pela análise conceitual (primeira coluna) e abordagem sistemática da Norma ABNT 12.676 (segunda coluna) com a localização dos conceitos em partes da estrutura textual do livro (terceira coluna).

O Modelo de Leitura Documentária de Fujita (2010) foi proposto para desenvolver a identificação e seleção de conceitos durante a leitura documentária de livros por catalogadores de assunto de acordo com as concepções orientadas para o conteúdo do livro e a demanda do usuário. A etapa de identificação de conceitos é realizada durante a análise de assunto por meio de uma concepção orientada para o conteúdo.

3.2.3.2.1 Exploração do Conhecimento de Estrutura Textual do Livro

1 Observação da estrutura textual: Todo livro possui uma estrutura, evidente ou não. Localize no livro, através de itens ou sinalizados por meio de destaques, os elementos que o compõe:

Pré-textuais:

- *Folha de rosto*: contém o título e subtítulo da obra e no verso a ficha catalográfica que fornecem pistas sobre o conteúdo do livro;
- *Listas de ilustrações e tabelas*;
- *Sumário*: expõe na ordem de apresentação do texto os elementos que compõem o trabalho publicado;
- *Prefácio:* traz um resumo da obra e geralmente comentários de terceiros.

Textuais:

- *Introdução*: apresenta o tema da publicação e uma visão geral do contexto da obra;
- *Desenvolvimento:* é o conteúdo do trabalho, a abordagem do tema, e a abrangência da pesquisa;
- *Conclusão*: as considerações finais do trabalho, o desfecho da pesquisa.

Pós-textuais:

- *Posfácio*: as informações destacadas após a conclusão do trabalho;
- *Referências*: As fontes usadas pelo autor para elaboração do trabalho.

OBSERVAÇÃO: *quando o livro apresentar capítulos de diferentes autores é necessário identificar a estrutura de cada para retirar os termos principais de cada capítulo no caso da biblioteca ter feito opção pela catalogação de assuntos por capítulos.*

2 Localização do conteúdo pertinente de cada uma dessas partes do texto. Verifique o conteúdo pertinente a cada parte do texto, realizando:

- o exame preliminar da parte externa do livro para análise de elementos da contracapa e da orelha e da parte interna do livro analisando os elementos pré-textuais (título, resumo, autor, ficha catalográfica e série) para uma primeira consulta e identificação de termos;
- a análise do sumário na parte interna pré-textual e na textual a introdução, títulos e subtítulos de capítulos, conclusão, índice ao final do livro para confirmação dos termos identificados no exame preliminar e identificação de novos termos.

3.2.3.2.2 Identificação de Conceitos

A metodologia utilizada para esta etapa consiste na identificação de conceitos que será realizada combinando a exploração da estrutura textual do livro e o questionamento da Norma ABNT 12676 (1992).

A identificação de conceitos é a etapa principal da indexação e dependerá da compreensão do que é conceito e qual a sua importância. Conceito é a formulação de uma ideia por palavras. Tomemos como exemplo o conceito *agente* que pode ser definido por *aquele ou algo que realizou a ação*. Isso significa que o conceito agente poderá ser representado por uma palavra no texto, que dependerá do contexto para identificá-la com a ideia de agente. Assim, asseguramos que esses conceitos poderão ser identificados em qualquer texto, garantindo uma uniformidade de identificação de conceitos e de compreensão global do texto que, de outra forma, não seria possível, por não termos parâmetros de compreensão.

Ex.: Destruição de plantações de café pela geada.

O agente neste caso é a geada, pois "praticou" a ação de destruição das plantações de café.

a) Compreensão de conceitos

Os conceitos essenciais do documento são:

- OBJETO: é algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador;

- AÇÃO: processo sofrido por algo ou alguém;
- AGENTE: aquele ou algo que realizou a ação (se houver);
- MÉTODOS: métodos utilizados para realização do estudo (se houver);
- LOCAL FÍSICO OU AMBIÊNCIA: local físico onde foi realizada a pesquisa (se houver);
- TEMPO: ano, período ou época (se houver);
- CAUSA E EFEITO:
- *causa* → razão ou motivo. Está vinculada à identificação da AÇÃO + OBJETO.
- *efeito → produto de uma causa. Resultado de um ato qualquer (consequência); está vinculado ao resultado da AÇÃO realizada com o OBJETO.*

b) Identificação de conceitos mediante exploração da estrutura textual

Para conseguir um melhor resultado na identificação de conceitos, você poderá utilizar partes do texto em que os conceitos, geralmente, poderão ser identificados:

Quadro 4 - Identificação de conceitos mediante exploração da estrutura textual

Conceitos	**Partes da Estrutura do Livro**
OBJETO e PARTE(S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do autor)	Sumário e introdução
AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	Sumário e introdução
AGENTE (aquele ou algo que realizou a ação)	Sumário e introdução
MÉTODO (métodos utilizados para realização da pesquisa)	Sumário, introdução ou metodologia
TEMPO (ano, período ou época)	Sumário, introdução ou metodologia
LOCAL OU AMBIÊNCIA (local físico onde foi realizada a pesquisa)	Sumário, introdução ou metodologia
PONTO DE VISTA DO AUTOR	Introdução e prefácio
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/Efeito	Conclusões ou parte final

Fonte: Dados dos autores

DICA IMPORTANTE: *a identificação dos principais conceitos, AÇÃO e OBJETO, esta ligada à localização do tema ou assunto principal do livro. O tema está, geralmente, expresso no objetivo que você poderá identificar pelo título e subtítulo e confirmar na introdução ou apresentação do livro.*

a) Questionamento do texto para identificação de conceitos

Por outro lado, este resultado poderá ser obtido mais facilmente se você utilizar o questionamento a seguir, pois as respostas a essas perguntas implicarão em uma análise do documento e darão origem à seleção de termos. A seguir, temos um exemplo que demonstra o uso do questionamento e a obtenção de termos como resposta à identificação dos conceitos estabelecidos.

Ex.: Proliferação da flora anaeróbia no intestino delgado em lactentes portadores de aguda e persistente.

1 O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?

- **AÇÃO**: proliferação

2 O documento possui em seu contexto um objeto (algo ou alguém) sob efeito de uma ação?

- **OBJETO:** flora anaeróbia

2.1 O objeto identificado pode ser considerado como parte de uma totalidade?

- **PARTE DO OBJETO:** “flora anaeróbia” é parte do “intestino delgado”, que é parte do todo “lactente”

2.2 O objeto identificado possui características ou atributos particulares?

No exemplo dado não existe característica ou atributo, mas em outro exemplo, seria:

- Substância aromática do vinho
- vinho: objeto
- substância aromática: atributo

3 O documento possui um agente que praticou esta ação?

- **AGENTE:** microorganismos anaeróbios

4 Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?

- **MÉTODOS:** Intubação intestinal; análise morfológica das colônias
- MATERIAIS:

5 A ação, objeto e agente são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?

- **LOCAL FÍSICO OU AMBIÊNCIA:** a pesquisa foi realizada em Unidades de Gastroenterologia Pediátrica

6 Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?

- **CAUSA:** proliferação da flora anaeróbia (AÇÃO+OBJETO);
- **EFEITO:** diarreia aguda e persistente, pois quando há aumento da proliferação da flora anaeróbia, agrava-se diarreia aguda e persistente.

OBSERVAÇÃO**:** *em alguns casos, nem todas as questões poderão ser respondidas.*

Para o questionamento e identificação de conceitos com a combinação da exploração da estrutura textual, utilize o Modelo de leitura documentária para a indexação na catalogação de assuntos de livros e coloque em coluna adicional à direita os termos identificados:

Quadro 5 - Exemplo de preenchimento do Modelo de Leitura Documentária

CONCEITOS	QUESTIONAMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS	PARTES DA ESTRUTURA DO LIVRO	TERMOS IDENTIFICADOS
OBJETO e PARTE(S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito de uma ação?	Sumário e introdução	Flora anaeróbia + intestino delgado + lactente
AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?	Sumário e introdução	Proliferação
AGENTE (aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	Sumário e introdução	Microrganismos anaeróbios

MÉTODOS (métodos utilizados para realização da pesquisa)	Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?	Sumário introdução ou metodologia	Intubação intestinal; Análise morfológica das colônias
TEMPO (ano, período ou época)	O estudo foi desenvolvido em período específico? É relevante representá-los na Catalogação de Assunto?	Sumário introdução ou metodologia	Não foi identificado
LOCAL OU AMBIÊNCIA (local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	Sumário introdução ou metodologia	Unidades de Gastroenterologia pediátrica
PONTO DE VISTA DO AUTOR	O assunto foi considerado de um ponto de vista, normalmente não associado com o campo de estudo (por exemplo, um estudo sociológico ou religioso)?	Introdução e prefácio	Não foi identificado
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/ Efeito	Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?	Sumário introdução ou metodologia	Causa: (ação + objeto): proliferação da flora anaeróbia em intestino delgado de lactentes; Efeito: diarreia aguda e persistente

Fonte: Dados dos autores

3.2.3.2.3 Seleção de Conceitos

A partir da identificação de conceitos, realizada por meio das respostas a essas questões, selecione os conceitos que você considera importantes para uma representação mais pertinente ao conteúdo do documento e que seja baseada na demanda do sistema, conforme linguagem documentária adotada, promovendo a garantia de uso do documento.

Quadro 6 - Exemplo de preenchimento do Modelo de Leitura Documentária com termos selecionados pelo uso da Linguagem Documentária adotada pela Biblioteca

Conceitos	Questionamento para identificação de conceitos	Partes da estrutura do livro	Termos identificados	Termos selecionados	Termos selecionados com a linguagem decs
OBJETO e PARTE(S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito de uma ação?	Sumário e introdução	Flora anaeróbia + intestino delgado + lactente	Flora anaeróbia; intestino delgado	Gastroentero-patias; Intestino delgado
AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?	Sumário e introdução	Proliferação	------	------
AGENTE (aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	Sumário e introdução	Microrganismos anaeróbios	Microrganismos anaeróbios	Não tem
MÉTODOS (métodos utilizados para realização da pesquisa)	Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?	Sumário intro-dução ou metodologia	Intubação intestinal; Análise morfoló-gica das colônias	Intubação intestinal	Não tem
TEMPO (ano, período ou época)	O estudo foi desen-volvido em período específico? É relevante representá-los na Catalogação de Assunto?	Sumário intro-dução ou metodologia	Não foi identificado	------	------
LOCAL OU AMBIÊNCIA (local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	Sumário intro-dução ou metodologia	Unidades de Gastroenterologia pediátrica	------	------
PONTO DE VISTA DO AUTOR	O assunto foi conside-rado de um ponto de vista, normalmente não associado com o campo de estudo (por exemplo, um estudo sociológico ou religioso)?	Introdução e prefácio	Não foi identificado	------	------

CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/ Efeito	Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?	Sumário intro-dução ou metodologia	Causa: (ação + objeto): proliferação da flora anaeróbia em intestino delgado de lactentes; Efeito: diarreia aguda e persistente	diarreia aguda e persistente	Diarreia infantil

Fonte: Dados dos autores

3.2.3.3 Passo-a-passo após a leitura do manual de ensino[6]:

1° Observação da estrutura textual e localização do conteúdo do livro:

- Verifique o conteúdo pertinente a cada parte do livro através de exame das partes externas e internas da estrutura textual;
- Localize no livro os elementos que o compõem, tal como:
- parte externa: contracapa e orelhas;
- parte interna pré-textual: folha de rosto (título e subtítulo e no verso a série e a ficha catalográfica que fornecem pistas sobre o conteúdo do livro), listas de ilustrações e tabelas, prefácio, resumo e sumário, se houver;
- parte interna textual: introdução, metodologia, desenvolvimento (com resultados se houver) e conclusão;
- parte interna pós-textual.

2° Identificação dos conceitos: considera-se importante realizar o questionamento observando as partes da estrutura textual indicadas na grade do modelo de leitura para que a identificação dos conceitos seja realizada conforme conteúdo.

OBSERVAÇÃO: *título, subtítulo, ficha catalográfica, prefácio, apresentação poderão ser consultados para confirmação de termos identificados nas partes da estrutura textual indicadas na grade do modelo de leitura, mas não poderão ser utilizados para identificação de conceitos.*

[6] Para explicações detalhadas referentes à utilização do modelo de leitura, volte ao manual de ensino.

Observações importantes:

- os três conceitos objeto, ação e agente são principais, estão interligados e são dependentes um do outro;
- conceito objeto deve ser o primeiro a ser identificado e a partir dele deverão ser identificados a ação e, em seguida, o agente, nesta ordem;
- os três conceitos principais deverão ser representados **por apenas um termo cada**;
- termos vazios de significado, como "avaliação", "estudo", "análise" e etc., não devem representar os conceitos principais e os demais conceitos;
- conceito ação pode ser representado por termo que denomina uma doença ou um fenômeno, mas, na maioria dos textos é um verbo no substantivo, como "coagulação";
- nem todos os conceitos serão, necessariamente, identificados no conteúdo do livro a não ser que o tema os contemple, por exemplo os conceitos de causa e efeito, serão representados por termos desde que o livro contenha conclusões ou que apresente parte específica sobre metodologia para identificar o conceito de método.

3.3 O Instrumento de Indexação: Linguagem Unesp

OBSERVAÇÃO: *O título do item foi alterado com a inclusão da denominação da Linguagem Unesp.*

3.3.1 Histórico e Desenvolvimento

OBSERVAÇÃO: *Este histórico foi acrescido no texto do manual.*

Em fevereiro de 2012 o Grupo de "Política de Indexação da Unesp" finalizou e apresentou a "Proposta de Política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp" e, após aprovação dos catalogadores e diretores das bibliotecas iniciou-se a implantação com cursos sobre o con-

teúdo proposto[7] (Apêndice D) e acompanhamento cotidiano da atividade de indexação por esse Grupo com todas as bibliotecas que geraram várias e diversas instruções que auxiliaram a aprendizagem dos catalogadores.

As instruções com relação a linguagem encaminhadas aos bibliotecários da Rede de Bibliotecas da Unesp foram:

1. Forma de consulta à base da Rede Bibliodata;
2. Recomendação para estudo do Manual da LCARB disponível no site da Rede Bibliodata;
3. Procedimento relativo aos registros já catalogados na base com relação aos campos 6XX, refazendo a indexação dos mesmos segundo o processo de indexação com o modelo de leitura documentária e autorizado pela Linguagem Unesp;
4. Procedimento quanto à inclusão de termos novos na linguagem.

O documento da "Proposta de Política" que fundamentou o processo de implantação da política de indexação nas bibliotecas da Unesp contém três partes referentes aos elementos de política de indexação, ao processo de indexação e ao instrumento de indexação.

Na parte de instrumento de indexação, o texto refere-se ao uso de somente uma linguagem de indexação que o Grupo decidiu por denominar de Linguagem Unesp considerando resultados de avaliação da LCARB em comparação com a Linguagem da Biblioteca Nacional. A decisão de usar uma só linguagem foi tomada em função da compatibilização de vocabulário de uma mesma linguagem a ser utilizada na indexação e na estratégia de busca para obter resultados de recuperação mais precisos, corretos e específicos. Dessa forma, a Linguagem Unesp poderá ser disponibilizada futuramente ao usuário para consulta e busca a partir da mesma.

Em análise da LCARB, em comparação com a Linguagem da Biblioteca Nacional, verificamos que sua estrutura sintático-semântica é desatualizada conforme afirmação de Boccato e Fujita (2011, p.11):

[7] Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas (2012); Catalogação do Registro de Autoridade no Formato MARC21

O aperfeiçoamento da estrutura sintático-semântica, incorporação de repertório terminológico especializado e específico, verificação da sintaxe dos cabeçalhos de assunto compostos referentes à ordem das ideias que os compõem, são algumas ocorrências que necessitam ser verificadas. Além disso, a acessibilidade da linguagem para a busca e recuperação da informação pelo usuário também se caracteriza como uma ação a ser realizada. Sobre a atualização da LCARB, observamos que isso não acontece com regularidade, propiciando o uso de cabeçalhos desatualizados e não representativos das áreas abordadas. Ressaltamos que a *LCSH* encontra-se em permanente atualização e aprimoramento de sua estrutura terminológica e sintático-semântica.

A linguagem da Biblioteca Nacional demonstrou, durante as análises comparadas realizadas, possuir vocabulário controlado quali e quantitativamente superior, com estrutura sintática e semântica hierarquizada que demonstram seus relacionamentos entre termos (equivalência para sinonímia, homonímia e polissemia; hierarquia para termos específicos e genéricos; e associação para termos relacionados entre si por associação mental) e possuir terminologia específica que representa todas as áreas de conhecimento, além de prever a inclusão constante e atualizada de novos termos sem perder a flexibilidade do sistema.

O Grupo refletiu exaustivamente sobre a exequibilidade de substituição da LCARB com a certeza de que seria preciso substituí-la considerando-se que a Linguagem da Biblioteca Nacional também é uma tradução da LCSH da *Library of Congress*, portanto, tem a mesma fonte de vocabulário que a LCARB; apresenta um vocabulário, ao mesmo tempo, especializado e genérico que é atualizado por uma equipe capacitada da Biblioteca Nacional; e possui estrutura hierárquica e de relações associativas de tesauro indisponível na LCARB.

Dessa forma, o diferencial entre ambas as linguagens é a estrutura hierárquica, que é uma grande vantagem por demonstrar o campo semântico completo de cada termo, permitindo assim, que tanto o catalogador quanto o usuário tenham acesso a todos os termos relacionados semântica e sintaticamente do termo acessado.

Naquela ocasião, foi constatado que a LCARB não atendia às necessidades das bibliotecas universitárias da Unesp e, assim, foi necessário realizar o processo de substituição dos termos de uma linguagem pela outra à medida do processo de indexação. Em consulta ao sistema Bibliodata, foi assegurada a importação de registros bibliográficos sem a obrigatoriedade de adoção de sua Lista de Cabeçalhos de Assuntos para realizar a indexação. Então, iniciou-se a substituição da Linguagem LCARB pela Linguagem da Biblioteca Nacional.

O processo de substituição de uma linguagem pela outra, iniciado em junho de 2012, está em andamento a partir da construção em formato MARC21 de registros de autoridade de assuntos tópicos e geográficos para descritores da linguagem Unesp. Esses procedimentos são etapas da construção da Linguagem Unesp que altera termos importados da Linguagem LCARB e inclui termos novos conforme procedimentos terminográficos.

Com a finalidade de acompanhar essa construção da linguagem foi necessário compor o Grupo de Linguagem Unesp que estuda a sistematização de rotinas e a forma de disponibilização da linguagem para a estratégia de busca do usuário, fundamental na mediação dos documentos indexados pelos catalogadores.

4 A Construção e Atualização da Linguagem Unesp

Rosane Rodrigues de Barros Ribas
Lúcia Silva Parra

Muitas vezes pensamos a nossa língua como algo que sempre existiu e que sempre existiu tal como a conhecemos hoje. Mas as palavras nascem, mudam de rosto, envelhecem e morrem. É importante saber como nasceu cada uma delas, conhecer-lhe os parentes e saber do namoro que a fez nascer. Entender a origem e a história das palavras faz-nos ser mais donos de um idioma que é nosso e que não apenas dá voz ao pensamento como já é o próprio pensamento. (MIA COUTO, 2011, p.97)

Como observou Mia Couto, conhecer a história e a origem das palavras é uma forma de nos apropriarmos de nosso idioma. Saber a origem da Linguagem Unesp, sua forma de funcionamento e desenvolvimento é também um meio de entender a representação do conhecimento especializado por meio das Linguagens Documentárias.

OBSERVAÇÃO: *Esta citação e parágrafo foram acrescidos ao texto do Manual.*

A Linguagem Unesp surgiu a partir da necessidade de uso de uma linguagem atualizada e hierarquizada que representasse as diferentes áreas temáticas presentes no acervo de bibliotecas da Universidade.

OBSERVAÇÃO: *Este parágrafo foi acrescido ao texto do Manual.*

https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-817-0.p67-90

Em novembro de 2012, foi criada uma base de dados chamada UEP10 (Autoridades) no sistema Aleph, formada inicialmente por registros de autoridade importados da Rede Bibliodata (LCARB), que seguia Manual de Cabeçalhos de Assunto próprio.

A Linguagem Unesp nasceu junto com a implantação desta base de dados e hoje, embora ocupe o espaço na mesma base, com os registros importados da Rede Bibliodata (LCARB), possui características distintas. É uma Linguagem multidisciplinar, fundamentada na LCSH, que incorpora termos novos e modifica os termos importados da LCARB, com consulta às linguagens da Biblioteca Nacional, da LCSH e MeSH.

Os registros de autoridade inicialmente importados da Rede Bibliodata LCARB, estão, atualmente, em processo de compatibilização com as Linguagens da Biblioteca Nacional, da LCSH e MeSH, ou seja, em constante atualização, hierarquização de termos relacionados e padronização de notas.

Dessa forma, pode-se afirmar que fazem parte da Linguagem Unesp, apenas os registros de autoridade referentes aos termos já compatibilizados com as Linguagens escolhidas para tal processo. E estes são: 48.432 registros de nomes pessoais, 1.331 registros de nomes corporativos, 46 registros de títulos uniformes, 3.291 registros de termos tópicos - destes, 1.598 são termos tópicos novos e 1.693 termos tópicos já compatibilizados - e 423 registros de assuntos geográficos.[1]

A Linguagem Unesp, conforme a LCSH e a Linguagem da Biblioteca Nacional, contém registros de autoridade para nome pessoal, nome corporativo (instituição), títulos uniformes, assuntos tópicos e geográficos. Eventos e séries não têm suas entradas padronizadas no catálogo de autoridades da Unesp, devendo estas, serem feitas diretamente nos campos correspondentes dos registros bibliográficos contidos na base de dados UEP01 (Bibliográfico) do sistema Aleph.

Após um período de avaliação, que durou cerca de 2 (dois) anos, o Grupo de Linguagem, em reunião com o Grupo de Catalogação, decidiu que somente deveria coordenar as atualizações na Linguagem Unesp referentes aos registros de autoridade de termos tópicos e geográficos. Os demais

[1] Dados coletados em 06/07/2015

tipos de registros, a saber: nomes pessoais, nomes corporativos e títulos uniformes deveriam ser atualizados pelo Grupo de Catalogação da Unesp.

Essa decisão foi tomada após observação e constatação de que as dúvidas dos catalogadores para esses últimos tipos de registros eram, em sua maioria, referentes às regras de AACR2 e não sobre a construção do registro de autoridade em si. Dessa forma, a partir de 19/12/2014, o Grupo de Catalogação assumiu as orientações às dúvidas referentes à catalogação de registros de autoridade de nomes pessoais, nomes corporativos e títulos uniformes.

O Grupo de Linguagem passou a dedicar-se à construção de registros de autoridade para assuntos tópicos e geográficos novos e também à compatibilização dos registros inicialmente importados da Rede Bibliodata (LCARB).

> OBSERVAÇÃO: *O histórico da criação da Linguagem Unesp foi modificado com o acréscimo de informações mais precisas e atualizadas, resultado de cerca de dois anos de acompanhamento e avaliação da implantação da Linguagem. O texto original dizia*:
> "A Linguagem Unesp, implantada em novembro de 2012 com a criação da base de dados UEP10 (Autoridades) no Aleph, é uma Linguagem multidisciplinar, fundamentada na LCSH, que incorpora termos novos e modifica os termos importados da LCARB, com consulta às linguagens da Biblioteca Nacional, da LCSH e MeSH. Atualmente está em processo constante de atualização, hierarquização de termos relacionados e padronização de notas.
> Formada inicialmente por registros de autoridade importados da Rede Bibliodata, que seguia o Manual de Cabeçalhos de assunto da mesma rede, tem seus registros modificados conforme atualização da Linguagem Unesp. Possui 1.125 registros de termos tópicos e 260 registros de nomes geográficos. Os registros de autoridade são apresentados em formato MARC21.
> A Linguagem Unesp, conforme a LCSH e a Linguagem da Biblioteca Nacional, contém registros de autoridade para nome pessoal, nome corporativo (instituição), títulos uniformes, assuntos tópicos e geográficos. Eventos e séries não têm suas entradas padronizadas no catálogo de autoridades da Unesp, devendo, as entradas, serem feitas diretamente nos campos correspondentes dos registros bibliográficos contidos na base de dados UEP01 (Bibliográfico) do sistema Aleph."

4.1 Registros de Autoridades para Construção e Atualização da Linguagem Unesp

Os registros de autoridade da Linguagem Unesp são construídos no formato MARC21.

> Os formatos MARC21 são padrões amplamente usados para representação e exportação de dados bibliográficos, de autoridade [...] em formato legível por máquina. (MARC21, 2005, p. 15).

Os registros de autoridade em formato MARC21 destinam-se a conter informação autorizada para padronizar nomes e assuntos a serem usados como pontos de acesso em registros bibliográficos, bem como permitir os relacionamentos entre eles.

Um nome, que pode ser: pessoal, corporativo, nome de evento, de jurisdição e título uniforme, pode ser usado como ponto de acesso principal, secundário, secundário de assunto ou de série. Assuntos, no geral, podem ser termos tópicos e nomes geográficos e estes podem ser apenas usados como entradas secundárias.

OBSERVAÇÃO: *Foi incluída definição do formato MARC21 e tipos de registros de autoridade. O texto anterior dizia*:

"Registros de autoridades para construção e atualização da Linguagem Unesp
Os registros de autoridade em formato MARC21 destinam-se a conter informação autorizada para padronizar nomes e assuntos a serem usados como pontos de acesso em registros bibliográficos, bem como permitir os relacionamentos entre eles. Os registros de autoridade compõem uma base de dados dentro do sistema Aleph denominada UEP10 que é consultada tanto pelo catalogador, ao atribuir os termos que representam assuntos, quanto automaticamente pelo próprio sistema para correção de termos e inclusão de remissivas dentro dos registros bibliográficos. Isso significa que os registros de autoridade têm o objetivo de assegurar a constante padronização da Linguagem Unesp."

Existem vários tipos de registro de autoridade e a Linguagem Unesp utiliza três tipos, a saber:

- Registro de cabeçalho autorizado: contém um cabeçalho autorizado e campos de referência cruzada para cabeçalhos variantes ou relacionados e notas registrando informações sobre o uso e estabelecimento dos termos.
- Registro de subdivisão: contém um cabeçalho parcial não autorizado como cabeçalho tópico e deve ser utilizado somente como subdivisão de um cabeçalho autorizado.
- Registro de cabeçalho autorizado e de subdivisão: cabeçalho autorizado que também pode ser usado como subdivisão.

Os registros de autoridade que compõem a Linguagem Unesp podem ser consultados tanto pelo catalogador, ao atribuir os nomes e os termos que representam assuntos, quanto automaticamente pelo próprio

sistema para correção de termos e inclusão de remissivas dentro dos registros bibliográficos. Isso significa que os registros de autoridade têm o objetivo de assegurar a constante padronização da Linguagem Unesp.

OBSERVAÇÃO: *Este parágrafo foi acrescido ao texto do Manual.*

4.1.1 Procedimentos de construção e compatibilização de registros de autoridade

A construção da Linguagem Unesp para termos tópicos e termos geográficos se dá por meio de procedimentos que incluem: a) compatibilização do lote de registros inicialmente importados do Bibliodata; b) da criação de registros novos para termos importados das Linguagens da Biblioteca Nacional, LCSH e MeSH; e c) da criação de registros novos para termos não encontrados na UEP10, nas Linguagens Biblioteca Nacional, LCSH e MeSH.

O processo de construção e compatibilização da Linguagem Unesp, para termos *tópicos* será realizado pelo Grupo de Linguagem para os itens "a" e "c" a fim de manter a consistência da base e para termos *geográficos* apenas para o item "a", considerando-se que para o item "b" o catalogador poderá importar o registro das Linguagens da Biblioteca Nacional ou LCSH, de forma autônoma de acordo com as regras do Padrão de Qualidade de Registros de Autoridade da Unesp. Registros de autoridade para termos geográficos novos (item "c") serão criados pelos catalogadores com base nas regras do Capítulo 23 do AACR2 e do Padrão de Qualidade de Registros de Autoridade da Unesp.

a) Da compatibilização do lote de registros inicialmente importados do Bibliodata:

Registros inicialmente importados do Bibliodata são os registros que já estão na UEP10, que fizeram parte da criação desta base de dados no sistema Aleph. São os registros que foram cedidos pelo Bibliodata.

A compatibilização, como já foi afirmado, é baseada nos registros de autoridade da Biblioteca Nacional, da LCSH e do MeSH, pois são Linguagens que já possuem o registro com estrutura mais completa e atualizada em relação ao Bibliodata e hierarquia nos termos relacionados.

O processo de compatibilização deve assegurar a verificação de todos os campos a serem completados ou incluídos.

Aqui o catalogador solicita ao Grupo de Linguagem, através de formulário próprio (Apêndice A), a correção ou atualização do registro de autoridade referente ao termo que ele necessita. Essas correções, na maioria das vezes, são para inserir o termo equivalente na LCSH (ou colocá-lo no campo correto do MARC21), para corrigir acentuação e grafia ou incluir alguma remissiva que ainda não conste do registro proveniente do Bibliodata, mas que já conste do registro das Linguagens citadas. O catalogador do Grupo de Linguagem, ao abrir o registro proveniente do Bibliodata para compatibilização, verifica todos os campos, inclui a hierarquia dos termos relacionados segundo as Linguagens da Biblioteca Nacional, LCSH ou MeSH e indica a fonte usada para a correção num campo de notas específico.

A Figura 1 mostra um exemplo de um termo constante da UEP10, proveniente do Bibliodata, antes da compatibilização segundo Linguagem da Bibliotaca Nacional e Padrão de Qualidade de Registros de autoridade da Unesp:

Figura 1 - Registro de autoridade para o termo Plantas alucinógenas no Formato OPAC na UEP10

Formato: OPAC Ficha Reduzido Nomes MARC Campos MARC

Número de sistema	000223585
Termo tópico	Plantas alucinogenas
VER - Termo topico	Hallucinogenic plants DLC
	Hallucinogens DLC
	Plants, Hallucinogenic DLC
	Plants, Psychedelic DLC
	Psychedelic plants DLC
VER TBM-Termo topic	Alucinogenos
	Cogumelos alucinogenos
Nota geral interna	Pode ser subdividido geograficamente
	Para o Brasil usar a forma direta

Fonte: http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html

A Figura 2 mostra o mesmo termo, antes da compatibilização, no Formato MARC:

Figura 2 - Registro de autoridade para o termo Plantas alucinógenas no Formato MARC na UEP10

Formato: OPAC Ficha Reduzido Nomes MARC Campos MARC

FMT	AU
LDR	nz 2200181n 4500
001	UNAU000223585
003	BBD
008	920608 e adannbabn a ana d
040	|a UNESP |b por
150	|a Plantas alucinogenas
450	|a Hallucinogenic plants |5 DLC
450	|a Hallucinogens |5 DLC
450	|a Plants, Hallucinogenic |5 DLC
450	|a Plants, Psychedelic |5 DLC
450	|a Psychedelic plants |5 DLC
550	|a Alucinogenos
550	|a Cogumelos alucinogenos
667	|a Pode ser subdividido geograficamente
667	|a Para o Brasil usar a forma direta
OWN	|a AUTREV
CAT	|c 20121031 |l UEP10 |h 1640
CAT	|c 20121106 |l UEP10 |h 1719
CAT	|c 20121106 |l UEP10 |h 2226
CAT	|c 20130501 |l UEP10 |h 1324
CAT	|c 20140523 |l UEP10 |h 0224
SYS	000223585

Fonte: http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html

Na Figura 3, o registro para o mesmo termo na Linguagem da Biblioteca Nacional, escolhida para compatibilização do registro na UEP10:

Figura 3 - Registro para o termo Plantas alucinógenas na Biblioteca Nacional no formato ficha

Descrição	**Plantas alucinógenas** (subdividido geograficamente)
Remissiva Complexa Ver Também - Assunto	Também nomes de plantas alucinógenas. Ex.: Daturas; Maconha; Cogumelos alucinógenos
Remissiva Ver (US/UF)	Hallucinogens Plants, Hallucinogenic Plants, Psychedelic Psychedelic plants
Remissiva Ver Também (TR)	**TE:** Cogumelos alucinógenos **TR:** Alucinógenos
Fonte positiva dos dados	LCSH
Outros vocabulários	
Library of Congress	Hallucinogenic plants

Fonte: http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html

A Figura 4 mostra o mesmo termo no formato MARC, na Linguagem da Biblioteca Nacional:

Figura 4 - Registro para o termo Plantas alucinógenas na Linguagem da Biblioteca Nacional no formato MARC

```
000 00667cz  a2200217o  4500
001 000008201
003 Br
005 20080104115741.1
008 000329d| anznnbabn          |a ana      d
035 __ |a 100032912260131212
040 __ |a Br |c Br |f Br
150 __ |a Plantas alucinógenas
360 __ |a Também nomes de plantas alucinógenas. Ex.: Daturas; Maconha; Cogumelos alucinógenos
450 __ |a Hallucinogens
450 __ |a Plants, Hallucinogenic
450 __ |a Plants, Psychedelic
450 __ |a Psychedelic plants
550 __ |a Cogumelos alucinógenos |w h
550 __ |a Alucinógenos |w n
670 __ |a LCSH
750 _0 |a Hallucinogenic plants
913 __ |a 101011612434159146
```

Fonte: http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html

Após a compatibilização do registro, de acordo com a Linguagem da Biblioteca Nacional e Padrão de Qualidade de Registros de Autoridade da Unesp, ele fica como mostra a Figura 5.

Figura 5 - Registro para o termo Plantas alucinógenas na UEP10, no formato ficha, após compatibilização

Formato: OPAC Ficha Reduzido Nomes MARC Campos MARC

Número de sistema	000223585
Termo tópico	Plantas alucinógenas
Ref. VER TBM Assun.	Também nomes de plantas alucinógenas. Ex.: Daturas; Maconha; Cogumelos alucinógenos
VER - Termo topico	Hallucinogens
	Plants, Hallucinogenic
	Plants, Psychedelic
	Psychedelic plants
VER TBM-Termo topic	Alucinogenos
	h Cogumelos alucinógenos
Nota geral interna	Pode ser subdividido geograficamente
Fonte encontrada	BN online
Ligação	Hallucinogenic plants
Termo específico	Cogumelos alucinogenos

Fonte: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/F/SQTA59ED6 HKCETCXTJ17CD628B1KA6KKQV3LRYVEE9FPDRAT 3U-08931?func=full-set-set&set_number=009830&set_entry=000001&format=999

E na Figura 6 o mesmo registro no formato MARC:

Figura 6 - Registro para o termo Plantas alucinógenas na UEP10, no formato MARC, após compatibilização

Formato: OPAC Ficha Reduzido Nomes MARC Campos MARC

Registro 1 de 3

FMT	AU
LDR	nz 2200181n 4500
001	UNAU000223585
003	BBD
005	20150505172723.0
008	920608dn anznnbabn a ana d
040	|a UNESP/BGI |b por
150	|a Plantas alucinógenas
360	|a Também nomes de plantas alucinógenas. Ex.: Daturas; Maconha; Cogumelos alucinógenos
450	|a Hallucinogens
450	|a Plants, Hallucinogenic
450	|a Plants, Psychedelic
450	|a Psychedelic plants
550	|a Alucinogenos
550	|w h |a Cogumelos alucinógenos
667	|a Pode ser subdividido geograficamente
670	|a BN online
750 0	|a Hallucinogenic plants
OWN	|a AUTREV
CAT	|c 20121031 |l UEP10 |h 1640
CAT	|c 20121106 |l UEP10 |h 1719
CAT	|c 20121106 |l UEP10 |h 2226
CAT	|c 20130501 |l UEP10 |h 1324
CAT	|c 20140523 |l UEP10 |h 0224
COR	|a Plantas alucinogenas |0 50
CAT	|a ROSANE |b 40 |c 20150505 |l UEP10 |h 1727
SYS	000223585

Fonte: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/F/SQTA59ED6
HKCETCXTJ17CD628B1KA6KKQV3LRYVEE9FPDRAT
3U-09045?func=full-set-set&set_number=009830&set_entry=000001&format=001

b) Da criação de registros novos para termos importados das Linguagens da Biblioteca Nacional, LCSH e MeSH:

A inserção de termos na Linguagem Unesp também se dá por meio da importação de registros existentes nas Linguagens da Biblioteca Nacional, LCSH e MeSH. Estes registros podem ser importados de forma autônoma pelos catalogadores da Unesp com o auxílio das normas do Padrão de Qualidade de Registros de Autoridade da Unesp, em vigor desde novembro de 2012.

São os registros que existem na Linguagem da Biblioteca Nacional, LCSH e MeSH e que ainda não fazem parte da UEP10. Periodicamente, o Grupo de Política de Indexação realiza a conferência desses termos e verifica se os respectivos registros de autoridade foram importados corretamente conforme o Padrão supracitado ou se há necessidade de alguma correção. O catalogador responsável pela importação do registro poderá ser contatado para corrigir o mesmo.

A Figura 7 representa uma ficha (arquivo.doc) extraída através de relatório no Sistema Aleph, que mostra um registro importado da Linguagem da Biblioteca Nacional, por catalogador da Unesp.

Neste exemplo, o Grupo de Política de Indexação, após conferência do registro, notou a falta de um campo após a importação e adequação ao Padrão de Qualidade de Registros de Autoridade da Unesp.

Figura 7 - Registro para o termo Psiconeuroimunologia importado por catalogador da Unesp.

FMT	AU
LDR	nz a n 4500
001	UNAU000287030
003	BR-SpUEP
005	20150106163101.0
008	150106dn anznnbabn a ana d
035	|a (BR-RjBN) 000059366
035	|a (BR-RjBN) 2003041410494768med
040	|a UNESP/BRC |b por
150	|a Psiconeuroimunologia
450	|a Pseudoneuroimunologia
450	|a Psicoimunologia
450	|a Psiconeuroimunoendocrinologia
450	|a Psychoimmunology
450	|a Psychoneuroimmunoendocrinology
670	|a Stedman dicionário médico
670	|a BN online
670	|a DeCS
670	|a LCSH
670	|a Assunto de: Influência de um programa sistematizado de danças circulares em aspectos psiconeuroimunológicos de idosos cuidadores de indivíduos com doença de Alzheimer, 2014
750 0	|a Psychoneuroimmunology
OWN	|a UNESP
CAT	|a VSTORTI |b 40 |c 20150106 |l UEP10 |h 1631
SYS	000287030
	Observação do Grupo: Faltou campo 667

Fonte: relatório emitido no Sistema Aleph

Abaixo, a Figura 8 mostra o registro já corrigido e validado por membro do Grupo de Política de Indexação, na Linguagem Unesp. O campo destacado mostra o problema corrigido.

Figura 8 - Registro para o termo Psiconeuroimunologia importado por catalogador da Unesp após conferência, no formato OPAC

Formato: OPAC Ficha Reduzido Nomes MARC Campos MARC

Número de sistema	000287030
Termo tópico	Psiconeuroimunologia
VER - Termo topico	Pseudoneuroimunologia
	Psicoimunologia
	Psiconeuroimunoendocrinologia
	Psychoimmunology
	Psychoneuroimmunoendocrinology
Nota geral interna	Pode ser subdividido geograficamente
Fonte encontrada	Stedman dicionário médico
	BN online
	DeCS
	LCSH
	Assunto de: Influência de um programa sistematizado de danças circulares em aspectos psiconeuroimunológicos de idosos cuidadores de indivíduos com doença de Alzheimer, 2014
Ligação	Psychoneuroimmunology

Fonte: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/F/SQTA59ED6
HKCETCXTJ17CD628B1KA6KKQV3LRYVEE9FPDRAT
3U-10893?func=full-set-set&set_number=010127&set_entry=000001&format=999

O mesmo registro visualizado no formato MARC, na Figura 9.

Figura 9 - Registro para o termo Psiconeuroimunologia importado por catalogador da Unesp após conferência, no formato MARC

Formato: OPAC Ficha Reduzido Nomes MARC Campos MARC

FMT	AU
LDR	nz a n 4500
001	UNAU000287030
003	BR-SpUEP
005	20150408100814.0
008	150106dn anznnbabn a ana d
035	|a (BR-RjBN) 000059366
035	|a (BR-RjBN) 2003041410494768med
040	|a UNESP/BRC |b por
150	|a Psiconeuroimunologia
450	|a Pseudoneuroimunologia
450	|a Psicoimunologia
450	|a Psiconeuroimunoendocrinologia
450	|a Psychoimmunology
450	|a Psychoneuroimmunoendocrinology
667	|a Pode ser subdividido geograficamente
670	|a Stedman dicionário médico
670	|a BN online
670	|a DeCS
670	|a LCSH
670	|a Assunto de: Influência de um programa sistematizado de danças circulares em aspectos psiconeuroimunológicos de idosos cuidadores de indivíduos com doença de Alzheimer, 2014
750 0	|a Psychoneuroimmunology
OWN	|a AUTREV
CAT	|a VSTORTI |b 40 |c 20150106 |l UEP10 |h 1631
CAT	|a ROSANE |b 40 |c 20150408 |l UEP10 |h 1008
SYS	000287030

Fonte: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/F/SQTA59ED6
HKCETCXTJ17CD628B1KA6KKQV3LRYVEE9FPDRAT
3U-10921?func=full-set-set&set_number=010127&set_entry=000001&format=001

c) Da criação de registros novos para termos não encontrados na UEP10, nas Linguagens Biblioteca Nacional, LCSH e MeSH:

O termo que não existe na UEP10, Linguagens da Biblioteca Nacional, LCSH ou MeSH é um termo novo que necessita da criação de um registro de autoridade novo. O catalogador faz a solicitação preenchendo um formulário (Apêndice B), onde informa o termo que necessita, justifica a necessidade de criação do mesmo, indica fontes positivas de dados, a obra que está catalogando, etc. O Grupo de Linguagem, após a aplicação do método terminográfico, que inclui buscas em outras bases, pesquisas em dicionários, tesauros especializados e, se preciso, consulta a especialis-

tas, analisa a solicitação e decide pela inclusão ou não do termo. Esse termo poderá ser incluído como termo novo ou mesmo como remissiva de algum termo já existente.

O Grupo de Linguagem elabora uma ficha terminológica (Quadro 7) com as informações constantes do formulário e, a partir daí, começa a analisar a solicitação.

Quadro 7 - Ficha terminológica para termo novo solicitado

Ficha terminológica: Termo Turnen **Termo** : Turnen **Variações gráficas**: Turn, Turner **Sinônimos:** Ginástica (segundo algumas fontes) **Termo em outras línguas:** Turnen (alemão = fazer ginástica) **Termos gerais:** **Termos específicos:** **Outros termos relacionados:** Educação física; Exercícios físicos, ginástica, ginástica artística **Definição (especificar fonte):** **Contexto**: Turnen como precursor da educação física escolar **Área temática**: **Fontes positivas**: - **Obra catalogada**: Tesche, Leomar. O Turnen, a educaçao e a educaçao fisica nas escolas teuto-brasileiras, no Rio Grande do Sul: 1852-1940. (sys 805726) - **Dicionários/Glossários**: não encontrado - **Outras bases (Bibliodata/Vocabulários especializados, /Tesauros)**: Katalog der Deutschen National Bibliothek. Acesso em: 08 abr. 2015 (Turnen: usado apenas como um conceito histórico e como um termo coletivo para os exercícios de ginástica com e sem equipamentos; caso contrário, ver a ginástica e esportes) https://portal.dnb.de/opac.htm?method=simpleSearch&cqlMode=true&query=idn%3D04061266X - **Outras fontes (Sistemas de classificação/Especialistas):** não encontrado - **Outras fontes (Internet):** 1 - "O pedagogo e ativista político Friedrich Ludwig Jahn[8], por volta de 1809, adotou um princípio educacional realista, à guerra nacional, e desenvolveu um tipo de ginástica com valorização da luta. Criou aparelhos que se constituíam em representações de obstáculos naturais. Com grande aceitação da classe dominante, o *Turnen* adquiriu um caráter militar e patriótico, constituindo-se em uma primeira forma de instrução física militar destinada as massas, que corresponde às necessidades práticas da burguesia (ROUYER, 1977, citado por FINOCCHIO, 2013)[9]." (http://cev.org.br/biblioteca/influencia-militar-educacao-fisica-escolar/)

2 – 1 Para efeito de esclarecimento, *turnen, Turn* e *Turner* é um radical alemão que também está presente em várias línguas germânicas, tanto em línguas desaparecidas quanto em vivas, em todas elas significa torcer,virar, voltear, dirigir, mover, fazer grande movimento. Foi criado ou resgatado por Friedrich Ludwig Jahn. 2 Estaremos utilizando, ao longo do texto, os vocábulos *Turnen* e Ginástica. Ginástica tem sua origem no grego, gymnastiké. É o conjunto dos exercícios corporais sistematizados, para esse fim, realizados no solo ou com auxílio de aparelhos e aplicados com objetivos educativos, competitivos, artísticos e terapêuticos, etc. *Turnen*, por sua vez, é constituído pela ginástica (Geräteturnen mais tarde Kunstturnen – ginástica artística), pelos jogos, pelas caminhadas, pelo teatro, pelo coral. De maneira que não existe um vocábulo que consiga traduzir com fidelidade o sentido de *Turnen* para o português, no entanto, quando se utiliza o vocábulo "ginástica" estamos nos referindo ao *Turnen*. http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0610.pdfhttp://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0610.pdf
http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0610.pdf
3 -http://pt.slideshare.net/brunopinhata/educao-fsica-a-escola-alem
(slide 9)
4 - http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982014000100012
5 - O turnen visava uma relação entre Estado, escola, nacionalismo e militarismo, que vinculava corpo com disciplina, convívio social, preparação militar, nacionalismo e germanismo (TESCHE, 2002) [29]. Para efeito de esclarecimento, turnen, Turn e Turner é um radical alemão que também está presente em várias línguas germânicas, tanto em línguas desaparecidas quanto em vivas, em todas elas significa torcer, virar, voltear, dirigir, mover, fazer grande movimento. Tesche[30] utiliza, em seu trabalho, os vocábulos Turnen e Ginástica como sinônimos [31].
Turnen, por sua vez, é constituído pela ginástica (Geräteturnen mais tarde Kunstturnen – ginástica artística), pelos jogos, pelas caminhadas, pelo teatro, pelo coral. De maneira que não existe um vocábulo que consiga traduzir com fidelidade o sentido de Turnen para o português; como dito, Tesche ao utilizar o vocábulo "ginástica", em seus estudos, se refere ao Turnen[32]. http://www.blogsoestado.com/leopoldovaz/2012/10/10/propugnador-da-educacao-fisica/http://www.blogsoestado.com/leopoldovaz/2012/10/10/propugnador-da-educacao-fisica/
http://www.blogsoestado.com/leopoldovaz/2012/10/10/propugnador-da-educacao-fisica/
Data da solicitação: 04/02/2015
Solicitante (Nome/Câmpus): Márcia/Vivian – Rio Claro

Fonte: Dados dos autores.

Após a decisão do Grupo de Linguagem, o termo novo pode ser incorporado como termo tópico ou ainda como uma remissiva *Ver* para um termo já existente. A Figura 10 mostra uma situação em que um termo novo - destacado na figura - foi incluído como remissiva *Ver* de um termo já existente na Linguagem Unesp.

Figura 10 - Termo incorporado à Linguagem Unesp, após aplicação do método terminográfico, visualizado no formato ficha

Formato: OPAC Ficha Reduzido Nomes MARC Campos MARC

Número de sistema	000205606
Termo tópico	Ginástica
VER - Termo topico	Turnen
VER TBM-Termo topic	h Acrobacias
	h Escolas Exercícios e jogos
	h Ginástica artística
	h Ginástica de trampolim
	h Ginástica para homens
	h Ginástica para mulheres
	h Ginástica sueca
	g Atletismo
	g Esportes
	g Exercícios físicos
	Educação física
	Calistenia
Nota geral interna	Pode ser subdividido geograficamente
Fonte encontrada	BN online
	Katalog der Deutschen National Bibliothek. Acesso em: 08 abr. 2015 (Turnen: usado apenas como um conceito histórico e como um termo coletivo para os exercícios de ginástica com e sem equipamentos; caso contrário, ver a ginástica e esportes) https://portal.dnb.de/opac.htm?method=simpleSearch&cqlMode=true&query=idn%3D04061266X
Ligação	Gymnastics
Termo geral	Atletismo
Termo geral	Esportes
Termo geral	Exercícios físicos
Termo específico	Acrobacias
Termo específico	Escolas -- Exercicios e jogos
Termo específico	Ginástica artística
Termo específico	Ginástica de trampolim
Termo específico	Ginástica para homens
Termo específico	Ginástica para mulheres
Termo específico	Ginastica sueca
Termo específico	Ginástica artística

Fonte: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/F?func=direct&local_base=UEP10&doc_number=205606

Na Figura 11 o mesmo termo visualizado no formato MARC:

Figura 11 - Termo incorporado à Linguagem Unesp, após aplicação do método terminográfico, visualizado no formato MARC

Formato: OPAC Ficha Reduzido Nomes MARC Campos MARC

FMT AU

LDR nz 2200205n 4500

001 UNAU000205606

003 BBD

005 20150408100452.0

008 950214dn anznnbabn a ana d

040 |a UNESP/BBA |b por

150 |a Ginástica

450 |a Turnen

550 |w h |a Acrobacias

550 |w h |a Escolas |x Exercícios e jogos

550 |w h |a Ginástica artística

550 |w h |a Ginástica de trampolim

550 |w h |a Ginástica para homens

550 |w h |a Ginástica para mulheres

550 |w h |a Ginástica sueca

550 |w g |a Atletismo

550 |w g |a Esportes

550 |w g |a Exercícios físicos

550 |a Educação física

550 |a Calistenia

667 |a Pode ser subdividido geograficamente

670 |a BN online

670 |a Katalog der Deutschen National Bibliothek. Acesso em: 08 abr. 2015 |b (Turnen: usado apenas como um conceito histórico e como um termo coletivo para os exercícios

	de ginástica com e sem equipamentos; caso contrário, ver a ginástica e esportes) |u https://portal.dnb.de/opac.htm?method=simpleSearch&cqlMode=true&query=idn%3D04061266X
750 0	|a Gymnastics
OWN	|a AUTREV
CAT	|c 20121031 |l UEP10 |h 1639
CAT	|c 20121106 |l UEP10 |h 1716
CAT	|c 20121106 |l UEP10 |h 2225
CAT	|a ZANIBONI |b 40 |c 20130129 |l UEP10 |h 1652
CAT	|a CLAUDIO |b 40 |c 20130405 |l UEP10 |h 1536
CAT	|c 20130501 |l UEP10 |h 1319
CAT	|c 20140523 |l UEP10 |h 0215
CAT	|a ROSANE |b 40 |c 20150407 |l UEP10 |h 1104
COR	|a Ginastica |0 50
COR	|a Ginastica |0 ZZZ
CAT	|a ROSANE |b 40 |c 20150408 |l UEP10 |h 1004
SYS	000205606

Fonte: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/F/3S3Y8VMJ52ME774N6CIC4FNR2NG6TC3G7KMEBRP8B35NP9JSDD-12899?func=direct&doc_number=000205606&format=001

OBSERVAÇÃO: *Ao capítulo 4.1.1 foram acrescentadas figuras exemplificando cada etapa dos procedimentos de construção ou adequação de registros de autoridade na Linguagem Unesp. Também foi modificada a ordem dos procedimentos de construção e adequação de registros de autoridade. Também foram incluídos procedimentos para a construção e adequação de registros de autoridade para termos geográficos. O texto anterior dizia:*

"**Procedimentos de construção e adequação de registros de autoridade**
A construção da Linguagem Unesp se dá por meio:
a. da adequação do lote de registros inicialmente importados do Bibliodata;
b. da criação de registros para termos novos, que não são encontrados nas linguagens da Biblioteca Nacional, LCSH e MeSH;
c. da criação e adequação de registros novos para termos importados das linguagens da Biblioteca Nacional, LCSH e MeSH.
No caso do item c) o catalogador poderá importá-los destas bases e realizar o processo de adequação sem a participação do Grupo de Linguagem Unesp.
O processo de construção será realizado pelo Grupo de Linguagem da Unesp para os itens a) e b) a fim de manter a consistência da base.
O Grupo de Linguagem da Unesp, após estudos, decidiu pela adoção do método terminográfico para auxiliar o processo de adequação dos registros importados e de criação de registros novos para termos novos na Linguagem Unesp.
Dessa forma, foram criados dois formulários, disponíveis online, onde o catalogador deverá preencher:
· Formulário de solicitação de adequação de TERMO TÓPICO E GEOGRÁFICO IMPORTADO (Apêndice I): para o Item a) Processo de adequação do lote de registros importados do Bibliodata;
· Formulário de solicitação de inclusão de TERMO TÓPICO NOVO (Apêndice J): para o Item b) Processo de criação de registros novos para termos novos.
Estes formulários auxiliarão o Grupo de Linguagem na decisão pela incorporação ou não do termo ou sua alteração que, depois de análise minuciosa da solicitação, procederá com a construção do registro de autoridade para o mesmo.
a) Adequação do lote de registros importados do Bibliodata:
As adequações são baseadas nos registros de autoridade da Linguagem da Biblioteca Nacional, da LCSH e do MeSH, pois são linguagens que já possuem o registro com estrutura mais completa e atualizada em relação ao Bibliodata e hierarquia nos termos relacionados.
O processo de adequação deve assegurar a verificação de todos os campos a serem completados ou incluídos.
b) da criação de registros novos para termos novos, que não são encontrados nas linguagens da Biblioteca Nacional, LCSH e MeSH
Termo tópico novo é o termo tópico que não existe na Linguagem Unesp (UEP10), linguagens da Biblioteca Nacional, LC ou MeSH.
c) da criação e adequação de registros novos para termos importados das linguagens da Biblioteca Nacional, LCSH e MeSH
A inserção de termos novos na Linguagem Unesp também se dá por meio de registros existentes nas Linguagens da Biblioteca Nacional, LCSH ou MeSH. Estes registros podem ser importados de forma autônoma pelos catalogadores da Unesp com o auxílio das normas do Padrão de Qualidade de Registros de Autoridade da Rede de Bibliotecas da Unesp, em vigor desde novembro de 2012."

4.1.2 O método terminográfico para a construção da Linguagem Unesp

OBSERVAÇÃO: *Definições de terminografia foram incluídas ao texto do Manual após o método terminográfico ter sido incorporado, pelo Grupo de Linguagem, como uma das etapas para a criação de registros de autoridade para termos novos.*

O Grupo de Linguagem da Unesp, após estudos, decidiu pela adoção do méto

ento específico da terminologia e dedica-se à prática terminológica. As etapas da pesquisa terminológica incluem a coleta, tratamento e difusão dos dados terminológicos (RONDEAU, 1984, p. 64).

Durante o procedimento terminográfico, os possíveis termos novos são registrados em fichas de coleta que podem incluir suas definições, (se existentes), contextos de uso, fonte, domínio, responsável pelo preenchimento e data. (CERVANTES, 2009, 145-146).

As fontes que são consultadas na decisão de incorporação ou alteração de termos e como auxílio à elaboração da ficha terminológica para os termos solicitados são:

- Bibliodata (LCARB);
- Vocabulário USP (VocaUsp);
- Dicionários e Glossários especializados;
- Tesauros especializados;
- Sistemas de Classificação;
- Consulta a especialistas;
- Fontes da Internet (Wikipédia, por exemplo);
- Obra a ser catalogada.

Importante ressaltar que o Bibliodata continua sendo utilizado como fonte de pesquisa, mas não como fonte de importação de termos, visto que, como já foi constatado, não possui registros de autoridade com notas atualizadas e hierarquia de termos.

4.2 Perspectivas Futuras de Construção, Manutenção e Adequação da Linguagem Unesp

Após a implantação da Linguagem Unesp, o Grupo de Linguagem vem acompanhando o seu desenvolvimento e as perspectivas de construção de uma macroestrutura lógica e hierarquizada para os termos continua sendo prioridade para o futuro. Dessa forma, mostra-se necessário a escolha e adoção de software para gerenciamento desta macroestrutura.

A necessidade de tornar a Linguagem visível na interface de busca do usuário na web também é prioridade nesta etapa dos trabalhos.

PARTE 2
A Avaliação

5 Avaliação da Indexação

Fábio Sampaio Rosas
Cláudio Hideo Matsumoto
Sulamita Selma Clemente Colnago
Telma Jaqueline Dias Silveira
Márcia Correa Bueno Degasperi
Mariana de Oliveira Inácio
Isidoro Gil Leiva

Houve três avaliações da indexação, sendo as duas primeiras antes da implantação da política de indexação e a terceira depois. Seus resultados foram decisivos para a continuidade da aplicação da política.

A primeira avaliação foi diagnóstica e identificou, dentre outros problemas, a falta de uma política de indexação, a subutilização da linguagem de indexação e o baixo índice de exaustividade. A segunda avaliação verificou a melhoria dos resultados (exaustividade e precisão) a partir da aplicação da Proposta de política de indexação. A terceira avaliação constatou o uso efetivo da Política de indexação e analisou a correção e origem dos termos utilizados na catalogação de assunto da amostra (termos autorizados e não autorizados; Linguagem da Biblioteca Nacional, LCSH, MeSH, Bibliodata) e melhoria na exaustividade (crescimento da média de assuntos por título).

O desenvolvimento da proposta de política de indexação teve como motivação a análise situacional e diagnóstica em dois focos: o contexto das bibliotecas da rede Unesp e o sistema de recuperação por assuntos do catálogo Athena.

No foco do sistema de recuperação por assuntos do catálogo Athena, observou-se que a qualidade dos registros bibliográficos que constituíam a base Athena, no que diz respeito à catalogação descritiva, era vi-

https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-817-0.p91-114

sível e possível porque todas as bibliotecas da Unesp seguiam o "Padrão de Qualidade dos Registros Bibliográficos da Unesp". O mesmo não ocorria com a catalogação de assuntos, que não tinha nenhum padrão de procedimentos de análise documental de conteúdo para orientar sua execução sistematizada por todos os catalogadores.

A falta de procedimentos para a catalogação de assuntos era um grande problema que influenciava o uso da LCARB – Lista de Cabeçalho de Assunto da Rede Bibliodata e criava, assim, outro problema.

A LCARB, adotada pela Unesp, cumpria a função de controle de vocabulário para o catalogador, no entanto, deveria também mediar a recuperação por assuntos, pelo usuário, no catálogo Athena. Ocorre que, por não estar disponibilizada na web junto à ferramenta de busca, tão pouco incorporada ao sistema Aleph, os usuários não tinham conhecimento e acesso a essa ferramenta. O sistema dispunha somente da base bibliográfica, quando o ideal seria base bibliográfica e de autoridade trabalhando integradas, possibilitando a recuperação por assunto também a partir de termos da linguagem natural, contanto que esses termos estivessem cadastrados como remissivas nos registros de autoridade. Portanto, antes de novembro de 2012 – data da criação da base UEP10 (Autoridades) – não existia mediação de linguagem no catálogo Athena e, na verdade, não era necessária a utilização da LCARB pelos catalogadores, pois na prática a linguagem natural era a mais utilizada pelos usuários.-

Em consequência desse problema, observou-se que os catalogadores, na tentativa de resolver o entrave da recuperação nas buscas por assunto de seus usuários, passaram a utilizar nos registros bibliográficos o campo 690, além do campo 650 do MARC21 autorizado para os cabeçalhos de assuntos da LCARB. No campo 690, cada biblioteca incluía descritores de outras linguagens mais especializadas e conhecidas por seus usuários e até termos de linguagem livre para que os resultados das buscas não fossem nulos. Essa conduta adotada poderia ser fruto de duas hipóteses:

- A LCARB não era adequada para atender as necessidades dos usuários e catalogadores: carecia de termos especializados e atuais que acompanhassem o avanço das pesquisas científicas e continha poucas remissivas, com o agravante de não estar incorporada no sistema;

- Em decorrência da falta de procedimentos sistematizados de análise documental de conteúdos, a linguagem não era utilizada em toda a sua capacidade de vocabulário e de estrutura sintático-semântica.

As duas hipóteses foram confirmadas como verdadeiras e serviram como a "ponta do iceberg" na proposta da política de indexação para as bibliotecas da rede Unesp, após serem investigadas cientificamente em duas pesquisas de avaliação da linguagem de indexação: pela recuperação no catálogo Athena e pela consistência do processo de indexação.

5.1 Avaliação da Linguagem de Indexação pela Recuperação no Catálogo Athena

O objetivo dessa primeira pesquisa foi avaliar as linguagens do Bibliodata (LCARB), do Vocabulário USP (VocaUSP) e a linguagem natural do usuário, comparando os resultados das buscas dessas linguagens no catálogo Athena.

5.1.1 Procedimentos da primeira avaliação

Verificou-se, na base de dados UEP01 (Bibliográfica), o desempenho quanto ao índice de precisão na recuperação de buscas por assunto em quatro áreas do conhecimento: Ciências Biológicas (Medicina Veterinária, Odontologia, Nutrição), Ciências Humanas e Sociais (Letras, História e Ciências Sociais), Ciências Exatas (Ciência da Computação) e Ciências Agrárias (Zootecnia).

Os dados foram coletados por meio de:

- Entrevista estruturada com usuários (docentes e pós-graduandos) para buscas no catálogo Athena, utilizando primeiramente a linguagem natural, depois os termos correspondentes autorizados do Bibliodata (LCARB), e em seguida os termos correspondentes autorizados do Vocabulário USP (VocaUSP);
- Observação e captura em vídeo das buscas por assunto feitas pelos sujeitos da pesquisa, por meio de software específico.

5.1.2 Resultados da primeira avaliação

A análise dos dados coletados utilizou como indicadores de avaliação da linguagem de indexação os *índices de precisão*[1] na recuperação da informação no catálogo Athena (LANCASTER, 2004; GIL LEIVA, 2008).

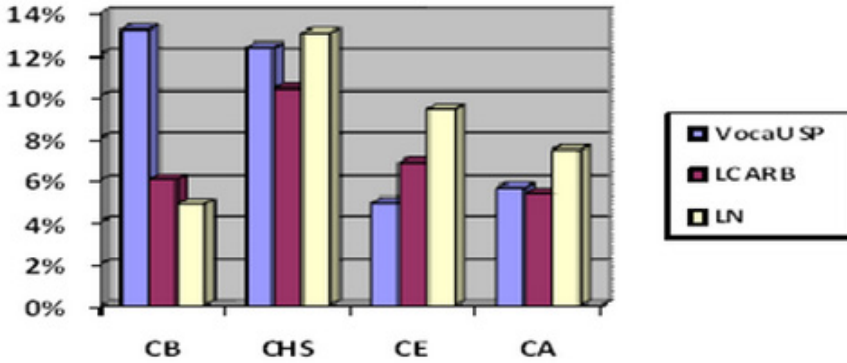
Na análise sistematizada pelas áreas do conhecimento, comparando o desempenho das linguagens controladas verificamos que:

- As Ciências Biológicas (Medicina Veterinária, Odontologia, Nutrição) e as Ciências Humanas e Sociais (Letras, História e Ciências Sociais), mostraram um desempenho melhor no uso do VocaUSP em relação às outras áreas, apresentando, respectivamente 13% e 12% de índice de precisão;
- Nas Ciências Exatas (Ciência da Computação) houve uma prevalência da LCARB, com um índice de precisão de 7%;
- As Ciências Agrárias (Zootecnia) apontaram um desempenho similar entre o VocaUSP e a LCARB, atingindo um índice de 6% e 5% respectivamente.

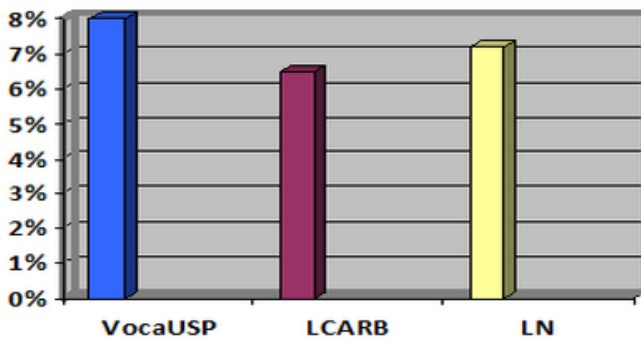
A Linguagem Natural (LN) obteve bom desempenho nas áreas de Ciências Agrárias (CA) = 7%, Ciências Exatas (CE) = 9% e Ciências Humanas e Sociais (CHS) = 13%; na área de Ciências Biológicas (CB), o índice foi o menor, apresentando apenas 5% de precisão (Gráfico 1).

[1] Denominado por Lancaster (2004) como coeficiente de precisão, indica a relação entre itens úteis e o total de itens recuperados.

Gráfico 1 - Índice de precisão por áreas do conhecimento

14%
12%
10%
8%
6%
4%
2%
0%
CB CHS CE CA
VocaUSP
LCARB
LN

Fonte: dados dos autores

No que diz respeito ao índice médio de precisão das três linguagens verificamos que a LCARB obteve o menor índice de precisão na recuperação da informação em relação às outras duas linguagens, perfazendo 6,5% em relação ao percentual de 8% alcançado pelo VocaUSP e 7,2% pela Linguagem Natural (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Média do Índice de precisão das linguagens

Fonte: dados dos autores

- Os resultados da avaliação comparada do uso de linguagem de indexação demonstraram que a especificidade de termos exigida pelo usu-

ário na recuperação foi mais satisfatória com a linguagem controlada VocaUSP (8%);

- Entre as duas linguagens controladas, notamos que o índice de precisão da LCARB foi 1,5% inferior ao VocaUSP. Atribuímos esse declínio aos fatos da linguagem possuir uma estrutura pré-coordenada, que não propicia uma flexibilização na construção de estratégias de busca de acordo com a intenção de pesquisa do usuário, e de não dispor de relações hierárquicas, que facilitam a elaboração de estratégias de busca.

5.1.3 Conclusão da primeira avaliação

Os resultados apresentados na avaliação das 3 linguagens possibilitaram as seguintes conclusões:

- Espaços informacionais distintos necessitam de tratamento e uso de linguagens diferenciadas;
- A escolha da linguagem deve levar em conta o ambiente e o sistema de informação, a categoria de usuário, o tipo de suporte, bem como o grau de profundidade em que o documento é tratado;
- No contexto das bibliotecas universitárias, a linguagem controlada é a mais indicada;
- A linguagem deve estar disponível no catálogo online para acesso e uso dos usuários em estratégias de busca para a recuperação precisa da informação.

Considerando os resultados e as conclusões obtidos na primeira pesquisa, ficou evidente que a linguagem pode influenciar na busca no que tange à precisão[2], porém não tem alcance na recuperação da totalidade dos documentos existentes na base de dados que tratam do assunto pesquisado (exaustividade[3]). Essa constatação suscitou uma dúvida: a baixa exausti-

[2] Para Lancaster (2004) precisão é a capacidade de evitar documentos inúteis.

[3] Diz respeito a extensão da representação temática do documento, assim a indexação exaustiva empregará termos em número suficiente para cobrir o conteúdo temático do documento de modo bastante completo (LANCASTER, 2004).

vidade poderia ser resultado de uma falha no processo de indexação ou a falta dele?

Tal questão motivou uma avaliação da linguagem de indexação pela consistência do processo de indexação a fim de verificar se haveria melhores resultados no nível de exaustividade.

5.2 Avaliação da Linguagem de Indexação pela Consistência do Processo de Indexação

Haja vista que a catalogação de assunto, tanto na conversão retrospectiva como no inserção de novos registros na base Athena, não tinha um padrão definido, foi proposta uma nova pesquisa, com o objetivo de responder a seguinte questão: o uso da linguagem LCARB, determinado por uma processo de indexação, influenciaria nos resultados de precisão e principalmente de exaustividade na recuperação da informação de uma amostra reindexada?

5.2.1 Procedimentos da segunda avaliação

Para essa pesquisa de avaliação da indexação foram necessários três procedimentos iniciais: a construção das bases bibliográficas com registros extraídos do Athena; a elaboração da tabela de relevância para cada um dos registros das bases; e a definição das necessidades informacionais dos pesquisadores com os respectivos livros relevantes da base.

Foram construídas duas bases de dados idênticas - DTL1 e DTL2 - com 240 registros bibliográficos de livros em cada (120 livros da área de Histologia e 120 livros da área de Alfabetização).

Com especialistas em Histologia e Alfabetização, foi estabelecida a relevância temática para cada um dos 240 livros, sendo elaboradas duas tabelas a fim de definir para quais assuntos cada um dos livros poderia ser relevante.

Quadro 8 - Relevância temática: alfabetização

Livro	Título	Relevante para
	Alfabetização em processo	Teoria de alfabetização, Escrita de crianças, Ensino de leitura
	A aprendizagem da leitura	Estratégias de leitura, Ensino de leitura, Metodologias de alfabetização
	A apropriação das habilidades textuais pela criança: fragmentos de um percurso	Escrita de crianças, Metodologias de alfabetização
...	...	...
120.	Sete lições sobre educação de adultos	Alfabetização de adultos, Teoria de alfabetização, Formação do professor alfabetizador

Fonte: dados dos autores

Quadro 9 - Relevância temática: histologia

Livro	Título	Relevante para
	Histologia básica: texto e atlas	Histologia, Células, Epitélio, Tecidos, Organologia
	Manual prático de biologia celular	Células, Organelas, Constituintes das células, Produtos celulares
	Protein phosphorylation : a practical approach	Proteínas celulares, Métodos de extração proteica, Métodos de identificação proteica
...	...	...
120.	Histologia comparada	Histologia comparada, Tecidos, Organologia, Embriologia

Fonte: dados dos autores

Em seguida, pesquisadores convidados da Unesp elaboraram um máximo de 10 necessidades de informação, em linguagem natural, e determinaram os respectivos livros relevantes. A partir disso, duas tabelas foram construídas: uma para Alfabetização e outra para Histologia, conforme demonstrado abaixo.

Quadro 10 - Necessidades informacionais sobre Alfabetização e livros relevantes

Necessidades de informação em ALFABETIZAÇÃO (coluna 1)	**Livros relevantes (coluna 2)**
1. Teoria de alfabetização	Livros: 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13 ...
2. Metodologias de alfabetização	Livros: 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 15 ...
3. Alfabetização construtivista	Livros: 16, 25, 29, 30, 36, 41, 43, 48 ...
...	...
8. Formação do Professor alfabetizador	Livros: 15, 20, 21, 23, 35, 39, 55 ...
9. Alfabetização de adultos	Livros: 14, 27, 32, 38, 53, 54, 65, 68, 84, 87,107
10. História da Alfabetização	Livros: 14, 27, 32, 38, 53, 54, 65, 68, 84, 87,107

Fonte: dados dos autores

Quadro 11 - Necessidades informacionais sobre Histologia e livros relevantes

Necessidades de informação em HISTOLOGIA (coluna 1)	**Livros relevantes (coluna 2)**
1. Microscopia	Livros: 2, 3, 4, 7, 8, 11, 17, 19 ...
2. Epitélio de revestimento	Livros: 2, 3, 7, 8, 11, 17, 26, 30 ...
3. Testículo	Livros: 2, 3, 7, 11, 17, 26, 30, 34 ...
4. Via seminífera extra-testicular	Livros: 2, 3, 7, 11, 17, 26, 30, 34 ...
...	...
6. Espermatozóide	Livros: 2, 3, 7, 17, 26, 30, 34, 37 ...
7. Apoptose	Livros: 7, 8, 12, 19, 39, 51, 95 ...

Fonte: dados dos autores

A base DTL1 foi reindexada de acordo com o processo de indexação estabelecido pela Proposta de Política de Indexação para Bibliotecas Universitárias da Unesp, utilizando-se a linguagem LCARB e o Modelo de Leitura Documentária. A base DTL2 foi mantida em seu conteúdo original.

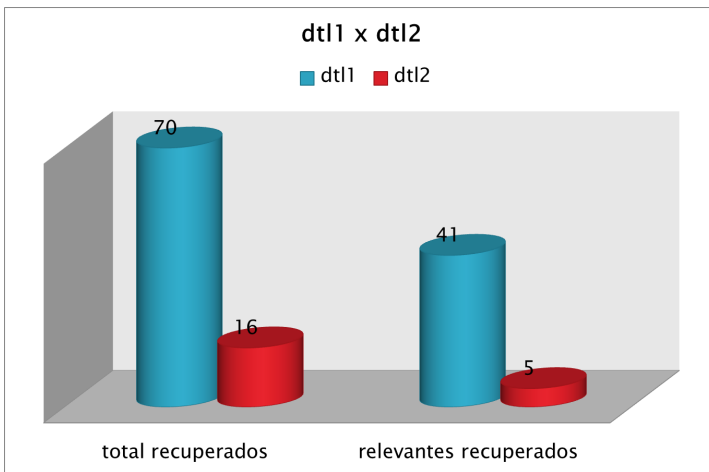
Com as duas bases preparadas para a pesquisa, as necessidades de informação estabelecidas, seus respectivos livros relevantes e a relevância

temática definida para cada livro contido nas bases, três pesquisadores realizaram as buscas com os termos autorizados na linguagem LCARB em cada uma das bases de dados, sendo observados por catalogadores que anotavam os documentos recuperados e quais desses documentos recuperados eram relevantes para o pesquisador.

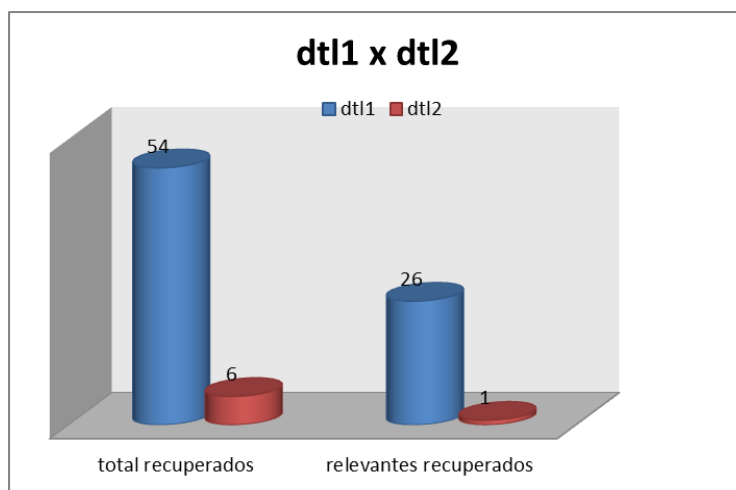
Os dados coletados por meio da observação dos catalogadores foram tabulados em duas planilhas, que serviram de fonte para criação dos gráficos.

5.2.2 Resultados da segunda avaliação

O gráfico 3 apresenta os dados obtidos na área de histologia, trazendo o total de recuperados e os relevantes recuperados. Observa-se que tanto na recuperação quanto na relevância os resultados foram superiores com os registros da base DTL1 (reindexada).

Gráfico 3 - Recuperados e relevantes de Histologia

Fonte: dados dos autores

Resultado semelhante ao obtido na área de Histologia foi obtido na área de Alfabetização (Gráfico 4), revelando assim, que independentemente da área, o processo de indexação proposto influenciou positivamente nos resultados das buscas.

Gráfico 4 - Recuperados e relevantes em Alfabetização

Fonte: dados dos autores

Em seguida, foram aplicadas as fórmulas para determinação dos índices de exaustividade e precisão na recuperação (LANCASTER, 2004; GIL LEIVA, 2008), conforme explicitado abaixo:

Figura 12 - Fórmulas de precisão e exaustividade na recuperação

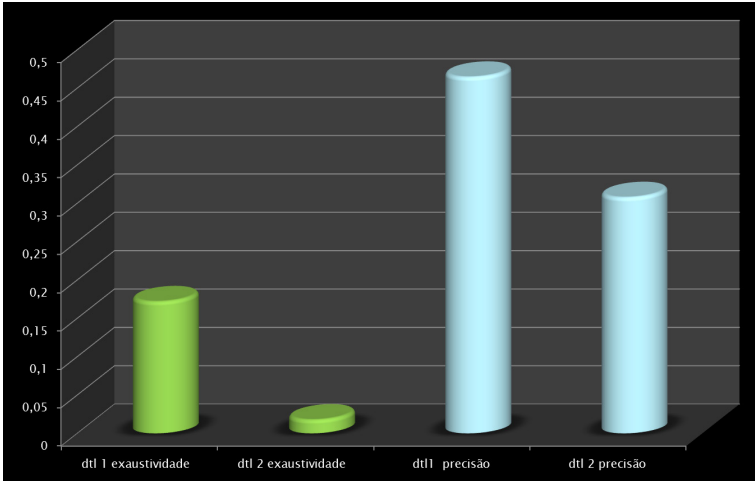
$$\textbf{Índice de precisão} = \frac{\text{nº de documentos relevantes recuperados}}{\text{nº total de documentos recuperados}}$$

$$\textbf{Índice de exaustividade} = \frac{\text{nº de documentos relevantes recuperados}}{\text{nº total de documentos relevantes na coleção}}$$

Fonte: Gil Leiva (2008, p. 88)

Com a aplicação da fórmula de precisão e exaustividade (GIL LEIVA, 2008) nos resultados obtidos, observou-se novamente semelhança

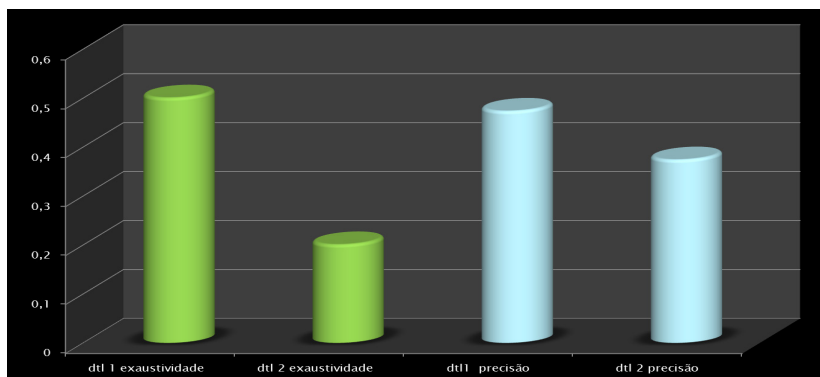
nos resultados, uma melhora na exaustividade e na precisão dos dados recuperados, conforme podemos observar nos Gráficos 5 e 6.

Gráfico 5 - Índice de exaustividade e precisão em Histologia

Fonte: dados dos autores

A baixa exaustividade visualizada na DTL2 nas duas áreas, nos leva a refletir que outros aspectos do assunto principal não estavam sendo considerados pelos indexadores.

Na área de Alfabetização (Gráfico 6), apesar de o índice de precisão (aquilo que realmente o pesquisador precisa) ter sido superior na base de dados reindexada (DTL1) foi proporcionalmente menor em comparação com a área de Histologia.

Portanto, nessa área, o problema maior não era a precisão e sim a exaustividade, haja vista que não se observa uma diferença significativa na precisão com a aplicação da fórmula.

Gráfico 6 - Índice de exaustividade e precisão em Alfabetização

Fonte: dados dos autores

5.2.3 Conclusão da segunda avaliação

A análise dos resultados obtidos revelou que a base reindexada obteve melhor desempenho na recuperação de assuntos em ambas as áreas selecionadas e concluiu-se que:

- processo de indexação é necessário durante a catalogação;
- uso de uma metodologia de indexação aumenta a exaustividade e a precisão, dando visibilidade aos conteúdos documentais das coleções das bibliotecas;
- Na área de Ciências Biológicas os termos exigem uma adequação, enquanto na área de humanas há uma coexistência de correntes teóricas, o que exige uma qualificação dos termos com tratamento diferenciado na indexação de documentos nessa área.

Com os resultados obtidos nas duas pesquisas de avaliação da linguagem de indexação - pela recuperação no catálogo Athena e pela consistência do processo de indexação - o Grupo de Política de Indexação recomendou que o problema de indexação na Rede de Bibliotecas da Unesp fosse solucionado mediante abordagem de dois aspectos:

A Linguagem:

- deveria propiciar a pós-coordenação de termos, na medida do possível, para que o usuário pudesse especificar ou generalizar a sua pesquisa no momento da busca e não o bibliotecário no momento da indexação;
- deveria estar disponível para o bibliotecário na interface GUI (processamento técnico) e na interface web para o usuário, permitindo assim que o programa remetesse o termo da linguagem natural diretamente para o termo autorizado e permitisse a visualização dos respectivos registros bibliográficos. A inclusão de uma opção de pesquisa a partir da Linguagem também auxiliaria os usuários, pois possibilitaria a visualização das relações existentes entre os termos (hierárquicas e associativas) e uma melhor formulação de estratégias de busca.

A Política de indexação:

- deveria ser adotada a "Proposta de política de indexação para a rede de bibliotecas universitárias da Unesp" que, conforme os resultados da segunda pesquisa, aprimora a representação e recuperação temática no catálogo Athena, propiciando um grau plenamente satisfatório de consistência na indexação.

5.3 Avaliação Comparada do Uso de Termos Autorizados de Linguagens de Indexação nos Campos de Assunto

Conforme mencionado anteriormente, depois das capacitações dos catalogadores (modelo de leitura e registros MARC de autoridade), a proposta de Política de Indexação foi implantada nas bibliotecas da Rede Unesp. Com o objetivo de comparar os resultados obtidos na recuperação antes e depois da proposta aplicada, decidiu-se por uma terceira avaliação, com a mesma metodologia da segunda avaliação relatada no item 5.2.

5.3.1 Procedimentos da terceira avaliação

Para esse processo de avaliação, dos 2.130 (dois mil cento e trinta) registros bibliográficos reindexados em seis meses (de novembro de

2012 a maio de 2013) de acordo com o modelo de leitura e a política de indexação proposta (identificados pelo campo IND) foram selecionados 600 (seiscentos) registros bibliográficos. A partir dos números de controle desses registros, duas bases foram criadas: DTL01 (composta pelos 600 registros reindexados) e DTL03 (mesmos 600 registros, porém anteriores ao processo de reindexação, ou seja, extraídos da base Backup).

Porém, no momento de interrogar as bases de dados, foi levantada a questão do processo de desenvolvimento/atualização da linguagem Unesp e a influência desse processo nos resultados da avaliação da consistência, pois nem todos os registros de autoridade dos assuntos constantes nos 600 registros bibliográficos da DTL01 haviam sido compatibilizados com as linguagens de mesma raiz e seguindo o Padrão de Qualidade de Registros de Autoridade da Unesp. Cada registro bibliográfico possuía em média cinco assuntos, gerando uma grande quantidade de termos. Por não haver pessoal suficiente para a execução desse trabalho, nem todos os assuntos tinham sido conferidos/atualizados.

Logo, devido ao fato de alguns registros de autoridade estarem na forma original de quando foram importados do Bibliodata, foi necessária uma mudança de procedimento, partindo então para uma comparação dos campos de assunto de cada registro bibliográfico da base reindexada (DTL01) com o respectivo registro bibliográfico da base backup (DTL03).

A composição da amostra foi realizada com registros bibliográficos de livros das 3 grandes áreas do conhecimento com um total de 600 registros, mas evidenciou-se que dois registros eram edições idênticas de outros já incluídos na lista. Então, foram considerados 598 registros para a terceira pesquisa, a saber: 186 registros da área de exatas, 250 da área de humanas e 162 da área de biológicas.

Foram utilizadas as duas bases de dados DTL01 e DTL03 para a verificação do número de assuntos atribuídos após a reindexação dos registros pela Rede de Bibliotecas Unesp – comparação entre as duas DTLs. Os registros foram comparados lado a lado (modo editor múltiplo no Aleph, conforme, APENDICE C).

Realizou-se a seguinte verificação:

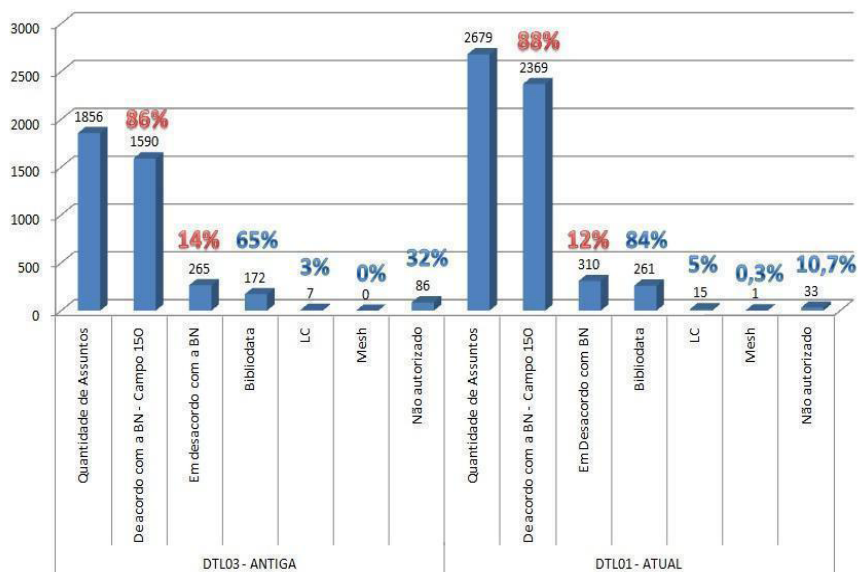
1. Quantidade de assuntos para cada documento em cada base;

2. Se os termos eram ou não autorizados na linguagem da Biblioteca Nacional;
3. Se os termos eram ou não autorizados na linguagem LCSH;
4. Se os termos eram ou não autorizados na linguagem MeSH;
5. Se os termos eram ou não autorizados na linguagem Bibliodata;
6. Se havia termos não autorizados nas linguagens citadas acima.

Definiu-se, como parâmetro de comparação, o campo 150 da Linguagem da Biblioteca Nacional, ou seja, os campos 650 dos registros bibliográficos deveriam ser idênticos aos termos do campo 150 do registro de autoridade da Linguagem da Biblioteca Nacional. A partir de então, foi feita a busca dos termos de cada registro bibliográfico junto às linguagens. Todos os dados coletados foram tabulados em uma planilha do Excel (conforme APENDICE D). Os termos inseridos pelos indexadores no campo 650 do registro bibliográfico que não foram encontrados na Linguagem da Biblioteca Nacional eram oriundos das outras linguagens (LCSH, MeSH ou Bibliodata) ou não autorizados (ausente em todas as linguagens consultadas), e foram sinalizados como "em desacordo com a Linguagem da Biblioteca Nacional - Campo 150", conforme ilustrado na figura abaixo. Esse processo foi realizado com as duas bases de dados: DTL01 e DTL03.

5.3.2 Resultados da terceira avaliação

Na comparação entre as bases de dados DTL03 - ANTIGA (dados obtidos até outubro de 2012) e DTL01 - ATUAL (reindexada de novembro de 2012 a maio de 2013) observaram-se dentre os resultados demonstrados em quatro figuras, o crescimento dos termos de acordo com a Linguagem da Biblioteca Nacional, a redução dos termos não autorizados e o crescimento da média dos termos por título. Para o cálculo da média foi dividido o número de assuntos encontrados pelo número de títulos analisados. Por exemplo, no cálculo da média das três áreas (Gráfico 7), dividiu-se o total de 1856 termos pelos 598 títulos da amostra, obtendo-se 3,1 assuntos por título/livro na DTL03 - ANTIGA.

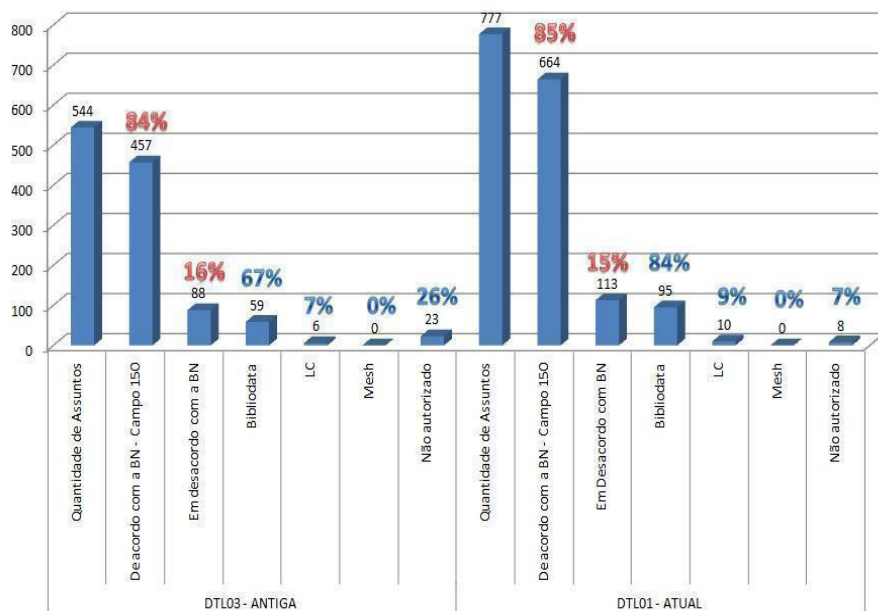
Gráfico 7 - Análise de consistência: Exatas, Humanas e Biológicas

Fonte: dados dos autores

O Gráfico 7 mostra os resultados obtidos no total das três áreas: Exatas, Humanas e Biológicas. Após o processo de reindexação conforme política adotada pela Unesp, observou-se pelos dados obtidos da DTL01, que a média de assuntos por título subiu de 3,1 para 4,4. Portanto, evidencia-se que a política estabelecida foi respeitada e mantida.

Observou-se também uma proximidade terminológica do Bibliodata com a Linguagem da Biblioteca Nacional, tendo em vista serem traduções da LCSH, assim como MeSH e o DeCS.

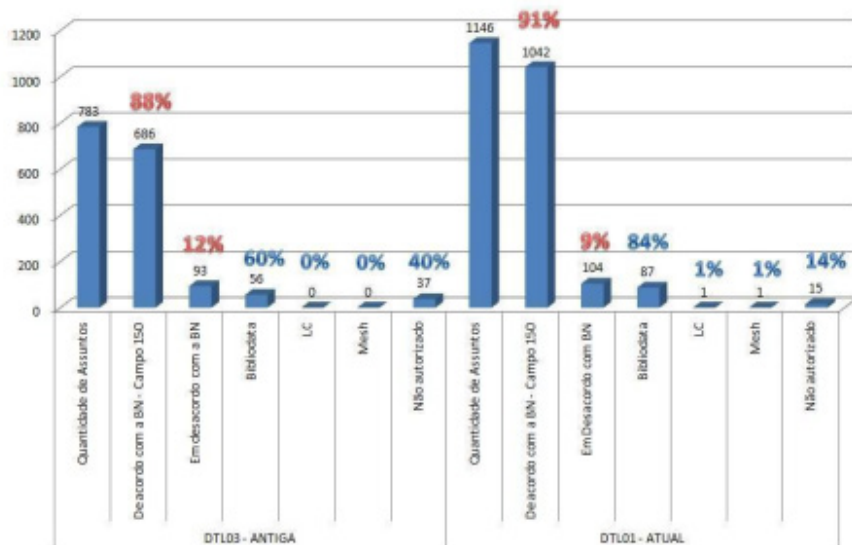
Destaca-se também uma redução de 66% na quantidade de termos não autorizados na comparação entre as duas bases. Consideram-se termos não autorizados aqueles não existentes nas linguagens citadas, criados com base nas fontes que o catalogador tinha em mãos, seguindo o Padrão de Qualidade de Registros de Autoridade da Unesp.

Os termos em desacordo com a Linguagem da Biblioteca Nacional tiveram uma redução de 2%, como pode ser observado no Gráfico 7.

Gráfico 8 - Análise de consistência: Exatas

Fonte: dados dos autores

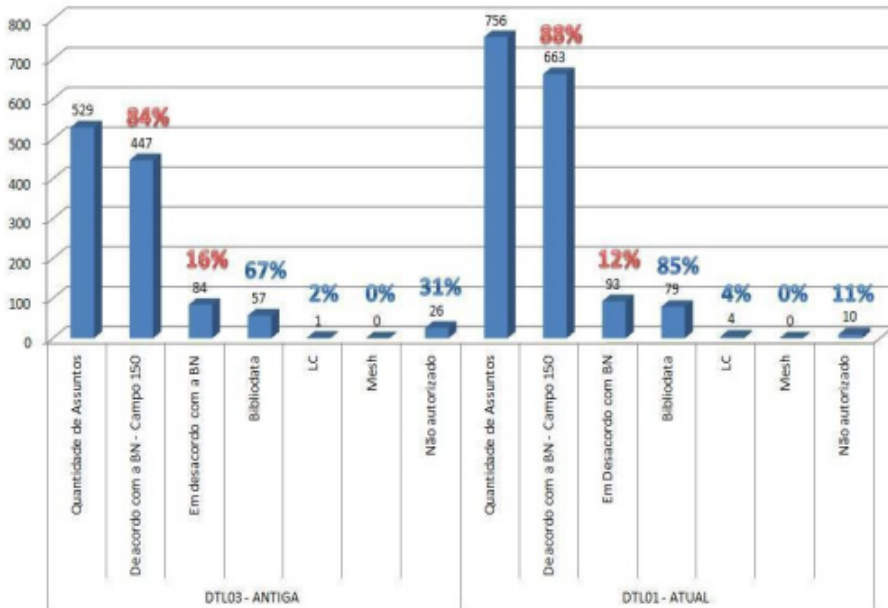
O Gráfico 8 apresenta os resultados obtidos na análise de consistência na área de Exatas. Antes da reindexação, a média de termos para cada título nesta área era de aproximadamente 3 e após a reindexação essa média subiu para 4,1 termos por título de livro.

Entre as três áreas analisadas separadamente, essa foi a que apresentou a maior redução no total de termos não autorizados, obtendo uma redução de 73% e o menor índice de crescimento (1%) de termos em acordo com a Linguagem da Biblioteca Nacional.

Gráfico 9 - Análise de Consistência: Humanas

Fonte: dados dos autores

Nos resultados da área de Humanas, representados pelo Gráfico 9, a média dos termos por título de livro, cresceu de 3,1 termos por título para uma média de 4,5 termos.

Quanto aos termos não autorizados, houve uma de redução de 65%. Observa-se que esta foi a área que obteve o maior número de termos em acordo com a Linguagem da Biblioteca Nacional, um crescimento de 3% na comparação entre as duas bases de dados.

Gráfico 10 - Análise de consistência: Biológicas

Fonte: dados dos autores

Os resultados obtidos na área de Biológicas (Gráfico 10) são muito semelhantes aos obtidos na soma das três áreas.

Quanto a média de termos por título na DTL03, a área de Biológicas tinha uma média de 3,2 termos. Após a reindexação este valor passou para 4,6 termos por título, a maior média entre as áreas.

Houve uma redução de aproximadamente 65% na quantidade de termos não autorizados. E em relação aos termos em acordo com a Linguagem da Biblioteca Nacional, houve um crescimento de 4% na comparação entre as duas bases de dados.

5.3.3 Conclusão da terceira avaliação

Os resultados obtidos dos estudos de avaliação para a implantação da Proposta de Política de Indexação proporcionaram as seguintes conclusões:

- A política de indexação foi aplicada e utilizada. Esta constatação ficou evidente pelo aumento da quantidade de termos autorizados e redução de termos não autorizados no campo de assunto tópico;
- Houve crescimento de termos autorizados da Linguagem da Biblioteca Nacional - BN combinado com termos autorizados do *Medical Subject Headings* - MeSH e *Library of Congress Subject Headings* - LCSH. Este fato indicou que a Linguagem Unesp deveria ser construída a partir dos registros de autoridades com a combinação das linguagens de mesma raiz terminológica;
- aparecimento de termos novos sinalizou que a inclusão deveria ser feita por um grupo de construção e manutenção da Linguagem Unesp após verificação nas linguagens autorizadas, mediante processo terminográfico de novo termo não existente em nenhuma dessas linguagens.

Acredita-se na importância de avaliar periodicamente a recuperação de informação e do processo de indexação. Para isso, pretende-se aplicar as duas últimas metodologias de avaliação relatadas neste capítulo: "Avaliação da linguagem de indexação pela consistência do processo de indexação" (5.2), a cada dois anos e a "Avaliação comparada do uso de termos autorizados de linguagens de indexação nos campos de assunto" (5.3), anualmente.

Parte 3
A Implantação

6 A Implantação da Política de Indexação: Procedimentos e Estratégias da Pesquisa-Ação Integral

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Diante dos resultados e conclusões obtidos na terceira pesquisa de avaliação (vide capítulo 5), o Grupo de Política de Indexação constatou que a "Proposta de política de indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp" foi implantada com êxito e bem aceita pela comunidade das bibliotecas da Unesp. Portanto, decidiu transformar a Proposta em um "Manual da política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp" (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO", 2014) cuja atualização incorporou dados, informações e decisões realizadas pelo Grupo de Política de Indexação ao longo de todo o processo de implantação, documentadas por meio de atas de reuniões, orientações e procedimentos divulgados às bibliotecas que estavam organizados em fundos documentais virtuais ou "em nuvem" para uso do Grupo de Política de Indexação.

Toda essa documentação registra e revela o método de pesquisa-ação aplicado para o desenvolvimento da Proposta e sua transformação na forma de Manual em um processo contínuo de avaliação, entre os membros do Grupo de Política de Indexação e a comunidade das bibliotecas da rede Unesp, garantido pelo debate de idéias e rotinas intensamente negociadas em reuniões realizadas de forma contínua.

O grupo de catalogadores e a equipe de pesquisadores realizaram reuniões mensais, presenciais e virtuais, no período de maio/2010 a feve-

https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-819-0.p115-134

reiro/2012, totalizando onze reuniões, em que elaboraram, por consenso após discussões e análises, proposta de política de indexação para a Rede de Bibliotecas da Unesp com base na fundamentação teórica e metodológica desenvolvida pelos pesquisadores integrantes do Grupo à luz da *práxis* e do contexto de atuação profissional dos catalogadores que resultaram em trabalhos experimentais de avaliação da recuperação por assuntos do catálogo coletivo on-line da Unesp.

Posteriormente, a política de indexação foi discutida e aprovada em reunião de catalogadores das trinta e quatro bibliotecas da Unesp que decidiram por sua implantação em todas as bibliotecas com avaliação e supervisão constantes promovidas pelos membros integrantes do Grupo de Política de Indexação da Unesp.

O objetivo de formar equipes de catalogadores de bibliotecas para elaborar, implantar e avaliar política de indexação foi realizado mediante aplicação da metodologia de pesquisa-ação para intervenção na realidade das bibliotecas no que tange à elaboração e implantação de política de indexação.

A escolha da metodologia da pesquisa ação se deveu à necessidade do Projeto de Pesquisa "Política de indexação para bibliotecas" (FUJITA, 2010) vivenciar, junto à equipe de profissionais das bibliotecas universitárias, a ação de elaboração, implantação e avaliação da política de indexação como forma sistematizada de melhor observar os problemas e as mudanças.

A pesquisa-ação, vista como uma pesquisa social de base empírica dentro da metodologia etnográfica é indicada quando há interesse coletivo na resolução de um problema.

A pesquisa-ação é, segundo Thiollent (1998, p.14)

> [...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Morin (2004, p.56) compreende que o termo pesquisa-ação "designa em geral um método utilizado com vistas a uma ação estratégica e requerendo a participação dos atores". Na visão do autor, essa definição se

encaixa no paradigma socioconstrutivista e, dessa forma, os pesquisadores privilegiam a pesquisa de campo onde a discussão com todos os atores é enfatizada. Morin considera que o pesquisador é um dos atores cuja participação deve ser integral no compartilhamento das ações em busca de soluções de modo planejado em que a co-gestão é o caminho a ser partilhado. Nessa perspectiva, a pesquisa-ação integral (PAI) recebeu de Morin (1986, p.331) a seguinte definição operacional:

A PAI é aquela que visa uma mudança pela transformação recíproca da ação e do discurso, isto é, uma ação individual em uma prática coletiva eficaz e incitante, e de um discurso espontâneo em um diálogo esclarecido e, até, engajado.

A pesquisa-ação integral é estruturada, de acordo com Morin (2004, p.61), em uma grade de análise do processo com 5 componentes: contrato, participação, mudança, discurso e ação. Morin (2004, p.61) esclarece a função de cada componente de modo objetivo para facilitar sua aplicação que deriva do próprio entendimento da abordagem socioconstrutivista, destaca que são interdependentes e que a forma de compreendê-las deve ser dinâmica e sistêmica:

A participação é *essencial.* O contrato é uma das condições que a asseguram. A mudança é a *finalidade*. Os efeitos dessa participação ou ação negociada estão presentes no *discurso* ou na transformação dos espíritos e na *ação* encarada para resolver ou equacionar um problema da melhor maneira possível.

No entendimento de Raphael (2007, p.11-112), a teoria da PAI é desenvolvida *in loco* e explica da seguinte forma a função de cada componente:

O contrato elabora uma linguagem comum, compreensiva a todas as pessoas, e apresenta características de negociação e deliberação entre as partes. A participação deve ser um instrumento que leve à co-gestão e, para tal, supõe a colaboração de todos os elementos em todas as tomadas de decisão, em todo o processo. A mudança consiste na passagem de um estado a outro, este último o próprio objetivo do projeto. O discurso faz parte da transformação e toma corpo quando inserido na ação. A ação atua

em espiral com a reflexão, questiona o discurso e deve refletir o consenso e a capacidade dos participantes.

A pesquisa-ação integral foi definida para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa "Política de indexação para bibliotecas" em função da opção pela linha metodológica do sócio-construtivismo adotada nas pesquisas anteriores[1] com a participação dos catalogadores da rede de bibliotecas da Unesp. Os resultados destas pesquisas os levaram a decidir sobre a elaboração da política de indexação das bibliotecas da Unesp com a metodologia da pesquisa-ação, o que tornou possível aproveitar a oportunidade de envolvimento cooperativo entre pesquisadora e participantes em torno da situação de elaboração e implantação da política de indexação.

Esta opção de linha metodológica permitiu que a construção da política de indexação fosse discutida e negociada por vários atores ao longo do tempo a partir da necessidade de mudança de uma situação que gerava um problema nunca antes resolvido em relação à recuperação por assunto no catálogo online da rede de bibliotecas da Unesp. Essa problemática foi muito discutida e analisada pelo grupo tal como relatado no capítulo 2 e motivou a realização de dois estudos de avaliação: de uso da linguagem de indexação e de consistência do processo de indexação.

Quando iniciamos as discussões em reuniões quinzenais ou mensais, foi colocado que a dificuldade em recuperar por assuntos no catálogo online era frequentemente relatada por usuários de maneira informal no dia-a-dia e os profissionais acreditavam que esse problema era devido ao uso de uma linguagem de indexação que diziam ser pouco especializada, por isso utilizavam outras linguagens mais especializadas e até a linguagem natural quando não encontravam linguagem de indexação mais adequada ao uso de um determinado termo, principalmente, quando catalogavam teses e dissertações cujos conteúdos sempre são mais especializados e com novos termos. Com o avanço das discussões, mais relatos eram realizados pelos profissionais e a equipe de pesquisa cada vez mais se envolveu com os temas e, na tentativa de solução, realizaram-se as duas primeiras pesquisas

[1] "O contexto da leitura documentária de indexadores de bibliotecas universitárias em perspectiva sócio-cognitiva para a investigação de estratégias de ensino" (Bolsa PQ/CNPq – Processo 310357/2006-3) (FUJITA, 2007) e "Política de tratamento da informação documentária na rede de bibliotecas da UNESP" (FUJITA, 2007).

de avaliação, a primeira sobre o uso da linguagem de indexação e a segunda sobre a consistência do processo de indexação.

A primeira pesquisa foi motivada em razão do problema relatado pelos profissionais, ou seja, de que a linguagem de indexação não era especializada e por isso a recuperação por assuntos no catálogo não era satisfatória. Mas, as reuniões e suas discussões levantaram muitas dúvidas e apontamentos que sinalizavam outros aspectos influentes tais como o uso de diferentes linguagens, inclusive a natural e que, principalmente, por ser importada, os campos de assuntos na maioria dos registros bibliográficos permaneciam inalterados; outro aspecto levantado era de que o usuário utilizava sua linguagem natural para fazer sua estratégia de busca no catálogo e como na maioria dos catálogos a linguagem de indexação utilizada nunca esteve disponível. Com estes aspectos foi possível, na segunda pesquisa de consistência do processo de indexação, demonstrar aos catalogadores que a linguagem de indexação, embora desatualizada e pouco especializada, não era a causa principal do problema de recuperação por assuntos.

As causas principais, observadas e admitidas pelo grupo, advinham do fato de que ao copiarem os registros bibliográficos não se realizava o processo de indexação, tampouco se utilizava a linguagem de indexação adotada pela rede de bibliotecas. Quando havia a necessidade de se construir um registro bibliográfico novo, mais comum para teses e dissertações, a falta de especialidade da linguagem de indexação era compensada pelo uso de outras linguagens de indexação e mesmo assim, nenhuma das linguagens de indexação utilizadas era disponibilizada para o usuário do catálogo online durante a estratégia de busca por assunto. Essas causas foram intensamente discutidas e proporcionou ao Grupo a visão de que era necessário o trabalho de investigação de soluções em duas frentes: do processo de indexação e da construção e uso de uma única linguagem de indexação para uso de catalogadores e usuários, motivo pelo qual existem dois Grupos de Trabalho atuantes: o de Política de Indexação e o de Linguagem de indexação.

A segunda pesquisa demonstrou que a realização do processo de indexação com uso da linguagem de indexação, comparada com os registros bibliográficos copiados sem modificação do campo de assunto, obteve melhor resultado na recuperação.

Portanto, as discussões realizadas durante e após os estudos de avaliação demonstraram um cenário claro de que era necessária a mudança e assim foi elaborada a “Proposta de política de indexação para as bibliotecas da Unesp”, resultado do contrato realizado entre catalogadores e pesquisadores cuja negociação foi realizada em cada detalhe porque todos tinham ciência de que o modo de trabalho seria modificado para incluir os procedimentos anteriormente inexistentes, ou seja: cada registro bibliográfico importado teria que ser indexado mediante procedimentos e seu campo de assunto modificado com a inclusão de termos de uma única linguagem de indexação e não de várias linguagens de indexação.

A participação de todos foi importante em todas as etapas da discussão propiciando a co-gestão tanto da definição dos problemas quanto na busca de soluções para resolvê-los cujo resultado se concretizou na redação final da “Proposta de política de indexação”. O processo de co-gestão foi contínuo a partir do ponto em que assumiram os problemas e se debruçaram na tarefa de solucioná-los dentro da sua realidade profissional. Nesse processo todos se responsabilizaram pelas etapas de solução dos problemas passando a existir grupos em que cada um era líder e responsável por passar as mudanças aos demais catalogadores em um processo de multiplicação de conhecimentos que implantou e disseminou a mudança.

O grupo de política de indexação, composto por catalogadores e pesquisadores, foi o primeiro a se envolver com a problematização, estudos de avaliação e elaboração da Proposta no período de março de 2010 a janeiro de 2012. Durante as discussões, análises e resultados de avaliação o grupo tomava consciência de que a mudança era necessária e, ao longo do período, se inteirava de novas estratégias profissionais para a inclusão da metodologia de indexação a partir de cursos de capacitação que os pesquisadores ofereciam à medida que se colocavam demandas por novas soluções durante as reuniões.

As capacitações foram realizadas pelos pesquisadores, primeiro aos catalogadores do grupo mediante cursos cujos conteúdos foram discutidos e selecionados coletivamente e, após cada curso, os problemas e soluções eram examinados para a tomada de decisões que direcionavam o desenvolvimento das ações, principalmente após cada capacitação dos demais catalogadores.

Exemplo dessa situação foi o curso "Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas", ministrado em junho de 2011. Esse curso foi proposto como parte da proposta de solução em função da discussão, realizada durante o ano de 2010 e primeiro semestre de 2011 sobre os resultados de recuperação por assunto da segunda pesquisa de avaliação da consistência de indexação que comparou amostra de registros bibliográficos que haviam passado pelo processo de indexação e uso de linguagem de indexação com amostra de registros bibliográficos copiados sem modificação do campo de assunto porque não passaram por processo de indexação.

O curso teve como conteúdo principal a análise de assunto de documentos e suas concepções orientadas para o conteúdo e para a demanda como proposição metodológica para a catalogação de assuntos de textos científicos mediante apresentação dos modelos de leitura documentária para textos científicos e livros. Esse conteúdo, resultado de pesquisas realizadas (FUJITA; RUBI, 2006), foi apresentado aos catalogadores do Grupo de Política de Indexação que, após compreensão da metodologia de indexação proposta pelo Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas, decidiu incluí-lo na "Proposta de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp".

Depois, quando em fevereiro de 2012 a Proposta foi aceita pelas bibliotecas e se iniciou a capacitação, os catalogadores do Grupo de Política de Indexação tornaram-se capacitadores para acompanhamento e esclarecimentos dos grupos de apoio regionais e temáticos à Indexação após o Curso "Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas" ser ministrado aos demais catalogadores das bibliotecas.

Na sequencia, foram ministradas 3 edições do Curso "Catalogação do registro de autoridade no formato MARC21", duas em 2012 e uma em 2013. Essa participação dos catalogadores do Grupo de Política de Indexação motivou a participação de outros catalogadores que passaram a integrá-lo e atuar com outros conhecimentos o que ajudou a consolidar, de modo decisivo, a implantação das mudanças contidas na Proposta. Mais do que isso, trouxe ao Grupo a percepção das mudanças e o estímulo à

investigação de modo crítico para a solução de problemas tal como explica Morin (2004, p.56)

A pesquisa-ação permite aos atores que construam teorias e estratégias que emergem do campo e que, em seguida, são validadas, confrontadas, desafiadas dentro do campo e acarretam mudanças desejáveis para resolver ou questionar melhor uma problemática.

De modo gradativo, a pesquisa-ação integral propiciou uma troca de saberes entre todos os participantes do Grupo de Política de Indexação, de tal modo que os catalogadores passaram a agir e pensar mais criticamente e os pesquisadores a entenderem o contexto profissional de modo mais específico o que motivou, inclusive, a redação conjunta deste livro. Por isso, concordamos com Morin (2004, p.56) quando considera que "é identificada como nova forma de criação do saber na qual as relações entre teoria e prática e entre pesquisa e ação são constantes".

Existiram durante a elaboração da proposta muitas adaptações relacionadas às práticas de catalogação descritiva incorporadas pelo software gerenciador do catálogo online, assim como práticas de catalogação de assunto anteriormente nunca discutidas e que se tornaram cotidianas. Tais práticas, como por exemplo, o uso de uma linguagem de indexação única, de um método de indexação e da definição dos elementos de política de indexação[2], entre eles o da quantidade máxima e mínima de termos para cada documento indexado, bem como do nível de especificidade ou exaustividade dos termos, foram determinantes para, a cada reunião, moldar um discurso comum entre todos e que culminou na elaboração da Proposta considerada, dentro da concepção da Pesquisa-ação integral, como o contrato.

A Proposta contém, portanto, o discurso da problematização, acompanhado dos resultados da avaliação, dos argumentos principais e, principalmente, das estratégias para realizar a mudança de conduta profissional dos catalogadores das bibliotecas universitárias, além da metodologia da indexação e uma reflexão sobre a necessidade de mudança da linguagem de indexação, anteriormente utilizada, por outra que possibilitasse sua atualização constante por todos com o controle do Grupo de Linguagem.

[2] Cf. elementos da política de indexação no capítulo 3

A Proposta foi apresentada aos demais catalogadores das bibliotecas em fevereiro de 2012 e aos diretores de bibliotecas em abril de 2012, o que permitiu o conhecimento sobre o contrato e a discussão pela necessidade de mudança com a participação de todos e não somente, como no primeiro momento, do grupo de política de indexação. Entretanto, como a Proposta continha um discurso que não era comum a todos os demais que não participaram das reuniões de discussão, foi fundamental o nível de confiabilidade do grupo de política de indexação para a aceitação da Proposta como contrato inicial.

Deu-se início, então, a partir de abril de 2012, à capacitação de todos os catalogadores para conhecimento de como usar a Proposta e utilizar o mesmo discurso comum de domínio do Grupo de Política de Indexação. Para isso, foi realizado em 2012 o Curso "Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas". Este curso foi realizado para os bibliotecários catalogadores da rede Unesp visando capacitá-los a indexarem com consistência, habilitando os profissionais na leitura documentária, ressaltando os locais onde a informação necessária à indexação deverá ser buscada e os questionamentos que deverão ser feitos para obtê-la. Além disso, o curso incluiu em seu início a explicação completa da Proposta que continha as explicações e argumentos principais sobre a necessidade de mudança e adoção das orientações sobre os elementos de indexação e uso da "Terminologia da Biblioteca Nacional" a partir da construção dos registros de autoridade de assuntos.

Nessa oportunidade o Grupo de Política de Indexação realizou discussão com os catalogadores sobre a Proposta e se iniciou um novo ciclo da pesquisa-ação integral que passou a incluir um grupo maior de participantes com necessidade de orientação sobre as novas práticas, princípios, fundamentos, elementos, metodologia e linguagem de indexação que integram a política de indexação contida na Proposta.

O conjunto de uma série de "Orientações aos catalogadores para implantação da política" realizadas a partir das dúvidas que surgiram passaram a acompanhar o uso da Proposta e incentivou a criação de grupos regionais de catalogadores orientados pelos participantes do Grupo de Política de Indexação que passaram a atuar fortemente junto à esses grupos para que as dúvidas fossem divulgadas em uma lista de discussão comum

a todos pela internet. Algumas dessas orientações após discussões e observações da prática dos catalogadores pelo Grupo de política de indexação foram incorporadas à Proposta e, depois, ao Manual de política de indexação. O principal desse processo de implantação foi a participação de todos, inclusive dos diretores das bibliotecas.

Após o Curso "Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas" foi demandado o de "Catalogação do Registro de Autoridade no Formato MARC21", realizado em 2012 e 2013, em função da crescente participação e da intensidade da ação que solicitava a construção dos registros de autoridades de assunto tópico e geográfico para que a linguagem de indexação Unesp fosse implantada em todos os registros bibliográficos. A elaboração dos conteúdos do curso bem como sua ministração foi ação dos catalogadores dos Grupos de Política de Indexação e da Linguagem. A demanda desse curso e a responsabilidade assumida pelos Grupos demonstra o envolvimento e a participação de todos os catalogadores com o consentimento dos diretores de bibliotecas.

Na sequencia e após a capacitação de todos os catalogadores, o Grupo de Linguagem se deparou com o novo desafio de discutir o que fazer com os termos novos, assim chamados por não serem encontrados em nenhuma das fontes de controle de vocabulário eleitas por todos. Essa discussão já havia sido colocada desde o início da formação do Grupo de Política de Indexação quando os problemas ainda estavam sob foco das duas avaliações anteriores, a de uso da linguagem e a de consistência da indexação.

Mas, com a terceira avaliação para verificação da determinação de termos nos campos de assuntos dos registros bibliográficos, observou-se o aumento dos termos novos que estavam pendentes de tratamento adequado para elaboração dos registros de autoridade. Esse aumento foi um sinal claro de que os catalogadores estavam aplicando a política de indexação e, como era previsto, encontrando termos novos em vista da natureza científica e tecnológica e de produção de novos conhecimentos dos documentos que entravam nos acervos das bibliotecas universitárias.

O problema colocado foi discutido e os pesquisadores ofereceram, em 2014, aos catalogadores do Grupo de Linguagem o Curso "Procedimentos para autorização de termos novos considerando a metodologia terminográfica". Na capacitação os catalogadores discutiram a elaboração de formulários para adequação de termo tópico importado e de inclusão termo tópico novo que foi implantado após capacitação dos demais catalogadores da rede. Atualmente, o Grupo de Linguagem analisa as solicitações e se comprovada a necessidade elabora ou adequa o registro de autoridade de assunto.

A partir deste relato da experiência de intervenção com a marcação dos cinco conceitos da pesquisa-ação integral, o contrato, a participação, a mudança, o discurso e a ação é possível analisar e comprovar o tipo integral de participação alcançado pelos atores. De acordo com Desroche (1982, p.52 citado por Morin, 2004, p.57) as pesquisas-ações poderão ser avaliadas pela tipologia de participações presente no Quadro 12:

Quadro 12 - Pesquisas-ações e tipologia de participações

PESQUISA				
	De explicação	**De aplicação**	**De implicação**	**Tipo de participação**
	SOBRE Sobre a ação e seus atores	PARA Para a ação e seus atores	POR Pela ação e seus atores	
1	+	+	+	Integral
2	+	+	-	Aplicada
3	+	-	+	Distanciada
4	+	-	-	Informativa
5	-	-	+	Espontânea
6	-	+	-	Usuária
7	-	+	+	Militante
8	-	-	-	Ocasional / Improvisada

Fonte: Desroche (1990, p.108 apud MORIN, 2004, p.57)

Pela descrição das atividades realizadas pelos Grupos de Política de Indexação e de Linguagem de indexação o nível de participação foi crescente, buscou a explicação, aceitou o questionamento, elaborou planos de aplicação e alcançou a implicação de todos os catalogadores pela ação e seus atores. Portanto, pela tipologia de participação é uma pesquisa-ação integral (PAI) que na visão de Morin, (2004, p.58) "é um ideal a ser atin-

gido e pode aceitar uma *démarche* geradora de uma crescente participação em todos os níveis do processo em projeto visando a mudança."

A Pesquisa-ação integral proporcionou não só a elaboração por consenso de política de indexação, antes inexistente e desconhecida para bibliotecas universitárias, mas, principalmente, o entendimento de todos os requisitos, elementos, procedimentos e instrumentos adequados à realidade de atuação profissional do catalogador.

A intervenção com a pesquisa-ação integral realizada durante o processo de elaboração, implantação e avaliação promoveu a reflexão crítica com a finalidade de identificar problemas ou avaliar mudanças mediante a realização de seminários de vivências profissionais, capacitações ou compartilhamento de experiências e dúvidas, apresentando a sistematização teórica e metodológica sobre indexação, política de indexação e experiências de elaboração de políticas de indexação para a elaboração do plano de ação implementado e avaliado pelas bibliotecas durante o período de 2012 a 2015.

Referências

ANTUNES, M. A. et al. Unificação do banco de dados bibliográfico da rede de bibliotecas da Unesp por meio do software Aleph: relato de experiência. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15, 2008, Campinas. *Anais eletrônicos...* Campinas: UNICAMP, 2008. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/index.php>. Acesso em: 30 jun. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676:* Método para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

ASSUMPÇÃO, F. S. *Controle de autoridade:* definições, processos e componentes. 2011. 122 f. Trabalho de conclusão de curso. (Bacharelado - Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. Estudo comparativo entre vocabulários controlados de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO - CBBD, 24., 2011, Maceió. *Anais…* Brasília: FEBAB, 2011. p.1-13.

BOCCATO, V. R. C. *Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias:* um estudo sociocognitivo com protocolo verbal. 2009. 303 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

BRAGA, G. M. Informação, Ciência da Informação: breves reflexões em três tempos. *Ciência da Informação,* Brasília, v. 24, n. 1, p. 84-88, jan./ abr. 1995.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Secretaria de Documentação. *Política de indexação da biblioteca.* Brasília: STJ, 2009.

CABRÉ, M. T. A Terminologia hoje: concepções, tendências e aplicações. In: KRIEGER, M. G.; ARAÚJO, L. (orgs.). A terminologia em foco. *Cadernos de Tradução,* Porto Alegre, v. 17, out-dez. 2004.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG,* Belo Horizonte, v.14, n. 2, p.221-241, set. 1985.

CERVANTES, B. M. N. *A construção de tesauros e a integração de procedimentos terminográficos.* 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da In-formação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito etapas e instrumentos**.** *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.21, n.1/2, p.63-79, jan./jun., 1988.

COUTO, M. *E se Obama fosse africano?* e outras interinvenções: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DESCOMBE, M. *The good research guide.* 2. ed. Buckingham: Open University Press, 2005.

______. *Entrependre d´apprendre:* d´une autobiographie raisonnée aux projets d´une recherche-action. Paris: Ouvrières, 1990.

FUJITA, M. S. L. *A leitura documentária do indexador:* aspectos cognitivos e lingüísticos influentes na formação do leitor profissional. 2003. 321 f. Tese (Livre-Docência em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

FUJITA, M. S. L. et al. *Política de tratamento da informação documentária da rede de bibliotecas da Unesp.* Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2007. (Projeto de Pesquisa)

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. *DataGramaZero:* Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.10, n.2, abr. 2009. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/abr 09/art_06.htm>. Acesso em: 09 out. 2015.

FUJITA, M. S. L. *Política de indexação para bibliotecas.* Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010. (Projeto de pesquisa de Produtividade em pesquisa do CNPq).

FUJITA, M. S. L.; BOCCATO, V. R. C.; RUBI, M. P. A política de indexação elaborada por catalogadores: um estudo de observação participante em cursos de capacitação. In: PULGARÍN GUERRERO, A.; VIVAS MORENO, A. (org.). In: ENCUENTRO IBÉRICO EDICIC: Limites, fronteras y espacios comunes: encuentros y desencuentros en las ciencias de la información, 5., Badajoz. *Actas…* Badajoz: Universidad de Extremadura, 2011. p. 90-102.

FUJITA, M. S. L., RUBI, M. P. Modelo de lectura profesional para la indización. *Scire (Zaragoza).* v.12, p.47 - 69, 2006.

GATTI, C. A. de S. et al. *Padrão de qualidade de registros bibliográficos da Unesp.* Marilia: Universidade Estadual Paulista; Coordenadoria Geral de Bibliotecas, 2002. 2v.

GIL LEIVA, I. *Manual de indización:* teoria y práctica. Gijón: Trea, 2008.

LANCASTER, F.W. *Information retrieval systems*: characteristics, testing and evaluation. New York: Willey, 1968. 222 p.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos:* teoria e prática. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, J. A. de O. Pesquisa-ação em ciência da informação. In: MUELLER, S. P. M. (Org.) *Métodos para a pesquisa em ciência da informação.* Brasília: Thesaurus, 2007. p. 63-82.

*MARC 21 formato condensado para dados de autoridade. T*radução e adaptação de Margarida M. Ferreira. Marília: Espaço-Conhecimento: FUNDEPE, 2005.

MORIN, A. *Pesquisa-ação integral e sistêmica:* uma antropedagogia renovada. Trad. de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 232 p.

MORIN, A. *La recherche-action en éducation:* de la pratique à la theorie. Université de Montréal: Montréal, 1986. (Sciences de l´education).

RAPHAEL, H. S. Pesquisa ação. In: MACHADO, L. M. M., MAIA, G. Z. A., LABEGALINI, A. C. F. B. *Pesquisa em educação:* passo a passo. Marília: Edições M'T, 2007. p. 105-116.

RELATÓRIO do curso de indexação. Marília: Universidade Estadual Paulista; Coordenadoria Geral de Bibliotecas, 2009.

RONDEAU, G. *Introduction à la terminologie.* 2. ed. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

RUBI, M. P. *Política de indexação para construção de catálogos cooperativos em bibliotecas universitárias.* 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. L. S. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. *Perspectivas em Ciência da Informação,* Belo Horizonte, v.11, n.1, p.1-16, 2006. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/445/256>. Acesso em: 09 out. 2015.

SILVA; M. R.; FUJITA, M. S. L. A prática da indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *Transinformação,* Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, 2004.

THIOLLENT, M. *Metodologia pesquisa-ação.* 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO". Coordenadoria Geral de Bibliotecas. *Manual de política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp.* Mariangela Spotti Lopes Fujita (coord). São Paulo: Unesp, 2014. disponível em: <http://www.biblioteca.unesp.br/portal/arquivos/manual-politica-indexacao> Acesso em: 09 out. 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" - UNESP. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. *Proposta de Politica de indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp.* Mariangela Spotti Lopes Fujita (coord). São Paulo: Unesp, 2012.

VAN SLYPE, G. *Conception et gestion des systèmes documentaires.* Paris: Ed. D'Organisation, 1977.

Apêndice A

Formulário de solicitação de alteração de termo tópico e geográfico importado

Este formulário tem o objetivo de formalizar o processo de alteração de termos tópicos e geográficos conforme procedimentos terminográficos a serem aplicados posteriormente pelo Grupo de Linguagem da Unesp.

TERMO TÓPICO E GEOGRÁFICO IMPORTADO são aqui definidos como termos que já existem na Linguagem Unesp (UEP10) e que necessitem de:

- inclusão de remissiva no respectivo registro de autoridade (que conste da Linguagem da Biblioteca Nacional, LCSH ou MeSH),
- inclusão de termo equivalente em inglês no registro de autoridade (LCSH ou MeSH),
- inclusão de notas no registro de autoridade (segundo Linguagem da Biblioteca Nacional, LCSH ou MeSH),
- correção de grafia ou acentuação.

Para termos novos, inclusive remissivas que não existam nas bases citadas acima, usar o *Formulário de solicitação de inclusão de termo tópico novo* . Para inclusão de termos geográficos novos não há necessidade de solicitação ao Grupo de Linguagem. Eles poderão ser criados pelos catalogadores seguindo as regras do Capítulo 23 do AARC2 e Padrão de Qualidade de Registros de Autoridade da Unesp.

O preenchimento do formulário deverá seguir os tópicos abaixo. Em caso de dúvida entre em contato com o Grupo através do email: linguagemunesp@listas.unesp.br

Termo existente:

Alteração solicitada:
Justificativa circunstanciada (explicar e comprovar):
Variantes gráficas da alteração sugerida1 (se houverem):
Fontes positivas :
Obra catalogada:
Termo equivalente na LC ou MeSH:
Data da solicitação:
Solicitante (Nome/Câmpus):
E-mail do solicitante:

[1] Variante gráfica não deve ser compreendido como sinônimos, homônimos e antônimos do termo e sim como variação de grafia, ex: Haicai (autorizado na Linguagem da Biblioteca Nacional), Haikai (autorizado na LCSH)

Apêndice B

Formulário de solicitação de inclusão de termo tópico novo
Este formulário tem o objetivo de formalizar o processo de inclusão de novos termos tópicos conforme procedimentos terminográficos a serem aplicados posteriormente pelo Grupo de Linguagem da Unesp. Por isso, solicitamos especial atenção ao preenchimento do item "contexto" de forma a demonstrar inequivocamente a situação textual em que ocorreu o termo fazendo uso, se necessário, de consulta a textos mais completos e ao especialista de sua unidade caso o texto não explicite de forma clara o contexto.
TERMO TÓPICO NOVO é o termo tópico que não existe na Linguagem Unesp (UEP10), Linguagem da Biblioteca Nacional, LCSH ou MeSH.
Para termos que já existam na Linguagem Unesp e necessitem de alguma alteração no respectivo registro de autoridade, usar o Formulário de solicitação de alteração de termo tópico e geográfico IMPORTADO.
Para termos que não existam na Linguagem Unesp mas forem encontrados na Linguagem da Biblioteca Nacional, LCSH ou MeSH, fazer a inclusão segundo o Padrão de Qualidade de Registros de Autoridade da Unesp .
O preenchimento do formulário deverá seguir os tópicos abaixo. Em caso de dúvida entre em contato com o Grupo através do email: linguagemunesp@listas.unesp.br

Termo :
Variantes gráficas[2] (se houverem):
Termo em inglês:
Contexto: após consulta de textos específicos (referências completas) e especialistas (nome e 7email)
Fontes positivas :
- Obra catalogada:
Data da solicitação:
Solicitante (Nome/Câmpus):
E-mail do solicitante:
Área *

- Engenharias (Engenharias, Arquitetura, Desenho Industrial, Cartografia)
- Humanas (Letras, Pedagogia, História, Geografia, Filosofia, Psicologia, Tradução e Intérprete, Jornalismo, Radialismo, Relações Públicas, Artes Visuais, Artes Cênicas e Música)
- Ciências Sociais Aplicadas (Ciências Sociais, Direito, Serviço Social, Biblioteconomia, Arquivologia, Administração, Economia, Relações Internacionais e Turismo)
- Ciências Biológicas e Ambientais (Biologia, Ecologia, Biotecnologia, Biologia Marinha, Gerenciamento Costeiro, Engenharia Ambiental e Química Ambiental)
- Ciências Puras (Química, Física, Matemática, Estatísticas, Ciência da Computação, Analise de Sistemas)
- Ciências Agrárias (Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Engenharia Florestal, Engenharia Industrial Madeireira e Geologia)

[2] Variante gráfica não deve ser compreendido como sinônimos, homônimos e antônimos do termo e sim como variação de grafia, ex: Haicai (autorizado na Linguagem da Biblioteca Nacional), Haikai (autorizado na LCSH)

- Ciências da Saúde (Medicina, Odontologia, Biomédicas, Física Médica, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Enfermagem, Farmácia, Educação Física e Nutrição)

Apendice C

Comparação de registros

APENDICE D

Coleta de dados para avaliação comparada

		DTL03 - ANTIGA							DTL01 - ATUAL						
CPD	TÍTULO	Quantidade de Assuntos	De acordo com a BN - Campo 150	Em desacordo com a BN	Bibliodata	LC	Mesh	Não autorizado	Quantidade de Assuntos	De acordo com a BN - Campo 150	Em Desacordo com BN	Bibliodata	LC	Mesh	Não autorizado
BN001019651	Saber militante :	2	1	1	0	0	0	1	5	4	1	0	1	0	0
UB000802765	Invenção da sala de aul	3	3	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0
SC000269671	Educação anarquista	3	2	1	1	0	0	0	9	7	2	2	0	0	0
ES000024173	jogo e a criança /	7	6	1	1	0	0	0	7	6	1	1	0	0	0
UN002473310	Nietzsche & a educação	2	2	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0
UN003490847	Pedagogia da autonomi	5	4	1	0	0	0	1	5	5	0	0	0	0	0
PR001261965	Embriologia básica	3	3	0	0	0	0	0	11	11	0	0	0	0	0
PY000017294	Drogas e drogadição no Brasil /	1	1	0	0	0	0	0	4	3	1	0	0	1	0
UN002087811	Isto é biologia	8	7	1	0	0	0	1	8	8	0	0	0	0	0
UN003558255	Leitura :	5	3	2	1	0	0	1	5	3	2	2	0	0	0
UB000492790	Sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica /	1	1	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0
UN003512662	Insetos do Brasil	4	3	1	0	0	0	1	5	5	0	0	0	0	0

Sobre os autores

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1992), Livre Docente (2003) em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas e Titular em Indexação pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp – Campus de Marília. Atualmente é Professora Titular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp, realizando atividades de docência na graduação em Biblioteconomia e Arquivologia e na Pós-Graduação na linha de pesquisa "Produção e Organização da Informação" do Programa em Ciência da Informação da Unesp; bem como, atividades de pesquisa junto ao Grupo de Pesquisa "Análise Documentária" com os temas de pesquisa "Indexação", "Leitura Documentária" e "Política de Indexação" que gerou diversas publicações de artigos científicos, livros e capítulos de livros e com o qual é Pesquisadora CNPq nível 1C. É autora dos livros "PRECIS na língua portuguesa: teoria e prática de indexação" e "Indexação de Livros". Atua na área de Ciência da Informação, com ênfase em Indexação, Leitura Documentária para indexação, utilizando a metodologia introspectiva de Protocolo Verbal em diferentes modalidades. Atualmente realiza pesquisas sobre o tema de política de indexação em colaboração científica com o Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva da Universidad de Múrcia, Espanha. fujita@marilia.unesp.br

Cássia Adriana de Santana Gatti

Cássia Adriana de Sant'Ana Gatti - Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília - Unesp. Bibliotecária na Coordenadoria Geral de Bibliotecas - Unesp, escritório de Marília.. Membro Grupo de Política de Indexação e do Grupo de Linguagem da Rede de bibliotecas da Unesp.cgatti@marilia.unesp.br

Cláudio Hideo Matsumoto

Bibliotecário, formado em Biblioteconomia pela Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus de Marília - Unesp. Diretor da Biblioteca da Faculdade de Odontologia – Câmpus de Araçatuba – Unesp. Membro Grupo de Política de Indexação e do Grupo de Linguagem da Rede de bibliotecas da Unesp. claudio@foa.unesp.br

Fábio Sampaio Rosas

Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pela Unesp - Univ. Estadual Paulista, Câmpus de Marília. Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (2000). Atualmente é bibliotecário e supervisor na Unesp - Univ. Estadual Paulista, Campus de Dracena. Autor do livro: "Normas e padrões para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos da Unoeste" (2003). Atua em pesquisas nas temáticas: políticas de indexação, indicadores de impacto científico, colaboração científica, produção científica, avaliação de programas de pós-graduação. Membro do Grupo de Pesquisa Estudo Métricos em Informação (CNPq). Membro Grupo de Política de Indexação da Rede de bibliotecas da Unesp. fabio@dracena.unesp.br

Lúcia Silva Parra

Bibliotecária do Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Campus de São Paulo. Graduada em História (2001) e Biblioteconomia (2008) pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Gerência de Sistemas e Serviços de Informação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, (FESPSP). Mestre em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo (USP) com a dissertação "Leituras libertárias: cultura anarquista na São Paulo dos anos 1930" e autora de "Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. Membro Grupo de Política de Indexação e do Grupo de Linguagem da Rede de bibliotecas da Unesp. lucia@ia.unesp.br

Márcia Correa Bueno Degasperi

Bibliotecária do Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Campus de Rio Claro desde 1995. Possui graduação em Biblioteconomia e Especialização em Novas Tecnologias (2000) pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Campus de Marília. Trabalha com representa-

ção descritiva e temática e com periódicos, mapas e obras avulsas. Membro Grupo de Política de Indexação da Rede de bibliotecas da Unesp. mcbueno@rc.unesp.br

Maria Marlene Zaniboni

Bibliotecária da Biblioteca do Câmpus de Bauru (BBA) da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Câmpus de Marília (1988) e especialização em "Uso Estratégico das Tecnologias em Informação" pela Unesp/Fundepe – Câmpus de Marília (2001) e, em "Gestão de Bibliotecas Públicas" pela AVM – Faculdade Integrada (2015). Membro Grupo de Política de Indexação e do Grupo de Linguagem da Rede de bibliotecas da Unesp. Atualmente é supervisora na Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação (STATI) da Biblioteca Câmpus de Bauru. zaniboni@bauru.unesp.br

Rosane Rodrigues de Barros Ribas

Especialista em Biblioteconomia pela FIJ (2011) e bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP (2000). Bibliotecária no Grupo de Informações Documentárias da Reitoria da Universidade Estadual Paulista, Unesp onde atua na área jurídica, especialmente em pesquisas de doutrina, jurisprudência e legislação e também em catalogação no Formato MARC21 (bibliográfico e autoridade). É membro do Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp e do Grupo de Linguagem da Unesp onde colabora na revisão e correção de registros de autoridade e na criação de termos novos para a Linguagem Unesp. Colabora também na atualização do Padrão de Qualidade de Registros de Autoridade da Unesp. rosane@reitoria.unesp.br

Silvana Aparecida Fagundes

Mestre em Ciência da Informação - Faculdade de Filosofia e Ciências (Unesp) Campus de Marília. Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação pela Unesp Campus de Marília. Membro Grupo de Política de Indexação e do Grupo de Linguagem da Rede de bibliotecas da Unesp. Atualmente trabalha na Coordenadoria Geral de Bibliotecas da Unesp (CGB), no Grupo de Formação e Desenvolvimento de Coleções, exercendo as atividades de seleção, avaliação, aquisição e habilitação de acesso dos recursos informacionais eletrônicos e atendimento as bibliotecas da rede Unesp. silvanaf@reitoria.unesp.br

Sônia Mara Alves Scutari

Bibliotecária da Biblioteca da Faculdade de Ciências Farmacêuticas - Câmpus de Araraquara da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará (1985) e especialização em "Uso Estratégico das Tecnologias em Informação" pela Unesp/Fundepe – Câmpus de Marília (2001) e, em "Biblioteconomia" pela – Faculdade Internacional Signorelli (2014). Atualmente, atua como supervisora na Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação (STATI) da Biblioteca da Faculdade de Ciências Farmacêuticas - Câmpus de Araraquara. Bibliotecária do Câmpus de Araraquara. Membro Grupo de Política de Indexação da Rede de bibliotecas da Unesp. sscutari@fcfar.unesp.br

Sulamita Selma Clemente Colnago

Bibliotecária da Biblioteca do Campus de Botucatu/Rubião Junior (BBO) da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Câmpus de Marília (1986) e especialização em "Bibliotecas Públicas e Escolares" pela Unesp-Campus de Marília (1988). Membro do Grupo de Política de Indexação, do Grupo de Linguagem e do Grupo de Catalogação da Rede de Bibliotecas da Unesp. Atualmente atua como diretora da Divisão Técnica de Biblioteca e Documentação – Unesp - Campus de Botucatu/Rubião Junior. sulamita@btu.unesp.br

Telma Jaqueline Dias Silveira

Bacharel em Biblioteconomia pela Unesp (2006). Bibliotecária Supervisora da Seção de Aquisição e Tratamento da Infomação da Biblioteca do campus de Marília (Unesp). Membro Grupo de Política de Indexação e do Grupo de Linguagem da Rede de bibliotecas da Unesp. telmasbl@marilia.unesp.br

Vânia Aparecida Marques Favato

Bibliotecária de Referência do Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp - Campus de Assis. Possui graduação em Biblioteconomia pela FESP - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1981), Mestrado em Ciência da Informação (2003) pela PUCCAMP com a dissertação "Cienciometria e a área de Ciência Humanas: um estudo explorá-torio no curso de Letras"; e cursos de especialização na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Possui publicações nas temáticas: produção científica;

bibliometria; análise de citação. Membro Grupo de Política de Indexação da Rede de bibliotecas da Unesp. vamfa@assis.unesp.br

Pesquisadores

Isidoro Gil Leiva

(Colaborador – Prof. Dr. Facultad de Comunicación y Documentación da Universidad de Múrcia, Espanha) isgil@um.es

Doutor pela Universidad de Múrcia, Espanha, em 1997, com uma tese sobre a automação da indexação. Professor da Universidad de Múrcia, em 1999 publicou o livro Automatización de la indización de documentos (Editorial Trea, ISBN 8495178117) e em 2008 publica Manual de indización. Teoría y práctica (Editorial Trea, ISBN: 978-84-9704-367-0). Publicou vários artigos em periódicos nacionais e internacionais sobre indexação, indexação automática e consistência na indexação disponíveis em texto completo em http://webs.um.es/isgil/. Participou em vários projetos de pesquisa financiados por entidades públicas de caráter nacional, regional e internacional. Ensinou em várias universidades e organismos e atualmente realiza pesquisas sobre indexação em colaboração científica com a Prof. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita e seu grupo de pesquisa na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp.

Vera Regina Casari Boccato

(In Memorian. Colaboradora *no período de 2013-2014 - Mestranda do PPGCI/ Unesp com bolsa AT- CNPq)*

Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Campus de Marília (2009 e 2005, respectivamente) com o tema "Avaliação de linguagens documentárias alfabéticas". Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal de São Carlos realizando atividades de docência na graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Pesquisadora na linha de Organização da Informação desenvolvendo atividades junto ao Grupo de Pesquisa "Análise Documentária" coordenado pela Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita com a qual tem várias publicações em colaboração científica sobre os temas "Linguagens documentárias alfabéticas especializadas", "Indexação", "Recuperação da Informação" e "Protocolo verbal". Além disso, conta com uma produção científica desenvolvida, também, na área de Organização, Redes e Serviços de Informação. Graduada há trinta e um anos, atuou, também, como in-

dexadora e bibliotecária de referência nas bibliotecas da Universidade de São Paulo. Participou de 1993 até 2006 como membro do Grupo de Construção e Gestão do Vocabulário Controlado da USP do Banco de Dados Bibliográficos da USP-DEDALUS. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a elaboração de Terminologia de Assuntos da Unesp para a política de indexação.

Mariana de Oliveira Inácio

(Colaboradora no período de 2012 –2013, Mestranda do PPGCI/Unesp com bolsa Fapesp - Câmpus de Marília) marianaoi107@gmail.com

Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista/ Campus de Marília. Atualmente, Bibliotecária da Faculdade Santa Rita, na cidade de Novo Horizonte/SP. Bacharel em Biblioteconomia pela Unesp - Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciências/ Campus de Marília (2010).

Vera Lúcia Ribeiro Guim

(Colaboradora no período de 2013-2014 - Mestranda do PPGCI/Unesp com bolsa AT- CNPq) verinha.guim@gmail.com

Bacharel em biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Na graduação foi bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq, trabalhando com o tema de pesquisa: Politica de indexação em bibliotecas universitárias. Atuou por dois anos como estagiária no SIBESC - Sistema de bibliotecas escolares de Garça-SP e biblioteca especializada em educação - Garça SP. Atualmente exerce a função de bolsista de treinamento técnico (AT/NP) financiado pelo CNPq e orientado Profª Drª Mariângela Spotti Lopes Fujita.

Luciana Beatriz Piovezan dos Santos

(Colaboradora no período de 2013-2014 - Mestranda do PPGCI/Unesp) lbpiovezan@gmail.com

Graduada em Biblioteconomia e mestre em Ciência da Informação pela Unesp, campus de Marília, com dissertação sobre o tema "Avaliação da indexação". Atualmente cursa Doutorado em Ciência da Informação na mesma Universidade.

Sobre o livro

Formato	16X23cm
TipologiaAdobe	Garamond Pro
Papel	Polén soft 85g/m2 (miolo) Cartão Supremo 250g/m2 (capa)
Acabamento	Grampeado e colado
Tiragem	300
Catalogação	Telma Jaqueline Dias Silveira - CRB- 8/7867
Normalização	Janaína Celoto Guerrero. CRB-8/6456.
Assessoria Técnica	Maria Rosangela de Oliveira - CRB-8/4073
Capa	Edevaldo D. Santos
Diagramação	Edevaldo D. Santos
Produção gráfica:	Giancarlo Malheiro Silva

2016

Impressão e acabamento

Gráfica Campus
Unesp -Marília - SP

Política de Indexação para Bibliotecas: *elaboração, avaliação e implantação*

Surgida após a II Guerra Mundial com a chamada "explosão bibliográfica", a Indexação se caracteriza como uma atividade de grande relevância no tratamento temático da informação, que por meio de uma análise conceitual, extrai termos representativos de documentos, visando a uma melhor recuperação. Embora já se tenha passado várias décadas desde o seu surgimento, a Indexação ainda é uma temática pouco estudada no Brasil. Direcionado a estudantes de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Bibliotecários e demais profissionais, esse livro tem como objetivo, relatar a experiência do Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp e toda a sua trajetória de pesquisa que culminou na implantação da Política de Indexação para a Rede de Bibliotecas da Unesp e criação do Grupo de Linguagem com o objetivo de estudar a construção e atualização da Linguagem Unesp.

ISBN 978-85-7983-816-3